



SENADO FEDERAL

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

PAUTA DA 38ª REUNIÃO

(2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura)

**09/08/2012
QUINTA-FEIRA
às 10 horas**

**Presidente: Senador Fernando Collor
Vice-Presidente: Senador Cristovam Buarque**



Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

**38ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª
LEGISLATURA, A REALIZAR-SE EM 09/08/2012.**

38ª REUNIÃO, ORDINÁRIA

Quinta-feira, às 10 horas

SUMÁRIO

ITEM	PROPOSIÇÃO	RELATOR (A)	PÁGINA
1	MSF 46/2012 - Não Terminativo -	SEN. SÉRGIO SOUZA	8
2	MSF 49/2012 - Não Terminativo -	SEN. EDUARDO SUPPLY	62
3	PLS 128/2011 - Terminativo -	SEN. PAULO BAUER	103

(1)(2)(3)(4)(5)(6)(7)(8)(30)

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

PRESIDENTE: Senador Fernando Collor

VICE-PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque

(19 titulares e 19 suplentes)

TITULARES			SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo(PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)			
Anibal Diniz(PT)	AC (61) 3303-4546 / 3303-4547	1 Delcídio do Amaral(PT)	MS (61) 3303-2452 a 3303 2457
Eduardo Suplicy(PT)	SP (61) 3303-3213/2817/2818	2 Jorge Viana(PT)	AC (61) 3303-6366 e 3303-6367
Vanessa Grazziotin(PC DO B)(13)(15)	AM 6726	3 Lindbergh Farias(PT)(12)	RJ (61) 3303-6426 / 6427
Sérgio Souza(PMDB)(14)(17)(18)	PR (61) 3303-6271/ 6261	4 Eduardo Lopes(PRB)(26)(27)	RJ (61) 3303-5730
Cristovam Buarque(PDT)	DF (61) 3303-2281	5 Pedro Taques(PDT)(25)	MT (61) 3303-6550 e 3303-6551
Antonio Carlos Valadares(PSB)	SE (61) 3303-2201 a 2206	6 João Capiberibe(PSB)(24)	AP (61) 3303-9011/3303-9014
Bloco Parlamentar da Maioria(PV, PMDB, PP)			
Jarbas Vasconcelos(PMDB)	PE (61) 3303-3245	1 Lobão Filho(PMDB)	MA (61) 3303-2311 a 2314
Luiz Henrique(PMDB)	SC (61) 3303-6446/6447	2 Romero Jucá(PMDB)	RR (61) 3303-2111 a 2117
Tomás Correia(PMDB)(33)(34)	RO	3 Ana Amélia(PP)	RS (61) 3303 6083/6084
Vital do Rêgo(PMDB)	PB (61) 3303-6747	4 Roberto Requião(PMDB)	PR (61) 3303-6623/6624
Pedro Simon(PMDB)	RS (61) 3303-3232	5 Ricardo Ferraço(PMDB)	ES (61) 3303-6590
Francisco Dornelles(PP)	RJ (61)-3303-4229	6 VAGO(21)(22)(23)(31)	
Bloco Parlamentar Minoria(PSDB, DEM)			
Aloysio Nunes Ferreira(PSDB)	SP (61) 3303-6063/6064	1 Aécio Neves(PSDB)	MG (61) 3303-6049/6050
Paulo Bauer(PSDB)(11)	SC (61) 3303-6529	2 Cyro Miranda(PSDB)	GO (61) 3303-1962
José Agripino(DEM)	RN (61) 3303-2361 a 2366	3 Clovis Fecury(DEM)(19)	MA 3303.6349
Bloco Parlamentar União e Força(PTB, PSC, PR)			
Fernando Collor(PTB)	AL (61) 3303-5783/5786	1 Mozerildo Cavalcanti(PTB)	RR (61) 3303-4078 / 3315
Gim Argello(PTB)	DF (61) 3303-1161/3303-1547	2 Inácio Arruda(PC DO B)(9)	CE (61) 3303-5791/5793
Blairo Maggi(PR)	MT (61) 3303-6167	3 João Ribeiro(PR)(28)(29)	TO (61) 3303-2163/2164
PSOL			
Randolfe Rodrigues	AP (61) 3303-6568	1 VAGO	

- (1) Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular para compor a CRE.
- (2) Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- (3) Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Fernando Collor como membro titular; e o Senador Mozerildo Cavalcanti como membro suplente, para comporem a CRE.
- (4) Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes e Lúcia Vânia como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CRE.
- (5) Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 32, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Gim Argello como membro titular, para compor a CRE.
- (6) Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador José Agripino como membro titular; e o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para comporem a CRE.
- (7) Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 59, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando os Senadores Jarbas Vasconcelos, Luiz Henrique, Valdir Raupp, Vital do Rego, Pedro Simon e Francisco Dornelles como membros titulares; e os Senadores Lobão Filho, Romero Jucá, Ana Amélia, Roberto Requião, Ricardo Ferraço e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CRE.
- (8) Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 15, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Anibal Diniz, Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, João Pedro, Blairo Maggi, Cristovam Buarque e Antonio Carlos Valadares como membros titulares; e os Senadores Delcídio Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Marcelo Crivella, Clésio Andrade, Acir Gurgacz e Rodrigo Rollemberg como membros suplentes, para comporem a CRE.
- (9) Em 22.02.2011, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente em vaga cedida, provisoriamente, pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB ao Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 034/2011 - GLPTB / Of. nº 021/2011 - GLBAG).
- (10) Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Fernando Collor e Cristovam Buarque, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
- (11) Em 23.03.2011, o Senador Paulo Bauer é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 057/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
- (12) Em 13.04.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado membro suplente na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro. (Of. nº 051/2011 - GLDBAG)
- (13) Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
- (14) Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
- (15) Em 03.08.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro titular na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann. (Of. nº 098/2011 - GLDBAG)
- (16) O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme Of. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
- (17) Em 25.08.2011, o Bloco de Apoio ao Governo cede uma vaga de titular na Comissão ao Bloco Parlamentar da Maioria (Of. nº 106/2011-GLDBAG).
- (18) Em 29.08.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular na Comissão em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 237/2011 - GLPMDB).
- (19) Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).

- (20) Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011 e do Of. nº 17/2011-GLPR.
- (21) Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
- (22) Vaga cedida temporariamente ao PR (Of. Nº 308/2011-GLPMDB).
- (23) Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
- (24) Em 08.12.2011, o Senador João Capiberibe é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg. (Of. nº 147/2011-GLDBAG)
- (25) Em 09.02.2012, o Senador Pedro Taques é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz. (Of. 022/2012 - GLDBAG)
- (26) Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
- (27) Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 29/2012 - GLDBAG).
- (28) Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
- (29) Em 21.03.2012, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).
- (30) Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o Of. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.
- (31) Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
- (32) Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o Of. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
- (33) Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
- (34) Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. GLPMDB nº 181/2012).

REUNIÕES ORDINÁRIAS: QUINTAS-FEIRAS, ÀS 10H
SECRETÁRIO(A): ALVARO ARAÚJO SOUZA
TELEFONE-SECRETARIA: 3303-3496
FAX: 3303-3546

PLENÁRIO Nº 7 - ALA ALEXANDRE COSTA
TELEFONE - SALA DE REUNIÕES:
E-MAIL: scomcre@senado.gov.br



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE COMISSÕES
SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA
54ª LEGISLATURA**

**Em 9 de agosto de 2012
(quinta-feira)
às 10h**

PAUTA

38ª Reunião, Ordinária

**COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA
NACIONAL - CRE**

Deliberativa	
Local	Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 07

PAUTA

ITEM 1

MENSAGEM (SF) Nº 46, de 2012

- Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal a escolha do Senhor NEI FUTURO BITENCOURT, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Cameroun e, cumulativamente, junto à República do Chade.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Anibal Diniz (Substituído por *Ad Hoc*)

Relatoria *Ad Hoc*: Senador Sérgio Souza

Relatório: Pronto para deliberação

Observações:

No dia 12/07/2012 foi lido o relatório e concedida vista coletiva da matéria, conforme o art. 3º do Ato nº 1, de 2011-CRE

Textos disponíveis:

[Avulso da matéria](#)

Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

[Relatório](#)

ITEM 2

MENSAGEM (SF) Nº 49, de 2012

- Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal a escolha do Senhor JOÃO ANDRÉ PINTO DIAS LIMA, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Federal da Nigéria.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Anibal Diniz (Substituído por *Ad Hoc*)

Relatoria *Ad Hoc*: Senador Eduardo Suplicy

Relatório: Pronto para deliberação

Observações:

No dia 12/07/2012 foi lido o relatório e concedida vista coletiva da matéria, conforme o art. 3º do Ato nº 1, de 2011-CRE

Textos disponíveis:

[Avulso da matéria](#)

Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

[Relatório](#)

ITEM 3

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 128, de 2011

- Terminativo -

Altera o art. 10 da Lei nº. 6.880, de 9 de dezembro de 1980 ("Dispõe sobre o Estatuto dos Militares"), para estabelecer limites de idade ao ingresso nas Forças Armadas.

Autoria: Senador Marcelo Crivella

Relatoria: Senador Paulo Bauer

Relatório: Pela rejeição, por inconstitucionalidade formal

Textos disponíveis:

[Avulso da matéria](#)

[Texto inicial](#)

[Legislação citada](#)

[Quadro comparativo](#)

Comissão de Educação, Cultura e Esporte

[Relatório](#)

[Parecer aprovado na comissão](#)

Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

[Relatório](#)

1

RELATÓRIO Nº , DE 2012

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem nº 46, de 2012 (nº 297, de 28 de março de 2012, na origem), da Presidenta da República, que *submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor NEI FUTURO BITENCOURT, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Cameroun e, cumulativamente, junto à República do Chade.*

RELATOR: Senador **ANIBAL DINIZ**

A Senhora Presidenta da República, através da Mensagem nº 46, de 2012 (nº 297, de 28.03.2012, na origem), submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor **NEI FUTURO BITENCOURT**, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata, do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Cameroun e, cumulativamente, junto à República do Chade.

Nascido em Caicó, no Estado do Rio Grande do Norte, no dia 13 de outubro de 1957, filho de Xamuset Campello Bittencourt e Heloisa Futuro Bittencourt, o Sr. **NEI FUTURO BITENCOURT** tornou-se Engenheiro pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro em 1977 e Jornalista pela mesma instituição de ensino.

No Instituto Rio Branco, em 1982, concluiu os Cursos de Preparação e de Aperfeiçoamento à Carreira de Diplomata.

Em 1983, o diplomata indicado ingressou na carreira diplomática no posto de Terceiro Secretário. Em 1987, passou a Segundo

Secretário e, em 1995, a Primeiro Secretário. Foi promovido aos cargos de Conselheiro, em 2003; e Ministro de Segunda Classe, em 2010.

Dentre as funções exercidas na Chancelaria, destacam-se as de Assistente da Divisão da Europa I, de 1984 a 1985; Chefe, substituto, da Divisão de Temas Científicos e Tecnológicos, de 1993 a 1995; Assessor da Subsecretaria-Geral de Assuntos Políticos, em 1995; Assessor da Secretaria-Geral; de 1995 a 1996; Coordenador-Geral da Coordenação-Geral de Planejamento Estratégico; de 2002 a 2004; e Coordenador-Geral da Coordenação-Geral de Planejamento Administrativo, de 2004 a 2006.

O diplomata em referência, no exterior, serviu em Varsóvia (1985 a 1989), como Terceiro e Segundo-Secretário; Barcelona (1989 a 1993), no cargo de Cônsul-Adjunto; Tóquio (1996 a 1999), como Primeiro-Secretário; Londres (1999 a 2002), como Primeiro-Secretário; Washington (2006 a 2009), como Conselheiro; e Maputo (2009-2010), como Ministro-Conselheiro.

Para fins de apreciação das relações bilaterais entre Brasil e os dois países, foram anexadas à aludida mensagem presidencial, pelo Ministério das Relações Exteriores, informações detalhadas da conjuntura econômica e da política interna e externa da República do Cameroun e da República do Chade.

Localizada na região centro-oeste da África, a República do Cameroun tem população estimada em 19,71 milhões de habitantes e valor nominal do Produto Interno Bruto (PIB) igual a 22,4 bilhões de dólares. Trata-se de república parlamentarista. Tornou-se independente da França em 1960. Em referendo realizado no território sob administração britânica, a região sul aderiu ao novo país, enquanto a parte norte, com predomínio muçulmano, optou pela integração à Nigéria. Em 1972, mediante a realização de referendo, a unificação da Federação foi aprovada por ampla maioria dos eleitores, surgindo então a República Unida do Cameroun.

O início da abertura política deu-se em dezembro de 1990. O cargo de Primeiro Ministro foi criado em 1992. No entanto, esse cargo não tem o mesmo peso que em outros regimes parlamentaristas, e a maioria das decisões é tomada pelo Presidente. Em 1996, passou a vigorar nova constituição, que prevê um parlamento bicameral, composto de Assembleia Nacional e Senado. Contudo, essa disposição ainda não foi implementada, e o Poder Legislativo continua a ser exercido pela Assembleia Nacional,

unicameral.

No tocante à política externa, a República do Cameroun tem relações estreitas com a China, país com o qual mantém oito acordos de cooperação técnica nas áreas de educação e saúde. O documento menciona, também, investimentos chineses em infraestrutura e a concessão de empréstimos ao Cameroun.

A influência francesa é significativa na vida econômica do país, nos acordos militares, nos vínculos culturais e educacionais, na cooperação técnica e na forte presença de nacionais franceses.

Cameroun e Gabão mantêm diálogo construtivo em matérias de política regional e de integração econômica. Entre a Guiné Equatorial e o país, existem recorrentes desavenças, apesar de trabalharem juntos para aperfeiçoar a definição de suas questões fronteiriças. A relação bilateral com a Nigéria deteriorou-se desde 1994, com a ocorrência de conflitos armados na Península de Bakassi. A questão foi submetida à Corte Internacional de Justiça, que, em 2002, deu ganho de causa ao Cameroun em relação à soberania da Península de Bakassi. Mesmo assim, a situação só foi solucionada em 2008.

No campo econômico, a agricultura representa 20% (vinte por cento) do PIB; a atividade industrial, 19% (dezenove por cento) do PIB; refino de petróleo, 9% (nove por cento) do PIB; e o setor terciário, 46% (quarenta e seis por cento) do PIB.

O relacionamento entre o Brasil e a República do Cameroun remonta ao ano de 1960. No ano seguinte, houve visita de grupo parlamentar brasileiro ao Cameroun e de missão especial camerounesa ao Brasil. Em 1965, foi firmado acordo comercial entre eles. Durante a visita do Chanceler Gibson Barbosa, em 1972, foram assinados acordos de cooperação técnica e cultural. Em 1982, foi criada a Embaixada brasileira em Iaundê e, em 1984, estabelecida a Embaixada daquele país em Brasília. Em 1999, devido a restrições orçamentárias, foi desativada a Embaixada em Iaundê, passando a ser cumulativa com Libreville, no Gabão. Em 2005, foi reaberta a Embaixada do Brasil em Iaundê, e foram assinados protocolos de intenções nos campos da agricultura, educação e esportes. Os dois países mantêm laços muito estreitos.

Por sua vez, a República do Chade, situada na região central

da África, com população estimada em 11,27 milhões de habitantes e valor nominal do PIB igual a 7,6 bilhões de dólares, conquistou a sua independência em 1960. Uma guerra civil, iniciada em 1965, foi travada por mais de uma década. Houve inúmeras tentativas de golpes de Estado. Em 1990, Idriss Déby Itno tomou o poder, tendo sido eleito em 1996 e reeleito em 2001, 2006 e 2011.

No que concerne à política externa, a República do Chade tem relações privilegiadas com a França. O documento salienta que a China é o terceiro destino das exportações chadianas e o principal fornecedor desse país. O relacionamento com o Sudão vem se caracterizando por constantes rompimentos e reconciliações e a crise sudanesa repercute em menor estabilidade política do Chade.

No aspecto econômico, em 2010, houve sinais de recuperação. O setor petrolífero teve melhor desempenho em consequência dos aumentos de preços, pois a produção permaneceu constante; a agricultura foi impulsionada por boas safras; e o setor de serviços incentivado pelos gastos do governo em infraestrutura e pelos investimentos de origem líbia, chinesa e nigeriana, que apresentaram dinamismo acentuado. Houve crescimento de 4,5% (quatro e meio por cento) do PIB, deflação de 1% (um por cento) e melhora do desempenho da balança comercial. O país apresenta alguns desafios: a baixa capacidade do setor exportador para dinamizar outros setores, a estagnação do setor petrolífero e a incipiente diversificação econômica.

O Brasil e a República do Chade estabeleceram relações diplomáticas em 1996, em caráter cumulativo com a Embaixada em Iaundê. As relações vêm se intensificando gradualmente, em decorrência da cooperação no campo da agricultura. Não há registro de investimento de empresa brasileira no Chade. A pauta de comércio é composta basicamente por exportações brasileiras, principalmente máquinas, aparelhos e materiais elétricos.

Considerando a natureza da matéria ora examinada, não cabe acrescentar outras observações no âmbito deste relatório.

Diante do exposto, em cumprimento ao disposto no art. 52, IV, da Constituição Federal, submeto à apreciação e julgamento desta douta Comissão, a escolha do Senhor **NEI FUTURO BITENCOURT**, certo de que os seus ilustres integrantes já dispõem de elementos suficientes para

5

deliberar sobre a indicação presidencial.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator



SENADO FEDERAL

MENSAGEM **Nº 46, DE 2012** **(nº 297/2012, na origem)**

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor NEI FUTURO BITENCOURT, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Cameroun, e, cumulativamente, junto à República do Chade.

Os méritos do Senhor Nei Futuro Bitencourt que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 28 de março de 2012.

Assinatura manuscrita em tinta preta, provavelmente do Presidente do Senado Federal, com uma assinatura fluida e estilizada.

EM No 00086 MRE

Brasília, 12 de Março de 2012

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De conformidade com o artigo 52, inciso IV, da Constituição, e com o disposto no artigo 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal relativa à indicação de **NEI FUTURO BITENCOURT**, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Cameroun, e, cumulativamente, junto à República do Chade.

2. Encaminho, igualmente em anexo, informações sobre os países e *curriculum vitae* de **NEI FUTURO BITENCOURT** que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Antonio de Aguiar Patriota

EM Nº /DP/AFEPA/G-MRE/APES

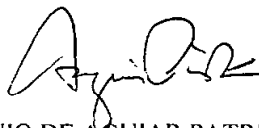
Brasília, de de 2012

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De conformidade com o artigo 52, inciso IV, da Constituição, e com o disposto no artigo 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal relativa à indicação de **NEI FUTURO BITENCOURT**, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Cameroun, e, cumulativamente, junto à República do Chade.

2. Encaminho, igualmente em anexo, informações sobre os países e *curriculum vitae* de **NEI FUTURO BITENCOURT** que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,



ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA
Ministro das Relações Exteriores

INFORMAÇÃO**CURRICULUM VITAE****MINISTRO DE SEGUNDA CLASSE NEI FUTURO BITENCOURT**

CPF.: 607.505.617-34

ID.: 8283 MRE

1957 Filho de Xamuset Campello Bittencourt e Heloisa Futuro Bittencourt, nasce em 13 de outubro, em Caicó/RN

Dados Acadêmicos:

1977 Engenharia pela Pontifícia Universidade Católica/RJ

1981 Jornalismo pela Pontifícia Universidade Católica/RJ

Cargos:

1983 Terceiro-Secretário

1987 Segundo-Secretário

1995 Primeiro-Secretário

2003 Conselheiro

2010 Ministro de Segunda Classe

Funções:

1972 CPCD - IRBr

1984-85 Divisão da Europa I, assistente

1985 Divisão de Feiras e Turismo, assistente

1985-89 Embaixada em Varsóvia, Terceiro e Segundo-Secretário

1989-93 Consulado-Geral em Barcelona, Cônsul-Adjunto

1993-95 Divisão de Temas Científicos e Tecnológicos, Chefe, substituto

1995 Subsecretaria-Geral de Assuntos Políticos, assessor

1995-96 Secretaria Geral, assessor

1996-99 Embaixada em Tóquio, Primeiro-Secretário

1999-02 Embaixada em Londres, Primeiro-Secretário

2002-04 Coordenação-Geral de Planejamento Estratégico, Coordenador-Geral

2004-06 Coordenação-Geral de Planejamento Administrativo, Coordenador-Geral

2006-09 Embaixada em Washington, Conselheiro

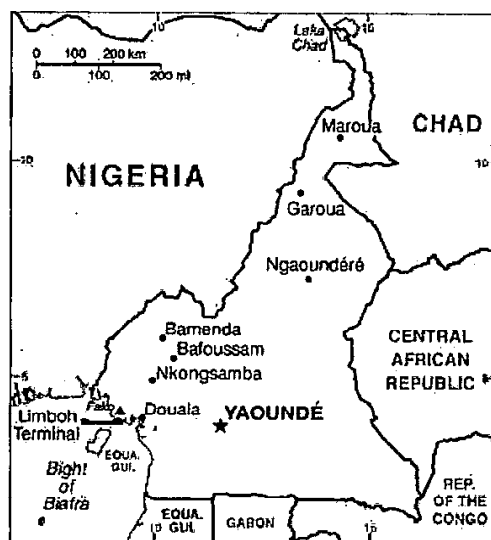
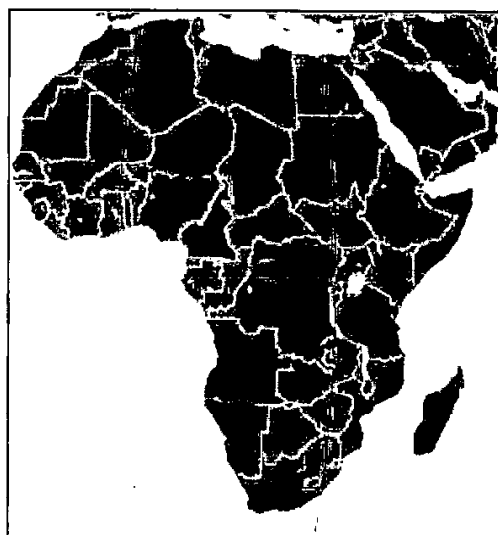
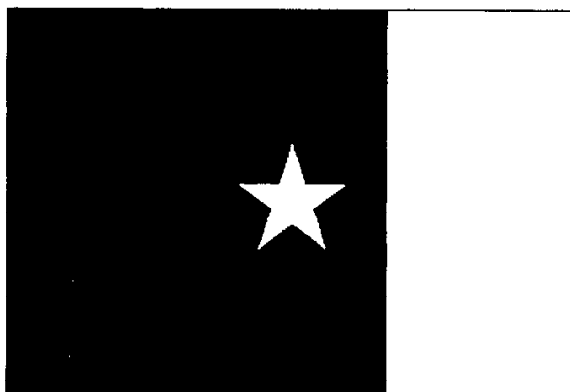
2009 Embaixada em Maputo, Conselheiro, Ministro-Conselheiro, comissionado

2010 Embaixada em Maputo, Ministro-Conselheiro


JOSÉ BORGES DOS SANTOS JUNIOR
Diretor do Departamento do Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
SUBSECRETARIA-GERAL DE ASSUNTOS POLÍTICOS III
DEPARTAMENTO DA ÁFRICA
DIVISÃO DA ÁFRICA I

REPÚBLICA DO CAMEROUN



OSTENSIVO
Informação ao Senado Federal
Março de 2012

ÍNDICE

DADOS BÁSICOS.....	3
PERFIS BIOGRÁFICOS	5
RELAÇÕES BILATERAIS	8
POLÍTICA INTERNA.....	12
POLÍTICA EXTERNA.....	14
ECONOMIA.....	17
ANEXOS.....	19
CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS	19
CRONOLOGIA HISTÓRICA.....	20
ATOS BILATERAIS	22
DADOS ECONÔMICO-COMERCIAIS.....	24

DADOS BÁSICOS

Nome oficial:	República do Cameroun
Capital:	Iaundê
Área:	469.440 km ² (pouco maior que as áreas dos Estados do Paraná e de São Paulo somadas)
População (estimativa 2011):	19.711.291 habitantes
Idiomas:	Francês (70%) e inglês (30%) oficiais; mais de 240 línguas regionais (principais: fang, bamilequê, duala)
Principais religiões:	Cristianismo (56,5%); religiões tradicionais (animistas) (22,9%); islamismo (19,6%)
Sistema político:	República parlamentarista
Chefe de Estado:	Presidente Paul Biya (desde novembro de 1982)
Chefe de Governo:	Primeiro-Ministro Philemon Yang (desde julho de 2009)
Ministro dos Negócios Estrangeiros:	Pierre Moukoko Mbonjo (desde dezembro de 2011)
PIB (estimativa FMI, 2010):	US\$ 22,4 bilhões (nominal). US\$ 44,3 bilhões (PPP)
PIB per capita (estimativa FMI, 2010):	US\$ 1.100 (nominal). US\$ 2.170 (PPP)
IDH (2011):	0,482 (150º entre 187 países)
Expectativa de vida (2011):	51,6 anos
Unidade monetária:	Franco CFA da África Central (XAF)
Comunidade brasileira estimada:	80 pessoas

BALANÇA COMERCIAL BILATERAL (US\$ MIL F.O.B) Fonte: MDIC

Brasil → Cameroun	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2010	2011
Intercâmbio	20.634	30.126	88.449	106.540	132.250	136.243	106.453	174.649	174.649	141.930
Exportações	19.671	28.819	87.714	104.457	121.115	133.396	103.006	109.667	109.667	137.978
Importações	963	1.307	735	2.083	11.135	2.847	3.447	64.981	64.981	4.132
Saldo brasileiro	18.708	27.512	86.979	102.374	109.980	130.549	99.559	44.686	44.686	133.666

PERFILS BIOGRÁFICOS

Paul Biya
Presidente da República

Nasceu em Mvomeka'a, cidade ao sul do país, em 13 de fevereiro de 1933. Concluiu seus estudos primários em 1948, na Escola Católica de Nden. Em 1956, ingressou no Liceu *Louis Le Grand*, em Paris. Posteriormente, formou-se em Direito pela Universidade de Sorbonne e obteve diplomas do Instituto de Estudos Políticos de Paris e do Instituto Francês de Altos Estudos de Ultramar.

De volta ao Cameroun, na década de 1960, Biya ocupou diversos cargos na administração federal no Governo de Ahmadou Babatoura Ahidjo (1960-1982), até alcançar o posto de Secretário-Geral da Presidência da República e Diretor do Gabinete Civil, em 1968. Sua carreira progrediu de forma considerável, tendo sido Secretário-Geral da Presidência e Primeiro-Ministro de 1970 a 1982.

Em 1982, Biya sucedeu Ahidjo como Presidente da República, após renúncia do mandatário camerounês por questões de saúde. No ano seguinte, foi eleito presidente do seu partido, a União Nacional Camerounesa – renomeado “Reunião Democrática do Povo Camerounês” (RDPC) em 1985.

Em 1984, Biya foi eleito Presidente da República, tendo sido reeleito em 1988, 1992, 1997 e 2004 e 2011, para mandatos de sete anos.

Philemon Yunji Yang***Primeiro-Ministro***

Philemon Yunji Yang nasceu em 14 de junho de 1947, em Jiketem-Oku, na Província Noroeste do Cameroun. Estudou Direito na Universidade de Iaundê e tornou-se promotor de Justiça na Corte do Sudoeste, localizada na cidade de Buea, em janeiro de 1975. Foi o Embaixador do Cameroun no Canadá de 1984 a 2004.

Yang é filiado ao partido Reunião Democrática do Povo Camerounês (RDPC), de Paul Biya. Já ocupou diversas posições-chave no serviço público camerounês, tais como Ministro-Delegado de Administração Territorial (1975-1979), Ministro da Pecuária e Indústrias Animais (1979-1984) e Secretário-Geral Assistente da Presidência da República de 2004 até ser indicado como Primeiro-Ministro, em 30 de junho de 2009.

Pierre Moukoko Mbonjo***Ministro das Relações Exteriores***

Nasceu em 25 de julho de 1954, em Bonabéri-Douala.

Formado em Letras pela Universidade de Paris IV (1977), é também Mestre e Doutor em Ciência Política pela mesma universidade.

É, desde 1986, Professor do Instituto de Relações Internacionais do Cameroun (IRIC), a academia diplomática do país.

Foi Ministro das Comunicações de 2004 a 2006.

Ocupa o cargo de Secretário-Adjunto de Comunicação do Comitê Central da Reunião Democrática do Povo Camaronês (RDPC), partido governista, desde abril de 2007.

Foi nomeado para o cargo de Ministro das Relações Exteriores em 9 de dezembro de 2011.

RELAÇÕES BILATERAIS

As relações bilaterais com a República do Cameroun revestem-se de grande importância. Entre os países da África Ocidental e Central, o Cameroun é um dos países com os quais o Brasil mantém laços mais estreitos.

O relacionamento remonta ao ano de 1960, quando a independência do Cameroun francês foi reconhecida pelo Brasil, em 25 de janeiro. A independência do antigo *Cameroon* britânico, por sua vez, obteve reconhecimento por parte do Brasil em 19 de setembro do mesmo ano.

No ano seguinte, missão parlamentar liderada pelo deputado José Pereira Coelho de Souza (PL-RS) representou o Brasil nas festividades de comemoração da independência camerunesa. Ainda em 1961, missão especial do Cameroun visitou o Brasil.

As décadas de 1960 e 1970 conheceriam avanços no relacionamento entre os dois países. Em 1965, missão do Itamaraty ao Cameroun resultou na assinatura de Acordo Comercial bilateral. Em 1972, a visita do Chanceler Gibson Barbosa a Iaundê culminou na assinatura do Acordo de Cooperação Técnica e na assinatura do Acordo de Cooperação Cultural, bem como na condecoração de várias autoridades locais – inclusive o atual presidente, Paul Biya.

Na década de 1980, os dois países aprofundaram suas relações. Em 1982, foi criada a Embaixada do Brasil em Iaundê. Em 1984, estabeleceu-se a Embaixada do Cameroun em Brasília. Com a instalação de missões diplomáticas residentes, o relacionamento bilateral adquiriu maior fluidez, com maior intercâmbio de visitas oficiais, culminando na realização, em novembro de 1986, da I Reunião da Comissão Mista Brasil-Cameroun, em Iaundê.

Em 2003, foi criado o Grupo Parlamentar Brasil-Cameroun.

Em janeiro de 2005, realizou-se visita do Ministro Celso Amorim a Iaundê; em abril do mesmo ano, o então Presidente Lula realizou visita oficial ao Cameroun. Nessa oportunidade, foram assinados protocolos de intenções nos campos da agricultura, educação e esportes. Em agosto do mesmo ano, Brasil e Cameroun realizaram a II Reunião da Comissão Mista, em Brasília.

A III edição da Comissão Mista foi realizada em fevereiro de 2010, novamente em Brasília, a pedido da parte camerunesa, a fim de coincidir com a visita oficial do Ministro das Relações Exteriores, Henri Eyebé Ayissi. Na oportunidade, foram assinados dois acordos bilaterais: a instituição de Mecanismo de Consultas Políticas Bilaterais regulares entre

as duas Chancelarias e o Memorando de Entendimento sobre Cooperação Esportiva.

Em março de 2010, o Ministro Chefe da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), Edson Santos, visitou o Cameroun e assinou Acordo Bilateral para a Proteção e Promoção dos Direitos Humanos e a Inclusão Social.

Em agosto de 2010, o presidente do Cameroun, Paul Biya, visitou o Brasil. Nessa ocasião, os laços entre os dois países foram estreitados. Foram assinados o Memorando de Entendimento sobre Cooperação no Campo da Agricultura e Pecuária, o Acordo de Cooperação no Campo do Turismo – atualmente em tramitação na Casa Civil – e o Acordo sobre o Exercício de Atividades Remunerada por Parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Militar, Administrativa e Técnico – em tramitação na Câmara dos Deputados (PDC 475/2011).

Cooperação técnica

A cooperação técnica entre os dois países beneficia-se das constantes visitas de autoridades. Já visitaram o Brasil os Ministros do Equipamento (duas ocasiões), dos Transportes e das Minas e Energia. A Ministra Ananga Messina, da Agricultura e do Desenvolvimento Rural, visitou Brasília em maio de 2010, no contexto da reunião de Ministros da Agricultura do Brasil e dos Países Africanos, e novamente em agosto de 2011.

Na área agrícola, cabe lembrar o treinamento de trinta técnicos em cacauicultura da Sociedade Camerounesa de Desenvolvimento do Cacau (SODECAO) por especialistas da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (CEPLAC/MAPA), em 2010, realizado em várias cidades no interior do Cameroun.

Também em 2010, missão pluridisciplinar camerounesa, chefiada pelo Diretor-Geral da SODECAO, Jérôme Mvondo, esteve no Brasil para manter contatos junto à EMBRAPA visando a identificar oportunidades de cooperação na área de transformação do cacau. Um dos objetivos do Cameroun é o de se beneficiar da técnica brasileira de multiplicação vegetal denominada “biofábrica”.

Em 2011, os dois países deram prosseguimento às iniciativas de cooperação. Entre os dias 7 e 11 de fevereiro, realizou-se missão da ABC ao Cameroun para estabelecer parcerias nas áreas de piscicultura, água e saneamento.

Em agosto deste ano, a vinda da ministra da Agricultura e do Desenvolvimento Rural, Ananga Messina, deu seguimento à cooperação que os dois países têm mantido na área agrícola.

Cooperação cultural

Em março de 2010, foi reaberto Leitorado de Língua, Literatura e Cultura Brasileira na Universidade de Iaundê I.

Também merecem destaque a Retrospectiva do Cinema Brasileiro e a promoção, em julho de 2010, da “Semana Villa-Lobos”, que contou com concerto do pianista brasileiro Fábio Gardenal, exibição de filme sobre a vida de Villa-Lobos e oficina com estudantes de piano locais.

Assuntos consulares

A comunidade brasileira no Cameroun é composta por cerca de 80 pessoas. O atendimento consular é realizado pela Embaixada do Brasil em Iaundê, que também é responsável pelo atendimento aos brasileiros no vizinho Chade.

Operações de empréstimos e financiamentos oficiais

Não há registro de empréstimos e financiamentos oficiais do Brasil para o Cameroun.

POLÍTICA INTERNA

Em 1º de janeiro de 1960, sob a liderança de Ahmadou Ahidjo, do partido União Camerounesa (UC), a ex-colônia francesa conquistou a independência, estabelecendo-se a República do Cameroun. Em referendo realizado no território sob administração britânica, a região sul aderiu ao novo país, enquanto a parte norte, com população predominantemente muçulmana, optou por integrar-se à Nigéria. Em 1961, sob a presidência de Ahidjo, formou-se a Federação do Cameroun, com ambas as regiões preservando certa autonomia.

Durante o restante da década de 60, Ahidjo exerceu um Governo ditatorial, respaldado pelo aparato de segurança interna do país. Em 1966, o sistema multipartidário foi abolido pelo Presidente. Os partidos políticos foram amalgamados na União Nacional Camerounesa (UNC).

Em maio de 1972, após a realização de referendo em que ampla maioria dos eleitores aprovou a unificação da Federação, surgiu a República Unida do Cameroun. Em 4 de novembro de 1982, o Presidente Ahidjo renunciou ao cargo, sendo constitucionalmente substituído pelo Primeiro-Ministro, Paul Biya, dois dias depois.

No ano seguinte, a suspeita de que estaria sendo planejado golpe de Estado contra Paul Biya, em agosto, forçou Ahidjo a deixar a liderança da UNC, que passou às mãos do atual Presidente, no congresso partidário de 14 de setembro de 1983. Em abril de 1984, motim da Guarda Republicana contra Biya foi contido pelo Exército. Em 1984, Paul Biya foi eleito Presidente do Cameroun.

Em dezembro de 1990, Biya promulgou a Lei das Associações e Partidos Políticos, que restaurou o multipartidarismo no país. Era o início da abertura política. Em 1992, foi criado o cargo de Primeiro-Ministro. O cargo não possui o mesmo peso que em outros regimes parlamentaristas, e a maioria das decisões é tomada pelo Presidente. Atualmente, é ocupado por um representante da parcela anglófona da população, como forma de acalmar as tensões separatistas das regiões noroeste e sudoeste, que concentram a maioria dos falantes de inglês.

Em 1996, nova constituição passou a vigorar. A Constituição prevê um Parlamento bicameral, composto de Assembleia Nacional e Senado. Essa medida, bandeira dos setores oposicionistas, ainda não foi implementada, e o Poder Legislativo continua a ser exercido pela Assembleia Nacional, unicameral.

O Cameroun tem mais de 250 partidos, mas somente 16 concorreram nas eleições presidenciais de 2004, e 51 disputaram as eleições municipais e legislativas de 2007. Somente cinco partidos têm

representação na Assembleia Nacional, o que os torna as principais forças políticas do país. O principal deles é o “Reunião Democrática do Povo Camerounês” (RDPC), partido de Biya, que detém controle de 80% das cadeiras das assembleias, tanto locais quanto nacional.

A oposição tem como principal instrumento a Frente Social-Democrata (SDF), de John Fru Ndi. A União Democrática do Cameroun (UDC) não possui grande representatividade na Assembleia Nacional, mas tem importante apoio popular na região oeste do país.

Em 2004, o Governo iniciou luta contra a corrupção, intitulada “Operação Falcão”. Como consequência, em março de 2008, o ex-Ministro de Economia e Finanças, Polycarpe Abah-Abah, e o ex-Ministro da Saúde, Urbain Ollanguena Awono, foram presos, sob alegação de desvio de verbas.

Eleito presidente em 1984, Biya foi reeleito em 1988, 1992, 1997, 2004 e 2011.

Nas eleições de 2011, foi concedido, pela primeira vez, o direito de voto a cidadãos residentes no exterior – importante tema na política local, uma vez que a diáspora reúne importantes lideranças oposicionistas. A novidade, no entanto, não teve impacto nos resultados eleitorais, tendo o Presidente Paul Biya sido reeleito uma vez mais, por ampla margem.

POLÍTICA EXTERNA

A política externa do Cameroun é relativamente discreta. No plano multilateral, o país foi, no período de 2002/2003, membro do Conselho de Segurança da ONU. Teve desempenho avaliado como correto durante sua presidência da Organização da Unidade Africana (OUA) – antecessora da atual União Africana (UA) – no período 1996/1997, quando procurou mediar conflitos na República Centro-Africana e no Chade.

O país é membro da Comunidade dos Estados da África Central (CEAC) e da Comunidade Econômica e Monetária da África Central (CEMAC) – onde representa cerca de 50% do Produto Interno Bruto do conjunto dos seis membros da Comunidade, a saber: Cameroun, Chade, República Centro-Africana, República do Congo, Gabão e Guiné Equatorial. Ambos são organismos de integração econômica, mas que constituem também foros regionais relevantes de cooperação política. É membro, também, da Organização Internacional da Francofonia e da Comunidade Britânica, evidenciando a presença das duas comunidades linguísticas do país.

China

Cameroun e China mantêm relações estreitas. Destacam-se, em particular, os investimentos chineses em infraestrutura e a concessão de empréstimos ao país africano.

O Presidente chinês Hu Jintao esteve no Cameroun em fevereiro de 2007 e assinou oito acordos de cooperação técnica. Entre os acordos, destacam-se os que foram assinados nas áreas de educação (construção de duas escolas rurais) e saúde (hospitais de ginecologia, obstetrícia e pediatria, bem como o fornecimento de equipamento médico para essas atividades). Foi assinado também um acordo quadro para um empréstimo destinado ao financiamento de projeto de telecomunicações (US\$ 4,5 milhões), e concedido empréstimo sem juros de US\$ 4,07 milhões.

Em junho de 2009, a China entregou ao Governo camerounês o Palácio Polivalente de Esportes de Iaundê, orçado em cerca de US\$ 30,1 milhões. O projeto integra a iniciativa chinesa de auxiliar no Programa Nacional de Desenvolvimento da Infraestrutura Esportiva (PNDIS) do Cameroun e é um dos diversos exemplos de obras construídas pelo Governo chinês em solo camerounês.

O Presidente Biya, que pouco se desloca ao exterior em viagens oficiais, esteve na China em cinco ocasiões (1983, 1993, 2003, 2006 e, recentemente, em julho de 2011).

Em janeiro deste ano, por ocasião da visita do Vice-Primeiro Ministro chinês, Hui Liangyu, ao Cameroun, foi assinado acordo que rege empréstimo de 450 milhões de dólares destinados à construção do porto em águas profundas de Kribi.

Na ótica do Governo camerounês, as relações com a China são “pragmáticas e exemplares”.

França

As relações com a França são ainda prioritárias. Permanece grande a influência francesa na vida econômica do país, nos acordos militares, nos vínculos culturais e educacionais, na cooperação técnica, na forte presença de nacionais franceses, entre outros.

Gabão

Cameroun e Gabão constituem os pilares da Comunidade Econômica e Monetária da África Central (CEMAC) e, nesse sentido, têm mantido diálogo construtivo em temas de política regional (constituição da força de paz na República Centro-Africana) e de integração econômica. Nesse contexto, foi lançado o projeto de criação de uma “*Air Cemar*”, que poderia substituir as duas empresas nacionais de aviação.

O Gabão abriga forte colônia de imigrantes camerouneses, muito ativos na vida econômica do país (sobretudo no ramo das pequenas empresas). O Gabão importa do Cameroun grande parte dos gêneros alimentícios que consome, assim como variada gama de produtos semimanufaturados e manufaturados simples, o que reflete o maior dinamismo e diversificação da economia camerounesa.

A integração das economias do Gabão e do Cameroun é promovida ativamente pela União Europeia e pela França, que financiam a construção de estradas de rodagem ligando as capitais dos dois países, além de favorecer conexões rodoviárias do Chade e da República Centro-Africana até os portos de Duala (Cameroun) e Libreville (Gabão).

Guiné Equatorial

O Cameroun mantém com a Guiné Equatorial relação de “cordial desconfiança”, mutuamente alimentada. Ao mesmo tempo em que os países

trabalham juntos para melhor definir suas questões fronteiriças e que realizam, periodicamente, reuniões da Comissão Mista bilateral, há recorrentes desavenças entre os dois países. A mais recente ocorreu em maio de 2009, com a expulsão de cidadãos camerouneses residentes na Guiné Equatorial. Esta não foi a primeira vez que o Governo de Obiang expulsou cidadãos camerouneses de seu território, tendo-o feito recentemente em 2004 e 2007.

Nigéria

A relação bilateral entre o Cameroun e Nigéria deteriorou-se a partir de 1994, quando ocorreram conflitos armados na Península de Bakassi – área de cerca de 1.000 km² na costa do Cameroun, habitada sobretudo por nigerianos, e cuja projeção marítima é rica em petróleo (que a Nigéria explora no denominado “Setor G”) e recursos pesqueiros, de que se beneficiam, sobretudo, os pescadores nigerianos.

O Cameroun submeteu a questão à Corte Internacional de Justiça (CIJ), que, em 10 de outubro de 2002, deu ganho de causa ao Cameroun no que se refere à soberania sobre a Península de Bakassi.

Às vésperas de uma eleição presidencial, a Nigéria pareceu inicialmente esboçar reação de inconformidade, o que ensejou decidida intervenção do Secretário-Geral da ONU, com apoio da França (que mantém militares na área) e de outros países, para o encontro de solução politicamente aceitável, sem comprometer os direitos reconhecidos ao Cameroun. Assim, foi criada Comissão Mista para implementar a decisão da Haia, com a participação de representante do Secretário-Geral da ONU.

A Nigéria, entretanto, não cumpriu a obrigação de retirar-se do território de Bakassi dentro do prazo, esgotado em 15 de setembro de 2004, alegando aceitação tácita camerounesa de alteração do calendário pertinente. A questão só foi resolvida pacificamente em agosto de 2006, quando a península foi entregue ao Cameroun. O acordo foi visto como uma grande vitória do Governo Biya. O Governo nigeriano completou a cessão em 14 de agosto de 2008.

ECONOMIA

O Produto Interno Bruto do Cameroun, quando usada a taxa oficial de câmbio, é de cerca de US\$ 20 bilhões e a renda per capita de cerca de US\$ 1.200. Usada, porém, a paridade do poder de compra, o PIB dobra para cerca de US\$ 40 bilhões, um dos mais altos da África Subsaariana, e a renda per capita para US\$ 2.200. A taxa de crescimento do PIB em 2007 foi de 2,7% e a da inflação de 1,1%.

A economia camerounesa tem oscilado segundo a flutuação dos preços internacionais dos principais produtos agrícolas de exportação, da oscilação dos preços do petróleo e das altas ocasionais da cotação do franco CFA, em paridade com o euro. Existe, porém, certo equilíbrio na economia camerounesa: agricultura (20% do PIB), atividade industrial (19%) e exploração e refino do petróleo (9%). Além desses setores, o setor terciário contribui com cerca de 46% do PIB e emprega cerca de 35% da população. É formado basicamente pela administração pública e pelo comércio.

O setor primário continua de fundamental importância: emprega cerca de 50% da população economicamente ativa. Cerca de 90% da produção agrícola se dá a nível de subsistência e 10% de plantações de escala industrial. Devido à variedade climática registrada no país, diferentes tipos de culturas predominam em cada região. Desta forma, os principais produtos na planície costeira são banana, cacau, óleo de palma, borracha e chá; no planalto do sul, café, açúcar e tabaco; e, no norte, mais seco, algodão. Apenas 15% do território camerounês é cultivado.

O setor secundário emprega 15% da população. A indústria, de relativa importância, sobretudo no contexto regional, contribui com cerca de 19% do PIB, destacando-se a produção de alumínio, refino de petróleo, reparos de navios e bens de consumo para o mercado interno, como têxteis, produtos alimentícios, cerveja, cigarro, montagem de produtos industriais importados e produtos de madeira.

Entre os problemas mais sérios para o desenvolvimento do país, podem-se mencionar, entre outros, um serviço público superdimensionado, altos impostos, dificuldade na execução dos contratos, oscilações no fornecimento de energia e deficiência dos meios de transportes.

A infraestrutura do transporte camerounês é, em geral, incapaz de sustentar o crescimento econômico do país. As rodovias, geralmente sem asfalto, tornam-se especialmente problemáticas durante a época de chuvas, o que encarece o transporte de produtos no país. O sistema ferroviário do Cameroun tem 1.009 quilômetros de extensão e é importante parte do transporte de cargas dentro do país, além de ser a principal ligação com os vizinhos Chade e República Centro-Africana. Há três aeroportos no país

(Duala, Garua e Iaundê), que atendem rotas internacionais e podem receber aeronaves de grande porte.

Desde 1990, o Governo vem trabalhando com o FMI e com o Banco Mundial em programas de saneamento da economia, de aumento da eficiência na agricultura e no comércio e de recapitalização dos bancos.

Depois de grave crise no setor bancário nos anos 90, em que vários bancos foram à falência, o Governo reestruturou o setor e transferiu sua supervisão para a Comissão Bancária da África Central (COBAC).

A política monetária fica a cargo do Banco dos Estados da África Central (BEAC), que, além de definir a política monetária de todos os países-membros da Comunidade Econômica e Monetária da África Central, fixa taxas de juros para depósitos e empréstimos e determina o lastro mínimo para os bancos comerciais.

ANEXOS

Cronologia do relacionamento bilateral

1960	Brasil reconhece a independência do Cameroun francês, em 25 de janeiro, e do Cameroon britânico, em 19 de setembro.
1961	Grupo parlamentar brasileiro visita o Cameroun, e missão especial camerounesa visita o Brasil.
1965	Assinatura de Acordo Comercial entre Brasil e Cameroun.
1972	Visita do Chanceler Gibson Barbosa a Iaundê; assinatura de Acordos de Cooperação Técnica e Cultural.
1982	Criação da Embaixada brasileira em Iaundê, cumulativa com o Chade e encarregada de acompanhar os assuntos relativos à República Centro-Africana (que não mantinha relações diplomáticas com o Brasil).
1984	Estabelecida a Embaixada do Cameroun em Brasília.
1986	Comissão Mista (Comista) Brasil-Cameroun reúne-se pela primeira vez em Iaundê; visita do Chanceler brasileiro Roberto Abreu Sodré ao Cameroun (novembro).
1999	Devido a restrições orçamentárias, a Embaixada brasileira é desativada, passando a ser cumulativa com Libreville, no Gabão.
2004	Assinatura de Memorando de Entendimento na Área de Educação.
2005	Reabertura da Embaixada do Brasil em Iaundê (abril); visitas do Chanceler Celso Amorim (janeiro) e do Presidente Lula (abril) ao Cameroun. Ainda nesse ano, em agosto, é realizada em Brasília a II Comissão Mista Brasil-Cameroun.
2007	Abertura de Lectorado de Língua e Literatura Brasileira na Universidade de Iaundê I.
2008	Realização da III Reunião da Comissão Mista Brasil-Cameroun, em Brasília (fevereiro); Visita do Ministro das Relações Exteriores camerounês, Henri Eyébe Ayissi, ao Brasil
2010	Visita ao Brasil do Presidente Paul Biya.

Cronologia histórica

Século I a.C	Presença das primeiras tribos bantus na região força a marcha dos pigmeus para as florestas no interior do atual território do país.
Século XV	Expedições portuguesas exploram a costa da região, batizando-a de “Camarões” devido à grande presença do crustáceo em seus rios.
Século XVII	Holandeses ocupam a região.
Século XVIII	Missionários britânicos fazem protestos contra o tráfico de escravos. A Sociedade Missionária Batista de Londres cria em Vitória, atual Limbé, uma colônia cristã para escravos libertos.
1884	Alemães dominam a região, criando o Protetorado do Kamerun.
1916	Durante a I Guerra Mundial, tropas britânicas e francesas forçam os alemães a deixarem o país.
1919	A Declaração de Londres divide o país em uma parte britânica (20% do território) e uma parte francesa (os 80% restantes).
1960	Independência do Cameroun Francês, que muda de nome para República do Cameroun; Ahmadou Ahidjo torna-se presidente.
1961	A ONU realiza plebiscito nas duas regiões previamente sob controle britânico. A parte norte decide pela união com a Nigéria, enquanto a seção sul se integra à República do Cameroun.
1966	Criação da <i>Union Nationale Camerounaise</i> (UNC), partido englobando as maiores tendências políticas francófonas do país.
1972	Após referendo, o Cameroun se torna um Estado unitário e passa a adotar o nome oficial de “República Unida do Cameroun”.
1982	Ahidjo renuncia à Presidência por motivos de saúde, e o Primeiro-Ministro Paul Biya assume.
1983	Ahidjo se exila, após acusações de que teria planejado golpe contra Biya.
1984	Biya é eleito presidente; muda o nome do país de volta para “República do Cameroun”.
1992	Paul Biya é reeleito na primeira eleição multipartidária do Cameroun.
1994	Começam as disputas com a Nigéria sobre a península de Bakassi.

1996	Após conflitos na fronteira, Cameroun e Nigéria aceitam mediação da ONU sobre o conflito a respeito de Bakassi.
1997	Biya é reeleito presidente por mais sete anos.
2000	O Banco Mundial aprova financiamento para a construção de oleoduto ligando o Chade ao Cameroun, apesar dos protestos de ativistas dos direitos humanos e ambientais.
2004	Biya é mais uma vez eleito presidente, por mais sete anos.
2006	Após decisão da Corte Internacional de Justiça em favor do Cameroun, a Nigéria desocupa a Península de Bakassi. O processo de transferência de soberania da Península em favor do Cameroun se completa em 2008.
2008	Emenda constitucional permite reeleições ininterruptas para Paul Biya.
2011	Biya é reeleito para novo mandato de sete anos.

ATOS BILATERAIS

Título	Data de celebração	Entrada em vigor	Promulgação	
			Decreto n.º	Data
Acordo Comercial	05/06/1965	07/10/1966	61860	06/12/1967
Acordo de Cooperação Técnica	14/11/1972	20/09/1973	73158	14/11/1973
Acordo Cultural	14/11/1972	20/09/1973	73158	14/11/1973
Acordo sobre Cooperação no Campo do Turismo	04/08/2010	Em tramitação na Casa Civil		
Acordo sobre o Exercício de Atividade Remunerada por Parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Militar, Administrativo e Técnico	04/08/2010	Em tramitação na Câmara dos Deputados (PDC 475/2011)		

DADOS ECONÔMICO-COMERCIAIS

COMÉRCIO EXTERIOR ⁽¹⁾ (US\$ milhões)	2006	2007	2008	2009	2010 ⁽²⁾	2011 ⁽³⁾
Exportações (fob)	4.652	4.899	5.593	3.792	4.471	1.674
Importações (cif)	2.916	3.614	4.344	3.929	4.482	1.672
Balança comercial	1.736	1.285	1.249	-137	-111	-2
Intercâmbio comercial	7.568	8.513	9.937	7.721	8.953	3.346

Elaborado pelo MREDP/IDIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do FMI - Division of Trade Statistics, September 2011.

(1) Os dados não coincidem, necessariamente, com aqueles apresentados no Balança de Pagamentos em razão das diferentes metodologias de venda (fob e cif) e das distintas metodologias de cálculo.

(2) pré-est. Última posição disponível em 09/07/2011

INDICADORES SOCIOECONÔMICOS	2006	2007	2008	2009	2010 ⁽¹⁾
População (em milhões de habitantes)	18,2	18,7	19,1	19,5	20,0
Densidade demográfica (hab/Km ²)	38,3	39,3	40,2	41,0	42,1
PIB Nominal(US\$ bilhões) ⁽²⁾	18,0	20,7	23,4	23,7	23,5
Crescimento real do PIB (%) ⁽³⁾	3,2	3,5	2,9	2,0	2,8
Variação anual do índice de preços ao consumidor (%)	2,4	3,5	5,3	1,0	3,1
Reservas internacionais (US\$ milhões)	1.735	2.932	3.091	3.676	3.665
Dívida Externa Total (US\$ bilhões)	3,3	3,0	2,8	2,9	3,1
Câmbio (CFAfr / US\$) ⁽³⁾	522,9	479,3	447,8	472,2	495,3

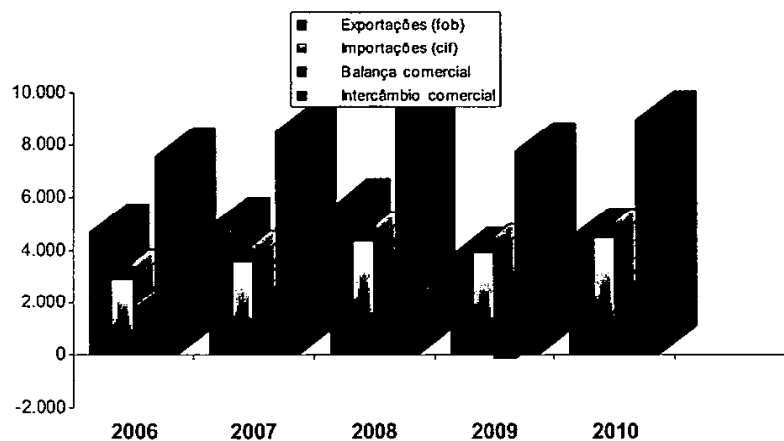
Elaborado pelo MREDP/IDIC - Divisão de Informação Comercial, tendo por base os dados de Economist Intelligence Unit, Country Report July 2011.

(1) Estimativa EIU

(2) 2006: estimativa

(3) 2010: dado real

COMÉRCIO EXTERIOR DO CAMEROUN



DIREÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR (US\$ milhões - fob)	2008	% no total	2009	% no total	2010	% no total	2011 ⁽¹⁾⁽²⁾	% no total
EXPORTAÇÕES								
Espanha	1.089	19,5%	484	12,8%	670	15,0%	257	15,3%
Países Baixos	445	7,9%	555	14,6%	571	12,8%	173	10,4%
China	436	7,8%	362	9,5%	420	9,4%	231	13,8%
Itália	742	13,3%	467	12,3%	413	9,2%	166	9,9%
França	451	8,1%	217	5,7%	290	6,5%	117	7,0%
Estados Unidos	584	10,4%	243	6,4%	283	6,3%	69	4,1%
Índia	29	0,5%	58	1,5%	189	4,2%	80	4,8%
Reino Unido	132	2,4%	158	4,2%	147	3,3%	23	1,4%
Chade	120	2,1%	105	2,8%	133	3,0%	50	3,0%
Bélgica	221	4,0%	171	4,5%	131	2,9%	62	3,7%
Gabão	112	2,0%	98	2,6%	125	2,8%	47	2,8%
Gana	85	1,5%	75	2,0%	95	2,1%	36	2,1%
Trinidad and Tobago	79	1,4%	69	1,8%	88	2,0%	33	2,0%
Portugal	26	0,5%	109	2,9%	77	1,7%	11	0,6%
Alemanha	131	2,3%	41	1,1%	77	1,7%	83	5,0%
<i>Brasil</i>	3	0,1%	3	0,1%	65	1,5%	1	0,1%
SUBTOTAL	4.685	83,8%	3.215	84,8%	3.775	84,4%	1.436,8	85,8%
DEMAIS PAÍSES	908	16,2%	577	15,2%	696	15,6%	237,2	14,2%
TOTAL GERAL	5.593	100,0%	3.792	100,0%	4.471	100,0%	1.674,0	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPRD/C - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do FMI - Direction of Trade Statistics, September 2011.

Países listados em ordem decrescente, sendo como base os valores apresentados em 2010.

(1) Janeiro-abril, última posição disponível em 05/05/2011.

DIREÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR (US\$ milhões - cif)	2008	% no total	2009	% no total	2010 ⁽¹⁾	% no total	2011 ⁽¹⁾⁽²⁾	% no total
IMPORTAÇÕES								
França	927	21,3%	824	21,0%	850	19,0%	324	19,4%
China	419	9,6%	457	11,6%	595	13,3%	222	13,3%
Nigéria	607	14,0%	423	10,8%	554	12,4%	235	14,0%
Bélgica	270	6,2%	260	6,6%	247	5,5%	93	5,6%
Alemanha	166	3,8%	133	3,4%	180	4,0%	54	3,2%
Costa do Marfim	52	1,2%	125	3,2%	159	3,5%	30	1,8%
Estados Unidos	138	3,2%	169	4,3%	146	3,2%	68	4,1%
Tailândia	95	2,2%	110	2,8%	132	2,9%	55	3,3%
Índia	105	2,4%	74	1,9%	124	2,8%	52	3,1%
Itália	135	3,1%	112	2,9%	122	2,7%	47	2,8%
<i>Brasil</i>	147	3,4%	109	2,8%	121	2,7%	26	1,6%
Países Baixos	109	2,5%	114	2,9%	93	2,1%	43	2,6%
África do Sul	63	1,5%	66	1,7%	84	1,9%	27	1,6%
Espanha	73	1,7%	67	1,7%	77	1,7%	25	1,5%
Reino Unido	61	1,4%	51	1,3%	62	1,4%	28	1,7%
Mauntânia	50	1,1%	43	1,1%	55	1,2%	21	1,2%
Turquia	36	0,8%	55	1,4%	53	1,2%	30	1,8%
República da Coreia	49	1,1%	36	0,9%	53	1,2%	23	1,4%
Paquistão	90	1,4%	32	1,4%	40	1,0%	14	1,0%
Cingapura	27	0,6%	32	0,5%	40	0,8%	13	0,8%
SUBTOTAL	3.618	83,3%	3.293	83,8%	3.787	84,5%	1.428,4	85,4%
DEMAIS PAÍSES	726	16,7%	636	16,2%	695	15,5%	243,6	14,6%
TOTAL GERAL	4.344	100,0%	3.929	100,0%	4.482	100,0%	1.672,0	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPRD/C - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do FMI - Direction of Trade Statistics, September 2011.

Países listados em ordem decrescente, sendo como base os valores apresentados em 2010.

(1) Janeiro-abril, última posição disponível em 05/05/2011.

COMPOSIÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR		2 0 1 0 ⁽¹⁾	
		Valor	Part. %
EXPORTAÇÕES (US\$ milhões, fob)			
Combustíveis minerais, óleos minerais e ceras minerais		1.649	43,7%
Cacau e suas preparações		754	20,0%
Madeira, carvão vegetal e obras de madeira		612	16,2%
Frutas; cascas de cítricos e de melões		260	6,9%
Borracha e suas obras		154	4,1%
Alumínio e suas obras		100	2,7%
Algodão		92	2,4%
Café, chá, mate e especiarias		71	1,9%
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos		15	0,4%
Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos		8	0,2%
Subtotal		3.715	98,5%
Demais Produtos		56	1,5%
Total Geral		3.771	100,0%
IMPORTAÇÕES (US\$ milhões, cif)			
Combustíveis minerais, óleos minerais e ceras minerais		537	14,2%
Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos		466	12,4%
Veículos automóveis, tratores, ciclos		279	7,4%
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos		264	7,0%
Cereais		225	6,0%
Obras de ferro fundido, ferro ou aço		142	3,8%
Produtos farmacêuticos		134	3,6%
Plásticos e suas obras		100	2,7%
Outros artefatos têxteis confeccionados; sortidos		95	2,5%
Papel e cartão; obras de pasta de celulose		80	2,1%
Sal, enxofre; terras e pedras; gesso, cal e cimento		56	1,5%
Peixes e crustáceos, moluscos		52	1,4%
Gorduras e óleos animais ou vegetais		49	1,6%
Subtotal		2.479	66,1%
Demais Produtos		1.165	33,9%
Total Geral		3.644	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, tendo por base os dados do UNCTAD/ITC/Trademap.

Carrações não informou dados comerciais ao banco de dados Trademap. Portanto, os dados são baseados em informações de países importadores/exportadores, o que pode causar divergências nos dados estatísticos.

(1) Última posição disponível em 06/09/2011.

INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - REP. DE CAMARÕES ⁽¹⁾					
(US\$ mil, fob)					
	2006	2007	2008	2009	2010
Exportações	104.457	121.115	133.398	103.006	109.668
Variação em relação ao ano anterior	19,1%	15,9%	10,1%	-22,8%	6,5%
Part. (%) no total das exportações brasileiras para a África	1,4%	1,4%	1,3%	1,2%	1,2%
Part. (%) no total das exportações brasileiras	0,1%	0,1%	0,1%	0,1%	0,1%
Importações	2.083	11.135	2.847	3.447	64.981
Variação em relação ao ano anterior	183,4%	434,5%	-74,4%	21,1%	1785,0%
Part. (%) no total das importações brasileiras da África	0,0%	0,1%	0,0%	0,0%	0,6%
Part. (%) no total das importações brasileiras	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Intercâmbio Comercial	106.540	132.250	136.244	106.453	174.649
Variação em relação ao ano anterior	20,5%	24,1%	3,0%	-21,9%	64,1%
Part. (%) no total do intercâmbio Brasil - África	0,7%	0,7%	0,5%	0,6%	0,8%
Part. (%) no total do intercâmbio brasileiro	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Balança comercial	102.374	109.980	130.549	99.559	44.687

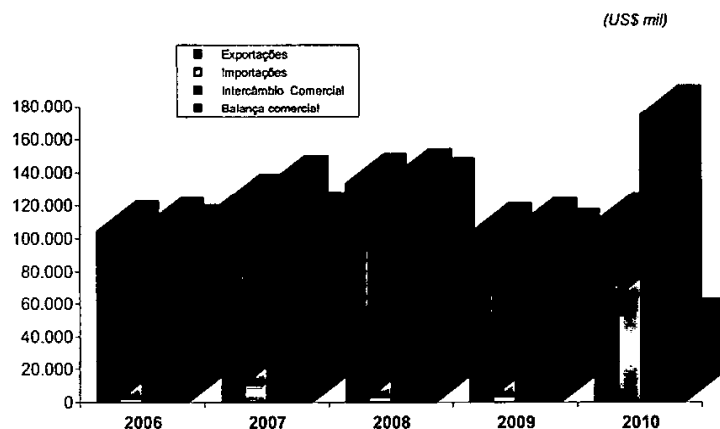
Elaborado pelo MRE/OPRIOC - Divisão de Informação Comercial, tendo por base os dados do MDIC/SECCEX/AlcanceWeb.

(1) As discrepâncias observadas nos dados estatísticos das exportações brasileiras e das importações do país e vice-versa podem ser explicadas pelo uso de fontes distintas e também por diferentes metodologias de apuração.

INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - REP. DE CAMARÕES		
(US\$ mil, fob)		
	2010 (jan-ago)	2011 (jan-ago)
Exportações	54.327	86.105
Variação em relação ao mesmo período do ano anterior	-29,0%	58,5%
Part. (%) no total das exportações brasileiras para a África	0,7%	1,6%
Part. (%) no total das exportações brasileiras	0,5%	0,6%
Importações	63.489	1.170
Variação em relação ao mesmo período do ano anterior	5671,7%	-98,2%
Part. (%) no total das importações brasileiras da África	29,1%	0,9%
Part. (%) no total das importações brasileiras	0,8%	0,0%
Intercâmbio Comercial	117.816	87.275
Variação em relação ao mesmo período do ano anterior	51,9%	-25,9%
Part. (%) no total do intercâmbio Brasil - África	0,8%	0,6%
Part. (%) no total do intercâmbio brasileiro	0,5%	0,3%
Balança Comercial	-9.162	84.935

Elaborado pelo MRE/OPRIOC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MDIC/SECCEX/AlcanceWeb.

INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL-REPÚBLICA DE CAMARÕES 2006 - 2010



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, tendo por base os dados do MDIC/SECEX/Aliceweb.

COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - REP. CAMARÕES		2 0 0 8	%	2 0 0 9	%	2 0 1 0	%
(US\$ mil, fob)			no total		no total		no total
EXPORTAÇÕES (por principais produtos e grupos de produtos)							
Apícolas e produtos de confeitaria	13.705	10,3%	8.133	7,9%	33.678	30,7%	
Obras de ferro fundido, ferro ou aço	19.496	14,6%	41.316	40,1%	31.724	28,9%	
Produtos químicos inorgânicos	70.617	52,9%	20.910	20,3%	26.796	24,4%	
Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	1.653	1,2%	4.547	4,4%	4.695	4,3%	
Ferro fundido, ferro e aço	7.321	5,5%	3.572	3,5%	4.067	3,7%	
Veículos automotores, tratores suas partes e acessórios	432	0,3%	605	0,6%	2.158	2,0%	
Sal, enxofre, terras. Pedras, gesso, cal e cimento	7.863	5,9%	320	0,3%	0	0,0%	
Cereais	0	0,0%	8.652	8,6%	0	0,0%	
Subtotal	121.087	90,8%	88.265	85,7%	103.118	94,0%	
Demais Produtos	12.309	9,2%	14.741	14,3%	6.550	6,0%	
TOTAL GERAL	133.396	100,0%	103.006	100,0%	109.668	100,0%	

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, tendo por base os dados do MDIC/SECEX/Aliceweb.
Grupos de produtos listados em ordem decrescente, tendo como base os valores apresentados em 2010.

COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - REP. CAMARÕES		2 0 0 8	%	2 0 0 9	%	2 0 1 0	%
(US\$ mil, fob)			no total		no total		no total
IMPORTAÇÕES (por principais produtos e grupos de produtos)							
Combustíveis minerais, óleos minerais, ceras minerais		0	0,0%	0	0,0%	61.387	94,5%
Borracha e suas obras	1.247	43,8%	2.489	72,2%	3.127	4,8%	
Madeira, carvão vegetal e obras de madeira	1.592	55,9%	704	20,4%	450	0,7%	
Móveis, mobiliário médico-cirúrgico, colchões	0	0,0%	0	0,0%	13	0,0%	
Subtotal	2.839	99,7%	3.193	92,6%	64.977	100,0%	
Demais Produtos	8	0,3%	254	7,4%	4	0,0%	
TOTAL GERAL	2.847	100,0%	3.447	100,0%	64.981	100,0%	

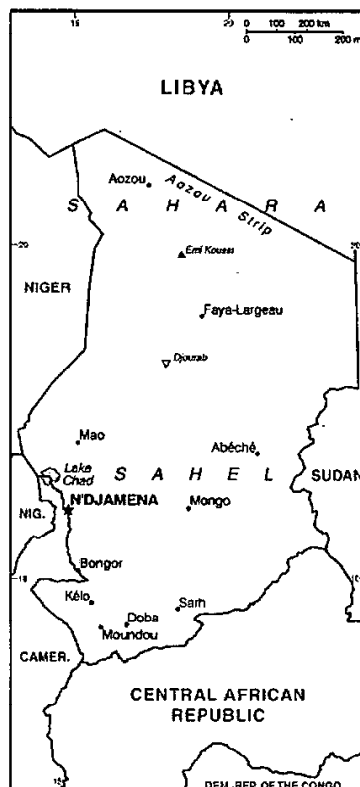
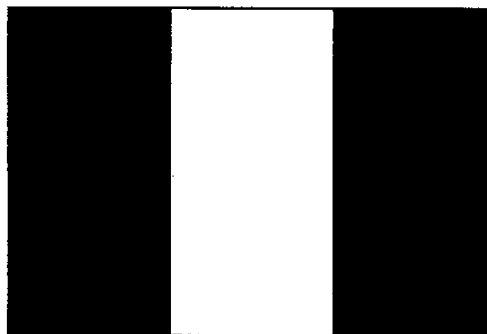
Elaborado pelo MRE/OPRODIC - Divisão de Informação Comercial, tendo por base os dados do MDIC/SECEX/ARCSweb.
Grupos de produtos listados em ordem decrescente, tendo como base os valores apresentados em 2010.

COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - CAMARÕES				
	2 0 1 0 (jan-ago)	% do total	2 0 1 1 (jan-ago)	% do total
EXPORTAÇÕES: (Principais grupos de produtos)				
Açúcares e produtos de confeitaria	10.134	18,7%	47.360	55,0%
Produtos químicos inorgânicos	16.072	29,6%	30.137	35,0%
Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	3.159	5,8%	2.726	3,2%
Sal, enxofre, terras e pedras, gesso, cal e cimento	0	0,0%	937	1,1%
Carnes e miudezas, comestíveis	320	0,6%	519	0,6%
Produtos da indústria de moagem; malte; amidos e féculas	576	1,1%	307	0,4%
Veículos automotores, tratores, ciclos	1.940	3,6%	229	0,3%
Obras de ferro fundido, ferro ou aço	18.213	33,5%	65	0,1%
Subtotal	50.414	92,8%	82.280	95,6%
Demais Produtos	3.913	7,2%	3.825	4,4%
TOTAL GERAL	54.327	100,0%	86.105	100,0%
IMPORTAÇÕES: (Principais grupos de produtos)				
Borracha e suas obras	1.868	2,9%	576	49,2%
Madeira, carvão vegetal e obras de madeira	218	0,3%	299	25,6%
Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	0	0,0%	286	24,4%
Combustíveis minerais, óleos minerais e ceras minerais	61.387	96,7%	0	0,0%
Subtotal	63.473	100,0%	1.161	99,2%
Demais Produtos	0	0,0%	9	0,8%
TOTAL GERAL	63.489	100,0%	1.170	100,0%

Elaborado pelo MRE/OPRODIC - Divisão de Informação Comercial, tendo por base os dados do MDIC/SECEX/ARCSweb.
Grupos de produtos listados em ordem decrescente, tendo como base os valores apresentados em jan-ago/2011.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
SUBSECRETARIA-GERAL DE ASSUNTOS POLÍTICOS III
DEPARTAMENTO DA ÁFRICA
DIVISÃO DA ÁFRICA I

REPÚBLICA DO CHADE



OSTENSIVO
Informação ao Senado Federal
Março de 2012

ÍNDICE

DADOS BÁSICOS	3
RELAÇÕES BILATERAIS	7
POLÍTICA INTERNA.....	9
POLÍTICA EXTERNA	11
ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS	13
ANEXOS	15
CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS	16
CRONOLOGIA HISTÓRICA.....	16
ATOS BILATERAIS	16
DADOS ECONÔMICO-COMERCIAIS	17

DADOS BÁSICOS

Nome oficial:	República do Chade
Capital:	N'Djamena
Área:	1,284 milhão de km ² (aproximadamente a área do Estado do Pará)
População (Censo 2009):	11,27 milhões
Idiomas:	Francês (oficial), árabe (oficial), sara (no sul) e mais de 120 línguas e dialetos
Principais religiões:	Islamismo (53,1%), catolicismo (20,1%), protestantismo (14,2%) e crenças tradicionais (7,3%) (Censo de 1993)
Sistema político:	República presidencialista
Chefe de Estado:	Presidente Idriss Déby Itno (desde dezembro de 1990)
Chefe de Governo:	Primeiro-Ministro Emmanuel Nadingar (desde março de 2010)
Ministro dos Negócios Estrangeiros:	Ministro Moussa Faki Mahamat (desde abril de 2008)
PIB (FMI, 2010):	US\$ 7,6 bilhões (nominal) US\$ 16,9 bilhões (PPP)
PIB <i>per capita</i> (FMI, 2010):	US\$ 743 (nominal) US\$ 1.653 (PPP)
IDH (PNUD, 2011):	0,328 (183º entre 187 países avaliados)
Expectativa de vida (PNUD, 2011):	49,6 anos
Unidade monetária:	Franco CFA da África Central (XAF)
Comunidade brasileira estimada:	Não há registro de brasileiros no Chade

BALANÇA COMERCIAL BILATERAL (US\$ MIL F.O.B.)

Brasil – Chade	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Intercâmbio	261	364	143	527	725	4.444	4.411	2.558	2.808	2.530
Exportações	261	341	143	520	720	4.434	4.411	2.285	2.807	2.528
Importações	0	23	0	7	5	10	0	273	1	2
Saldo brasileiro	261	318	143	513	715	4.424	4.411	2.012	2.806	2.526

Fonte: MDIC.

PERFIS BIOGRÁFICOS**Idriss Déby Itno**
Presidente da República

Idriss Déby Itno nasceu na cidade de Berdoba, no nordeste do Chade, em 1952. Estudou na Escola de Oficiais de N'Djamena, tendo obtido, em 1976, licença de piloto profissional na França. É muçulmano.

De retorno ao Chade, Déby aproximou-se de Hissène Habré, líder rebelde que chegou ao poder em 1982. Promovido a coronel, Déby voltou à França, onde cursou a Escola de Guerra Inter-Exércitos (1986-1987). Novamente no Chade, é nomeado Conselheiro de Defesa por Habré. Em 1989, desentendimentos com o Presidente Hissène Habré levaram Déby a exilar-se na Líbia e, em seguida, no Sudão, onde cria o “Movimento Patriótico de Salvação” (MPS).

Em dezembro de 1990, Déby chega ao poder por meio de um golpe de estado. Após seis anos de Governo, ocorreram as primeiras eleições multipartidárias do Chade, que foram vencidas por Déby. O Presidente foi reeleito em 2001, 2006 e 2011, em pleitos boicotados pela oposição.

Emmanuel Nadingar
Primeiro-Ministro

Nascido em Bebidja, sudoeste do Chade, em 1959, Nadingar obteve a formação de contador em Brazzaville (República do Congo). Fundou, em meados dos anos 1990, o “Partido Nacional para a Recuperação e o Desenvolvimento”, que se fundiu ao “Movimento de Salvação Patriótica”, do Presidente Déby.

Antes de assumir o cargo de Primeiro-Ministro, em março de 2010, Nadingar atuara como Ministro da Defesa, Ministro do Petróleo e Ministro da Descentralização.

Moussa Faki Mahamat
Ministro dos Negócios Estrangeiros

Moussa Faki nasceu em Biltine, no leste do Chade. Tem doutorado em Direito Público, obtido em Brazzaville (República do Congo). Após o golpe de Hissène Habré, Moussa Faki exilou-se e somente retornou ao Chade em 1991, quando Déby já era Presidente.

Ente 1999 e 2002, foi Chefe de Gabinete de Déby, e, em 2001, foi também diretor de campanha para a reeleição do Presidente.

Foi Primeiro-Ministro do Chade entre 2003 e 2005.

Em 2007, foi apontado Presidente do Conselho Econômico, Cultural e Social do país.

Em 2008, assumiu o cargo de Ministro dos Negócios Estrangeiros.

RELACIONES BILATERAIS

As relações diplomáticas entre o Brasil e a República do Chade foram estabelecidas em outubro de 1996, em caráter cumulativo com a Embaixada em Iaundê. Desde então, as relações vêm se intensificando gradualmente, principalmente em decorrência da cooperação no campo da agricultura. A ex-Ministra da Agricultura e Irrigação, Mahamat Maria, por exemplo, visitou o Brasil em maio de 2010, para participar do Diálogo Brasil-África sobre Segurança Alimentar, Combate à Fome e Desenvolvimento Rural.

Cooperação técnica – Projeto Cotton-4

Embora não haja acordo de cooperação técnica em vigor entre o Brasil e o Chade, o país africano é um dos beneficiários do Projeto “Cotton-4”, que está sendo executado com base em acordo de cooperação técnica entre o Brasil e a União Africana.

Benin, Burkina Faso, Chade e Mali – países em cujas economias a produção algodoeira tem grande importância – formam o chamado “Cotton-4”, grupamento que visa a fortalecer a posição de seus membros na Organização Mundial do Comércio em questões relativas ao algodão.

O projeto Cotton-4 está entre os mais importantes projetos de cooperação da Agência Brasileira de Cooperação (ABC) para o continente africano.

O projeto de cooperação começou a ser negociado em fevereiro de 2009, quando também ficou definido que sua sede ficaria em Sotuba, no Mali. O projeto visa ao fortalecimento da cadeia produtiva do algodão nos quatro países participantes através da transferência de variedades brasileiras de algodão, desenvolvidas pela Embrapa, além da difusão de técnicas de melhoramento e pesquisa a técnicos e especialistas.

Para tanto, a Estação Experimental de Sotuba, designada pelo Governo malinês, foi revitalizada e equipada com laboratórios, maquinário e materiais necessários para os cursos de capacitação, os quais são ministrados por membros da Embrapa. Ademais, foi montada uma unidade demonstrativa com quatro hectares de área, onde foram feitos os testes e a adaptação das variedades brasileiras às condições de clima e de solo da região. O projeto conta também com um representante permanente da Embrapa, responsável pela supervisão dos testes e manutenção das unidades.

Em novembro de 2009, o ex-Chanceler Celso Amorim, o Presidente do Mali e o Ministro da Agricultura malinês visitaram Sotuba

para participar da primeira colheita e lançar a pedra fundamental das edificações previstas no projeto. Em 2010, ocorreu a segunda colheita, com resultados ainda mais satisfatórios que no ano anterior. Concomitantemente, foram instaladas nos outros três países participantes unidades de validação e demonstração para reprodução dos testes realizados em Sotuba e aplicação do conhecimento adquirido ao longo das capacitações do projeto. Até o momento, ocorreram oito cursos, formando mais de cem técnicos dos quatro países. No segundo semestre de 2011, a revitalização de Sotuba e a construção dos laboratórios serão concluídos e o complexo será inaugurado.

Classificado como um “Projeto Estrutural”, o Cotton-4, cujo orçamento ultrapassa os 5 milhões de dólares, almeja não somente transferir técnicas e tecnologias desenvolvidas pelo Brasil, mas também deixar, ao seu término, uma estrutura permanente de capacitação. Esse elemento faz do Cotton-4 um polo difusor de conhecimento do continente e um fator de coesão e fortalecimento regional. Devido a tais características, o projeto por mais de uma vez foi apresentado, estudado e discutido no âmbito da OMC, como modelo a ser seguido para a cooperação internacional e a transferência de tecnologia.

Comércio e investimentos bilaterais

Desde 2006, mesmo com os efeitos da crise, o intercâmbio se multiplicou por quatro, passando de US\$ 726 mil para US\$ 2,8 milhões – valores, no entanto, ainda muito modestos. A pauta de comércio é composta basicamente por exportações brasileiras, principalmente máquinas, aparelhos e matérias elétricos (75%).

Não há registros de investimentos de empresas brasileiras no Chade.

Missão das Nações Unidas na República Centro-Africana e no Chade (MINURCAT)

A Missão das Nações Unidas na República Centro-Africana e no Chade (MINURCAT) foi criada pela Resolução 1778 (2007) do Conselho de Segurança das Nações Unidas, com o objetivo de garantir a proteção de civis, especialmente dos refugiados darfurianos no Chade e na República Centro-Africana.

Em 15 de janeiro de 2010, o Governo do Chade solicitou à ONU a retirada da MINURCAT de seu território. Na ocasião, argumentou que a menor intensidade do conflito em Darfur e os entendimentos bilaterais

entre os Governos do Chade e do Sudão reduziam as chances de novos influxos de refugiados sudaneses em território chadiano.

Unanimemente aprovada, a Resolução 1923 determinou que o efetivo militar fosse reduzido para 1900 indivíduos até 15 de julho de 2010. A retirada completa das tropas se completou em 31 de dezembro de 2010. O Chade assumiu o compromisso de assegurar a proteção de civis.

O Brasil votou a favor da Resolução 1923, no entendimento de que o país anfitrião tem o direito soberano de solicitar a retirada de missão de paz, sem prejuízo de suas obrigações – nesse caso, mantida a obrigação do Governo do Chade para com a proteção de civis.

Assuntos consulares

Não há registros de brasileiros no Chade. O atendimento consular está sob a jurisdição da Embaixada do Brasil em Iaundê (Cameroun).

Operações de empréstimos e financiamentos oficiais

Não há registro de empréstimos e financiamentos oficiais do Brasil para o Chade.

POLÍTICA INTERNA

Ex-colônia francesa, o Chade tornou-se independente em 1960, tendo por primeiro Presidente François Tombalbaye. Enfrentando forte oposição na região norte do país, Tombalbaye, político sulista, foi, com o passar dos anos, impondo um regime crescentemente autoritário. Nesse contexto, inicia-se, em 1965, guerra civil que duraria mais de uma década.

Cada vez mais isolado no âmbito interno e externo, Tombalbaye foi deposto e morto em 1975. Não obstante, o país permaneceu instável politicamente. O General Félix Malloum, novo Presidente, entrou em conflito com movimento liderado por Hissène Habré, a Frente de Libertação Nacional do Chade, principal força rebelde do norte.

Como resultado desses novos embates, formou-se, em 1979, governo de união nacional, encabeçado por Goukouni Oueddei, líder de outra importante frente de libertação. Contudo, desentendimentos com o movimento de Habré levaram a novos conflitos, que só foram equacionados, em favor do último, depois de vários anos de choques armados e em função de intervenção militar francesa.

A despeito desse desfecho, o estabelecimento de um regime cada vez mais autoritário alienou o apoio externo e interno a Habré. Em 1989, depois de desentendimentos com o Presidente Habré, Déby Itno, naquele momento ocupando importante cargo na hierarquia militar, voou para o Sudão para lançar o Movimento Patriótico de Salvação. Apoiado pelo Sudão e pela Líbia e ainda contando com a simpatia francesa, Déby logrou chegar ao poder em 1990.

Ao assumir a Presidência da República, Déby comprometeu-se com a transição para a democracia. A organização de partidos políticos de oposição foi autorizada em 1992. Além disso, concedeu-se mais liberdade de expressão e de imprensa. Por fim, em 1996, aprovou-se uma Constituição via referendo, e realizaram-se eleições, vencidas por Déby.

Em 2004, aprovaram-se emendas à Constituição, retirando os limites de mandato e de idade para a candidatura ao Executivo. Ademais, aumentou-se o poder do Executivo para a aprovação de novas reformas constitucionais. Embora essas emendas tenham sido aprovadas tanto pela Assembleia Nacional como por referendo, elas geraram uma série de críticas entre os tradicionais opositores e alguns apoiadores de Déby.

Nesse contexto, a oposição civil conseguiu organizar-se melhor. Surgiu, em 2004, a Coordenação dos Partidos Políticos em Defesa da Constituição, que, apesar de não ter evitado o referendo referente às reformas constitucionais, realizou um efetivo boicote às eleições presidenciais de 2006. Nesse mesmo período, grupos armados foram criados ou se fortaleceram. A instabilidade importada da crise no Sudão

dificultava ainda mais a governabilidade do país. Em 2008, rebeldes chegaram a cercar o palácio presidencial, mas Déby, com apoio logístico francês, conseguiu resistir.

Desde então, acordos com lideranças oposicionistas, a chegada das missões da União Europeia e, posteriormente, da ONU, e a retomada das relações diplomáticas e militares com o Sudão parecem ter contribuído para a diminuição da violência.

Eleições parlamentares foram realizadas em fevereiro de 2011. O Movimento Patriótico de Salvação, de Déby, conquistou 113 cadeiras das 188 disponíveis. Os três principais partidos opositores (a União Nacional pela Democracia e Renovação, a União pela Renovação e Democracia e a Federação Ação pela República) obtiveram apenas 20 assentos.

Déby foi reeleito Presidente do Chade, para seu terceiro mandato consecutivo, em 21 de abril de 2011. Os candidatos oposicionistas boicotaram o pleito, como já haviam feito em 2006.

POLÍTICA EXTERNA

Para compreender a política externa chadiana, faz-se necessário analisar as relações do país com as grandes potências, com as nações vizinhas e também com as organizações africanas de integração.

A França, ex-metrópole, continua a desempenhar papel de extrema importância na política interna chadiana. A presença de tropas francesas em território chadiano – embora inexistia um tratado bilateral de defesa – é fator que, nos momentos de crise, influi na permanência ou queda dos Governos estabelecidos. Foi assim na década de 1980, quando tropas francesas intervieram diretamente contra as tropas líbias e a favor de Habré, governante que, porém, não lograria contar com apoio francês em seu conflito com Déby Itno, em 1990. Este, por sua vez, foi apoiado militarmente pela França nos momentos de maiores tensões políticas.

Embora a França ocupe uma posição de hegemonia no campo político e militar e seja o segundo principal país de origem das importações do Chade, outros países também se destacam na área econômica. Nessa esfera, vale ressaltar a posição dos Estados Unidos, principal destino do petróleo explorado pelo consórcio liderado pela empresa americana *ExxonMobil*. Na parte política, as relações com os norte-americanos estão centradas em acordo para o combate de atividades terroristas.

Com relação à China, o Chade também é afetado pelo avanço do país asiático sobre o Continente Africano. Após o rompimento das relações diplomáticas com Taiwan e do estabelecimento de relações com Pequim, em 2006, a presença chinesa faz-se cada vez mais visível, principalmente no setor petrolífero. A China já é o terceiro destino das exportações chadianas e o principal fornecedor desse país.

Quanto aos países vizinhos, cabe destacar as relações com Sudão, Líbia e Cameroun. O relacionamento com o Sudão vem se caracterizando pelos constantes rompimentos e reconciliações. A crise no Sudão vem tendo consequências para estabilidade política do Chade. As levadas de refugiados sudaneses têm sido fontes de problemas de ordem política e humanitária para autoridades chadianas. Mais importante ainda era o apoio dado pelo governo sudanês às atividades de grupos rebeldes opositores do Presidente Déby.

Em janeiro de 2010 os dois países restabeleceram relações diplomáticas e militares. Seguiu-se, no mês seguinte, uma visita de Déby Itno a Darfur. Em março, foi assinado acordo para patrulhamento conjunto das fronteiras, o qual vem sendo cumprido com resultados positivos para segurança no leste do Chade.

As relações com a Líbia ocupam, desde a assunção de Déby ao poder, posição de destaque na política externa chadiana. O país, à época de

Muammar Kadhafi, foi importante mediador nas disputas com o Sudão. Além disso, a nação vizinha realizou importantes investimentos na infraestrutura chadiana.

Compartilhando fronteira de aproximadamente 800 km, Chade e Cameroun mantêm relações bastante cordiais. As relações econômicas dos países também são bastante intensas. O oleoduto que escoia boa parte da produção petrolífera chadiana passa por território camaronês. Além disso, esse país é o terceiro principal fornecedor de produtos para o Chade.

O Chade é membro da União Africana (UA) e das organizações de integração sub-regional da África Central: a Comunidade Econômica e Monetária da África Central (CEMAC) e a Comunidade Econômica dos Estados da África Central (CEEAC). No âmbito da UA, o país, que normalmente mantém perfil discreto, destacou-se ao ser indicado como um dos cinco representantes do Painel de Alto Nível para Solução da Crise em Côte d'Ivoire.

A Comunidade Econômica e Monetária da África Central (CEMAC), formada por Cameroun, Guiné Equatorial, Chade, Congo-Brazzaville, República Centro-Africana e Gabão, é um projeto de integração com viés político e econômico. Os países membros da organização compartilham moeda e Banco Central, além de terem recentemente instalado um Parlamento regional.

Em 2010, a organização anunciou importantes medidas, tais como: a criação do passaporte CEMAC, que dispensará a necessidade de visto para deslocamentos intrarregionais; e o estabelecimento de uma companhia área para melhorar o transporte entre os países. No contexto de denúncias de corrupção, foram anunciadas também reformas no Banco Central regional (Banco dos Estados da África Central), que concederam maior autonomia para essa instituição. No entanto, o maior problema de ordem monetária da região – a paridade do Franco FCA com o Euro e a consequente ausência de uma política monetária verdadeiramente autônoma – ainda deverão ser enfrentados.

A Comunidade Econômica dos Estados da África Central é composta, por sua vez, pelos países membros da CEMAC e por Angola, São Tomé e Príncipe, República Democrática do Congo, Burundi e Ruanda. Um dos principais objetivos dessa organização é formar um mercado único na África Central. Interesses econômicos diversificados, desavenças políticas e o engajamento dos países membros em diferentes organizações regionais são fatores que têm impedido o sucesso pleno da consecução desses objetivos.

ECONOMIA

Até o início da década de 1990, a economia do Chade era baseada em atividades agrícolas e pastorais bastante tradicionais. Não produzindo nenhum bem de grande demanda no mercado internacional, havia sérias dificuldades para a monetização da economia e, dessa forma, para a dinamização das relações mercantis. Regionalmente, o Sul, com terras mais férteis, concentrava a maior parte da população, que, majoritariamente, retirava seu sustento do cultivo do algodão. O Norte, mais árido, possuía menor densidade demográfica.

A economia do país, contudo, modificou-se rapidamente com a descoberta de consideráveis reservas de petróleo, no início dos anos 1990. Transformações significativas tiveram lugar em decorrência dos investimentos necessários para implantar a indústria petrolífera. O país, após longo período de conflitos internos, apresentou modesto crescimento do PIB nos anos 1990 (média de 2,1% a.a), que se acelerou entre 2001 e 2005 (média de 6% a.a).

A natureza dessas mudanças é mais bem compreendida quando se faz uma análise estrutural da economia chadiana. Embora a distribuição territorial da população tenha se mantido relativamente estável e apesar de a produção de algodão continuar importante para o sustento de 10% da população chadiana, percebe-se um claro declínio da participação das atividades agropecuárias no PIB (saíram de 34% e chegaram a 17%). Ademais, houve considerável incremento da capacidade de gasto do Estado, uma vez que suas receitas cresceram significativamente. Por fim, houve mudança bastante significativa nas exportações do país, que, além de terem crescido exponencialmente, estão baseadas quase que unicamente em um produto: o petróleo.

Apesar das esperanças de desenvolvimento e de estabilidade política decorrente da implantação da nova economia, muita pouca coisa efetivamente foi alcançada. A segurança nacional e a estabilidade política continuam ameaçadas pela existência de inúmeras milícias. As recorrentes crises alimentares, por sua vez, são fortes indícios de que as condições de vida da população pouco se alteraram.

Se a situação do país já não era positiva, o quadro piorou a partir de 2006, quando a produção parou de crescer e, mais recentemente, quando se iniciou uma trajetória de declínio. Essa queda na produção é associada à diminuição da produtividade do importante campo de Doba, no sul do país. Há sérios questionamentos se o início da produção no campo de Ronier, previsto para este ano, poderá reverter essa trajetória.

Nesse contexto adverso, o PIB, entre 2006 e 2009, passou a apresentar crescimento mais baixo e volátil: em 2006 e 2007, o crescimento

foi próximo a zero; em 2008, acima de 10%; e em 2009, negativo em decorrência da crise financeira internacional. Refletindo menor dinamismo econômico e impactadas pelos gastos com segurança e infraestrutura, além do desperdício gerado pela corrupção, as contas fiscais deterioraram-se continuamente, o que gerou uma série de atritos com os países doadores e com os órgãos multilaterais de crédito.

As contas externas também passaram por processo de deterioração. O país, em 2009, perdeu mais da metade de suas reservas, que eram de US\$ 1,3 bi e passaram para US\$ 600 mi. Os amplos saldos comerciais e as remessas de chadianos que vivem em outros países não são suficientes para cobrir os déficits nas contas de serviço e de rendas. Esse último é extremamente alto em decorrência das remessas de lucros das multinacionais petrolíferas. O país depende, portanto, da boa vontade dos doadores e dos investimentos diretos estrangeiros.

Em 2010, no entanto, a economia deu sinais de recuperação. O setor petrolífero teve melhor desempenho em decorrência dos aumentos de preços (a produção permaneceu constante), a agricultura, impulsionada por boas safras, e o setor de serviços, estimulados pelos gastos do governo em infraestrutura e pelos investimentos estrangeiros (líbios, chineses e nigerianos) apresentaram dinamismo acentuado. O PIB cresceu 4,5%. A balança comercial teve um desempenho melhor e voltaram-se a acumular reservas. Em decorrência das boas safras, verificou-se deflação de 1%, o que contrasta com o aumento de preços de 10% em 2009.

Segundo estimativas, o crescimento do PIB em 2011 foi de 2,5% e a inflação apresentou o valor de 6,5%. Os resultados, menos positivos que os apresentados em 2010, são em parte atribuídos à crise na vizinha Líbia, que teve repercussões no Chade.

O país apresenta como desafios certos problemas estruturais, a saber: baixa capacidade do setor exportador de dinamizar outros setores, setor petrolífero estagnado e incipiente diversificação econômica.

ANEXOS

Cronologia das relações bilaterais Brasil-Chade

1996 - Estabelecimento de relações diplomáticas;
2009 - Início do Projeto de Cooperação entre o Brasil e os países do “ <i>Cotton-4</i> ”;
2010 - Visita da então Ministra da Agricultura e Irrigação, Mahamat Maria, ao Brasil.

Cronologia histórica

1960 - O Chade alcança sua independência em 1960, sob a liderança de François Tombalbaye;
1965 - Inicia-se, em 1965, guerra civil que duraria mais de uma década;
1975 - François Tombalbaye é retirado do poder e morto. Assume o General Félix Malloum;
1979 - Forma-se governo de união nacional, encabeçado por Goukouni Ouedde;
1982 - Habré chega ao poder;
1990 - Déby Itno lidera golpe de Estado e assume a Presidência;
1992 - A organização de partidos políticos de oposição é autorizada;
1996 - Aprova-se, via referendo, constituição. Déby Itno é eleito Presidente;
2001 - Déby Itno é reeleito Presidente da República;
2004 - Aprovaram-se emendas à Constituição, retirando os limites de mandato e de idade para a candidatura ao Executivo. Ademais, aumenta-se o poder do Executivo para a aprovação de novas reformas constitucionais;
2006 - Déby Itno é reeleito. Oposição realiza boicote;
2011 - Déby é reeleito Presidente. Oposição novamente boicota o pleito.

Atos bilaterais

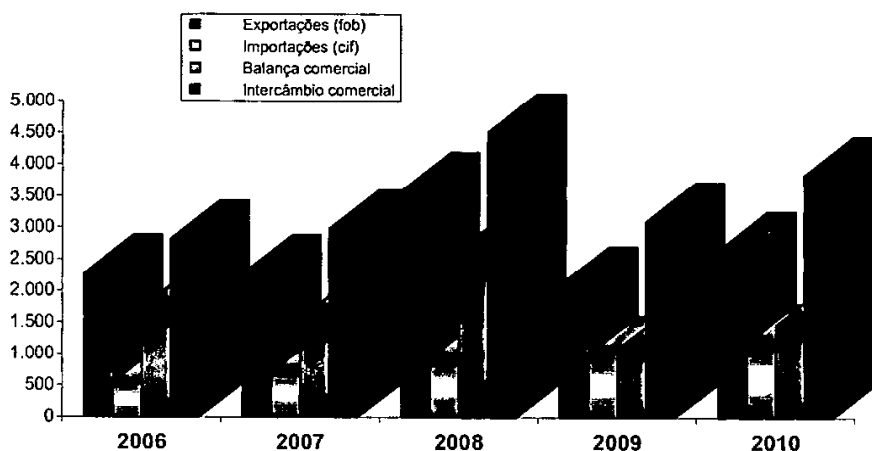
Não há atos bilaterais assinados entre o Brasil e o Chade.

Dados econômico-comerciais

COMÉRCIO EXTERIOR (US\$ milhões)						2011 ⁽¹⁾
	2006	2007	2008	2009	2010	
Exportações (fob)	2.280	2.278	3.588	2.104	2.660	820
Importações (cif)	542	712	932	1.008	1.187	365
Balança comercial	1.738	1.566	2.656	1.096	1.473	455
Intercâmbio comercial	2.822	2.988	4.520	3.112	3.847	1.185

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do FMI - Direction of Trade Statistics, September 2011.

(1) janeiro - abril



DIREÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR (US\$ milhões)		2008 no total	2009 no total	2010 no total	2011 ⁽¹⁾ no total				
EXPORTAÇÕES									
Estados Unidos		3155	87,9%	1873	89,0%	1918	72,1%	667	81,3%
China		38	1,0%	69	2,8%	251	16,9%	75	9,2%
Países Baixos		16	0,4%	32	1,5%	124	4,7%	9	1,0%
Alemanha		19	0,3%	9	0,2%	85	3,2%	4	0,5%
França		50	1,4%	100	4,8%	43	1,6%	51	6,2%
Brasil		0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
SUBTOTAL		3.268	91,1%	2.068	98,3%	2.621	98,5%	806	98,2%
DEMAIS PAÍSES		320	8,9%	36	1,7%	39	1,5%	14	1,8%
TOTAL GERAL		3.588	100,0%	2.104	100,0%	2.660	100,0%	820	100,0%
IMPORTAÇÕES									
China		88	9,4%	169	16,8%	353	29,8%	63	17,1%
França		157	16,8%	181	16,0%	173	14,5%	56	15,2%
Canadá		132	14,1%	115	11,1%	146	12,3%	55	15,0%
Estados Unidos		69	7,4%	69	6,8%	97	8,2%	12	3,3%
Bélgica		27	2,9%	36	3,5%	43	3,6%	18	4,9%
Arábia Saudita		42	4,5%	29	2,9%	38	3,2%	16	4,4%
Índia		27	2,9%	55	5,0%	31	2,6%	15	4,1%
Países Baixos		36	3,9%	40	3,9%	30	2,5%	8	2,2%
Singapura		41	4,4%	34	3,4%	28	2,5%	14	3,8%
Alemanha		50	5,3%	25	2,5%	28	2,3%	6	1,7%
Nigéria		27	2,9%	19	1,8%	24	2,0%	10	2,8%
Finlândia		1	0,1%	2	0,2%	23	1,9%	58	15,9%
Reino Unido		24	2,6%	25	2,5%	20	1,7%	3	1,0%
Ucrânia		85	9,2%	48	4,8%	14	1,1%	2	0,5%
Índia		19	2,1%	6	0,6%	12	1,0%	14	3,8%
África do Sul		9	1,0%	8	0,8%	10	0,8%	4	1,1%
Espanha		5	0,6%	8	0,6%	10	0,8%	3	0,7%
Costa do Marfim		4	0,5%	7	0,7%	8	0,7%	3	0,8%
Brasil		0	0,0%	5	0,5%	3	0,2%	3	0,7%
SUBTOTAL		842	90,3%	864	85,7%	1.093	92,0%	334	91,5%
DEMAIS PAÍSES		90	9,7%	144	14,3%	94	8,0%	31	8,5%
TOTAL GERAL		932	100,0%	1.008	100,0%	1.187	100,0%	365	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do FMI - Direction of Trade Statistics, March 2011

Países listados em ordem decrescente, tendo como base os valores apresentados em 2010

(1) janeiro - abril

COMPOSIÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR		2010 ⁽¹⁾	Part % no total
EXPORTAÇÕES (US\$ mil)			
Combustíveis minerais, óleos minerais e ceras minerais	2.853	89,5%	
Produtos químicos inorgânicos/isótopos	79	2,5%	
Fibras sintéticas ou artificiais, descontínuas	72	2,3%	
Subtotal	3.004	94,2%	
Demais Produtos	184	5,8%	
Total Geral	3.188	100,0%	
IMPORTAÇÕES (US\$ mil)			
Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	262	29,6%	
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	104	11,7%	
Obras de ferro fundido, ferro ou aço	74	8,4%	
Veículos automóveis, tratores, ciclos	67	7,6%	
Ferro fundido, ferro e aço	30	3,4%	
Instrumentos e aparelhos de óptica, fotografia ou cinematografia	28	3,2%	
Móveis, mobiliário médico-cirúrgico, colchões	28	3,2%	
Fumo (tabaco) e seus sucedâneos manufaturados	24	2,7%	
Produtos farmacêuticos	24	2,7%	
Produtos da indústria de moagem, malte, amidos e féculas	23	2,6%	
Plásticos e suas obras	19	2,1%	
Preparações alimentícias diversas	15	1,7%	
Combustíveis minerais, óleos minerais e ceras minerais	13	1,5%	
Calçados, polainas e artefatos semelhantes, e suas partes	12	1,4%	
Produtos diversos das indústrias químicas	12	1,4%	
Aeronaves e aparelhos espaciais, e suas partes	11	1,2%	
Subtotal	746	84,2%	
Demais Produtos	140	15,8%	
Total Geral	886	100,0%	

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados da UNCTAD/ITC/TradeMap

O Chade não informou dados comerciais ao banco de dados TradeMap. Portanto, os dados são baseados em informações de países importadores/exportadores, o que pode causar divergências nos dados estatísticos.

(1) Última posição disponível 02/09/2011.

INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - CHADE ⁽¹⁾		2006	2007	2008	2009	2010
(US\$ mil - fob)						
Exportações		720	4.434	4.411	2.285	2.897
Varição em relação ao ano anterior		38,5%	515,6%	-0,5%	-48,2%	22,8%
Part. (%) no total das exportações brasileiras para a África		0,0%	0,1%	0,0%	0,0%	0,0%
Part. (%) no total das exportações brasileiras		0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Importações		10	10	10	273	1.101
Varição em relação ao ano anterior		23,6%	85,3%	100,0%	n.a.	-99,5%
Part. (%) no total das importações brasileiras da África		0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Part. (%) no total das importações brasileiras		0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Intercâmbio Comercial		720	4.444	4.411	2.558	2.898
Varição em relação ao ano anterior		37,7%	512,5%	-0,7%	-42,0%	8,8%
Part. (%) no total do intercâmbio brasileiro com a África		0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Part. (%) no total do intercâmbio brasileiro		0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Balança Comercial		710	4.425	4.411	2.012	2.898

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Acevedo

(1) As discrepâncias observadas nos dados estatísticos das exportações brasileiras e das importações do país a não-versa podem ser explicadas pelo uso de fontes distintas e também por diferentes metodologias de apuração.

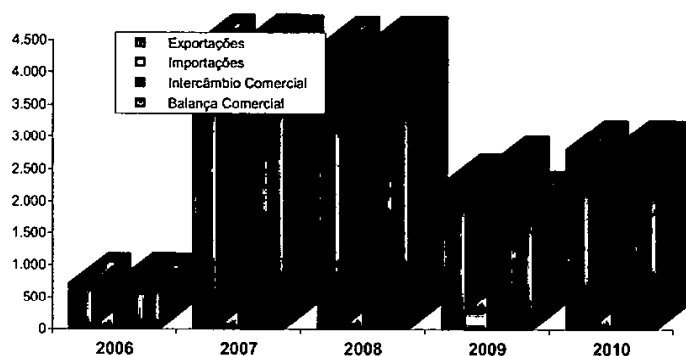
n.a. - não aplicável

INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - CHADE		2010 (US\$ mil, fob)	2011 (jan-ago)
Exportações		1.576	2.343
Varição em relação ao mesmo período do ano anterior		9,1%	48,7%
Part. (%) no total das exportações brasileiras para a África		0,0%	0,0%
Part. (%) no total das exportações brasileiras		0,0%	0,0%
Importações		0,90	1,55
Varição em relação ao mesmo período do ano anterior		2627,3%	71,8%
Part. (%) no total das importações brasileiras da África		0,0%	0,0%
Part. (%) no total das importações brasileiras		0,0%	0,0%
Intercâmbio Comercial		1.577	2.345
Varição em relação ao mesmo período do ano anterior		9,1%	48,7%
Part. (%) no total do intercâmbio Brasil - África		0,0%	0,0%
Part. (%) no total do intercâmbio brasileiro		0,0%	0,0%
Balança Comercial		1.575	2.341

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Acevedo

INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL-CHADE 2006-2010

(US\$ mil)



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb.

COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL-CHADE				
	US\$ mil - fob	2008 mil total	2009 mil total	2010 mil total
EXPORTAÇÕES (por principais produtos e grupos de produtos)				
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	2.039	46,2%	989	43,3%
Carnes e miúdos de carneiros	378	8,6%	403	17,6%
Veículos automotores, tratores, etc	0	0,0%	177	7,7%
Produtos farmaciais	0	0,0%	0	0,0%
Apóceres e produtos de confeitaria	335	7,6%	548	24,0%
Café e suas preparações	12	0,3%	11	0,5%
Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	1.199	27,2%	9	0,4%
Outros produtos de origem animal	0	0,0%	4	0,2%
Preparações de carne, de peixes ou de crustáceos	8	0,2%	15	0,7%
Subtotal	3.975	90,1%	2.285	99,9%
Demais Produtos	435	9,9%	0	0,0%
TOTAL GERAL	4.411	100,0%	2.285	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb.

Grupos de produtos listados em ordem decrescente, sendo como base os valores apresentados em 2010.

COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL-CHADE				
	US\$ mil - fob	2008 mil total	2009 mil total	2010 mil total
IMPORTAÇÕES (por principais produtos e grupos de produtos)				
Gomas, resinas e outros látex e extratos vegetais	0,0	0,0%	0,0	100,0%
Relógios e aparelhos semelhantes e suas partes	0,0	0,0%	0,0	0,0%
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	0,0	0,0%	0,0	0,0%
Veículos automotores, tratores, ciclos	0,0	0,0%	273	100,0%
Subtotal	0	0,0%	0	0,0%
Demais Produtos	0	0,0%	0	0,0%
TOTAL GERAL	0	0,0%	273	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb.

Grupos de produtos listados em ordem decrescente, sendo como base os valores apresentados em 2010.

COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL-CHADE		2010	%	2011	%
(US\$ mil - fob)		(jan-ago)	do total	(jan-ago)	do total
EXPORTAÇÕES (Principais grupos de produtos)					
Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	5	0,3%	1.120	47,8%	
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	1.286	81,6%	773	33,0%	
Veículos automotores, tratores, ciclos	0	0,0%	191	8,2%	
Carnes e miudezas comestíveis	153	9,7%	177	7,6%	
Subtotal	1.444	91,6%	2.261	96,5%	
Demais Produtos	132	8,4%	82	3,5%	
TOTAL GERAL	1.576	100,0%	2.343	100,0%	
IMPORTAÇÕES (Principais grupos de produtos)					
Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	0,0	0,0%	1,53	98,77%	
Obras de ferro fundido, ferro ou aço	0,0	0,0%	0,02	0,97%	
Aparelhos de relojoaria e suas partes	0,32	35,6%	0,00	0,00%	
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	0,0	0,0%	0,00	0,00%	
Gomas, resinas e outros sucos e extratos vegetais	0,6	63,3%	0,00	0,00%	
Subtotal	0,9	98,9%	2	99,7%	
Demais Produtos	0	0,1%	0	0,0%	
TOTAL GERAL	0,9	100,0%	1,55	0,0%	

Elaborado pelo MRE/OPR/CIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MDIO/CEX/Alas web.

Grupos de produtos listados em ordem decrescente, tendo como base os valores apresentados em jan-ago/2011.

Aviso nº 540 - C. Civil.

Em 28 de março de 2012.

A Sua Excelência o Senhor
Senador CÍCERO LUCENA
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual a Excelentíssima Senhora Presidenta da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor NEI FUTURO BITENCOURT, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Cameroun, e, cumulativamente, junto à República do Chade.

Atenciosamente,



GLEISI HOFFMANN
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

Publicado no DSF, em 03/07/2012.

Secretaria Especial de Editoração e Publicações do Senado Federal – Brasília – DF

OS:13006/2012

2

RELATÓRIO Nº , DE 2012

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem Presidencial nº 49, de 2012 (nº 300, de 28.06.2012, na origem), que *submete à apreciação do Senado Federal a escolha do Senhor **JOÃO ANDRÉ PINTO DIAS LIMA**, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Federal da Nigéria.*

RELATOR: Senador **ANIBAL DINIZ**

Cabe a esta Comissão, nos termos do art. 103, III, do Regimento Interno, opinar sobre a indicação do Sr. JOÃO ANDRÉ PINTO DIAS LIMA, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata, do Quadro Permanente, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Federal da Nigéria.

Do currículo do diplomata em referência, consta que ele nasceu em Porto Alegre (RS), em 29 de janeiro de 1957, filho de Sebastião Eulálio de Oliveira Lima e Isis Pinto Dias Lima, e que concluiu o Bacharelado em Direito na Universidade de Brasília – UnB.

Em 1983, o candidato ao referido cargo de Embaixador iniciou a carreira diplomática como Terceiro Secretário. Em 1987, passou a Segundo Secretário e, em 1994, passou, por merecimento, a Primeiro Secretário. Foi promovido, também por merecimento, aos postos de Conselheiro, em 2002; e de Ministro de Segunda Classe, em 2007.

No Instituto Rio Branco, concluiu o Curso Preparatório à Carreira Diplomática (1982), o Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas (1991), e o Curso de Altos Estudos (2007), com a apresentação da tese intitulada “O UNIDROIT e os Esforços Internacionais de Harmonização do

Direito Privado. A Participação do Brasil”.

Quando em serviço no Brasil, o diplomata indicado exerceu, no Ministério das Relações Exteriores, a função de Assistente da Divisão de Ásia e Oceania II, Assistente da Divisão de Informação Comercial, Assistente da Divisão da América Meridional I, Chefe, substituto, da Divisão Jurídica e de Assessor Internacional do Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome.

No exterior, o diplomata em referência, prestou serviços na Embaixada em Buenos Aires, na Embaixada em Caracas, nas Embaixadas em Lisboa, Ottawa, Roma, La Paz e no Consulado-Geral em Chicago, onde exerce, desde 2008, o cargo de Cônsul-Geral Adjunto.

É autor do trabalho “A Harmonização do Direito Privado”, publicado pela Fundação Alexandre de Gusmão em 2008.

Para fins de apreciação das relações bilaterais entre Brasil e Nigéria, foram anexadas, à aludida mensagem presidencial, pelo Ministério das Relações Exteriores, informações detalhadas da conjuntura política e econômica daquele país.

A República Federal da Nigéria – localizada no oeste do continente africano – com população estimada em 162,5 milhões de habitantes, é o país mais populoso da África. Antiga colônia britânica, conquistou a sua independência em 1960. Desde então, tem sido marcada por instabilidade política e social.

Em relação à política externa, a Nigéria tem-se firmado como membro ativo da comunidade internacional. A participação nigeriana foi determinante para a formação da Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO). Participou, intensamente, das operações de paz na Libéria e em Serra Leoa. A Nigéria pleiteia ser membro permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU). Hoje, os Estados Unidos são o mais importante parceiro econômico da Nigéria. Existe cooperação mútua em matéria de segurança e de combate ao terrorismo. A sua política externa é afetada por fatores da sua política interna, tais como a proporção significativa de muçulmanos e a existência de grupos fundamentalistas islâmicos, e de fatores da política externa como a dependência em relação a países ocidentais e rivalidades com outros países africanos. É relevante a influência econômica e política chinesa na Nigéria.

Na área econômica, o PIB da Nigéria é o maior da África Ocidental e o terceiro maior do continente africano, com valor nominal igual a 244 bilhões de dólares (2011). O setor petrolífero é o principal setor da economia nigeriana, que tem a décima maior reserva de petróleo do mundo e a segunda maior da África. Os constantes superávits da balança comercial nigeriana devem-se ao petróleo. O gás natural é outra riqueza nigeriana, sendo que o país tem a oitava maior reserva do mundo e a maior do continente africano. O setor de mineração parece promissor. A produção agrícola, atualmente relegada a segundo plano, já foi setor importante da economia nacional.

O Brasil e a Nigéria estabeleceram relações diplomáticas em 1961. O relacionamento bilateral é caracterizado pela fluidez e cordialidade, consequência dos fortes laços culturais entre os dois países. A criação da Cúpula África-América do Sul (atual ASA) é fruto da iniciativa diplomática brasileira e nigeriana. Em 2012, o Ministro de Comércio e Investimentos e delegação técnica da Comissão Fiscal da Nigéria visitaram o Brasil. Foi instituído Grupo de trabalho para promover a cooperação bilateral nas áreas de petróleo, gás, eletricidade, eficiência energética e de biocombustíveis. No que tange à participação do empresariado brasileiro no setor energético nigeriano, destaca-se que a Andrade Gutierrez está estudando a possibilidade de realizar projeto de construção de infraestrutura naquele país.

O Brasil mantém com a Nigéria dois projetos de cooperação técnica na área da agricultura. Um deles diz respeito à produção e processamento industrial de mandioca e à produção e processamento de frutas tropicais e hortaliças, cuja instituição executora é a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA). Esses projetos permitem o treinamento de técnicos nigerianos em unidades da Embrapa e a transferência de tecnologias e recursos genéticos vegetais brasileiros. Ao todo, esses projetos contemplam a capacitação de 45 técnicos. Existe, ainda, cooperação na área de arrecadação de tributos.

O documento ressalta que a Nigéria é o principal parceiro comercial do Brasil na África. Em 2011, os combustíveis representaram 99,8% das importações brasileiras oriundas da Nigéria, ao passo que 56,4% do petróleo importado pelo Brasil é de origem nigeriana.

Até o momento, segundo a Embaixada brasileira em Abuja, a única empresa brasileira com atividades na Nigéria é a Petrobras. Em 2011,

missão nigeriana no Brasil manteve contato com diversos interlocutores, como a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), e com as construtoras Odebrecht e OAS. A Nigéria oferece oportunidades para as empresas brasileiras, tanto no setor energético, quanto no setor de construção rodoviária e de engenharia pesada.

No que refere a financiamentos e seguros de exportações, a dívida em atraso da Nigéria com o Brasil foi reescalada em 2006, com remissão parcial no valor de quase 85 milhões de dólares e pagamentos já efetuados no total de pouco mais de 67 milhões de dólares.

Em face do exposto, submetemos ao exame e julgamento desta Comissão a indicação do Sr. JOÃO ANDRÉ PINTO DIAS LIMA, constante da aludida mensagem presidencial, atendendo ao disposto no art. 52, IV, da Constituição Federal, entendendo que os seus ilustres membros já dispõem dos elementos suficientes para a apreciação da escolha presidencial.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator



SENADO FEDERAL

MENSAGEM **Nº 49, DE 2012** (nº 300/2012, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor JOÃO ANDRÉ PINTO DIAS LIMA, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Federal da Nigéria.

Os méritos do Senhor João André Pinto Dias Lima que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 28 de junho de 2012.

Assinatura manuscrita em tinta preta, com uma grande letra inicial 'S' e uma assinatura que parece ser 'Pinto'.

EM nº 00137/2012 MRE

Brasília, 11 de Abril de 2012

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De conformidade com o artigo 52, inciso IV, da Constituição, e com o disposto no artigo 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal relativa à indicação de **JOÃO ANDRÉ PINTO DIAS LIMA**, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Federal da Nigéria.

2. Encaminho, igualmente em anexo, informações sobre o país e *curriculum vitae* de **JOÃO ANDRÉ PINTO DIAS LIMA** que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Antonio de Aguiar Patriota

EM Nº 0137/DP/AFEPA/G-MRE/APES

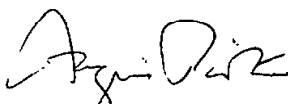
Brasília, 11 de abr11 de 2012

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De conformidade com o artigo 52, inciso IV, da Constituição, e com o disposto no artigo 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal relativa à indicação de **JOÃO ANDRÉ PINTO DIAS LIMA**, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Federal da Nigéria.

2. Encaminho, igualmente em anexo, informações sobre o país e *curriculum vitae* de **JOÃO ANDRÉ PINTO DIAS LIMA** que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,



ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA
Ministro das Relações Exteriores

INFORMAÇÃO**CURRICULUM VITAE****MINISTRO DE SEGUNDA CLASSE JOÃO ANDRÉ PINTO DIAS LIMA**

CPF.: 24531715187

ID.: 8286/MRE

1957 Filho de Sebastião Eulálio de Oliveira Lima e Isis Pinto Dias Lima, nasce em 29 de janeiro, em Porto Alegre/RS

Dados Acadêmicos:

1981 Bacharel em Direito pela Universidade de Brasília-UnB
1982 CPCD - IRBr
1991 CAD-IRBr
2007 CAE-IRBr, O UNIDROIT e os Esforços Internacionais de Harmonização do Direito Privado. A Participação do Brasil.

Cargos:

1983 Terceiro-Secretário
1987 Segundo-Secretário
1994 Primeiro-Secretário, por merecimento
2002 Conselheiro, por merecimento
2007 Ministro de Segunda Classe, por merecimento

Funções:

1984 Divisão de Ásia e Oceania II, assistente
1985 Divisão de Informação Comercial, assistente
1987 Embaixada em Buenos Aires, Terceiro e Segundo-Secretário
1990 Embaixada em Caracas, Segundo-Secretário
1993 Divisão da América Meridional I, assistente
1994 Embaixada em Lisboa, Primeiro-Secretário
1998 Embaixada em Ottawa, Primeiro-Secretário
2001 Divisão Jurídica, Chefe, substituto
2003 Presidência da República, Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome, Assessor Internacional
2003 Embaixada em Roma, Conselheiro
2007 Embaixada em La Paz, Conselheiro e Ministro de Segunda Classe
2008 Consulado-Geral em Chicago, Ministro de Segunda Classe, Cônsul-Geral Adjunto

Publicação:

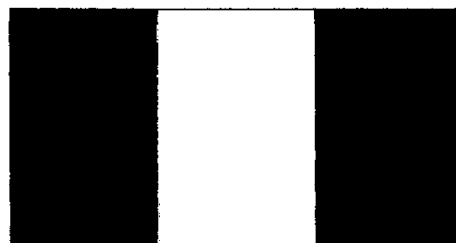
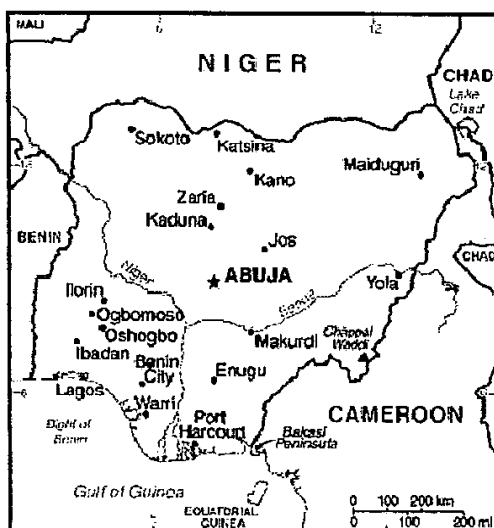
2008 A Harmonização do Direito Privado, FUNAG, Brasília

**ANA PAULA SIMÕES SILVA**

Diretora, substituta, do Departamento do Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

REPÚBLICA FEDERAL DA NIGÉRIA



Informação ao Senado Federal
OSTENSIVO
Abril de 2012

ÍNDICE

DADOS BÁSICOS	3
PERFIS BIOGRÁFICOS	5
RELAÇÕES BILATERAIS	7
POLÍTICA INTERNA.....	14
POLÍTICA EXTERNA	19
ECONOMIA	23
ANEXOS	26
CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS	26
CRONOLOGIA HISTÓRICA	26
ATOS BILATERAIS	28
DADOS ECONÔMICO-COMERCIAIS	31

DADOS BÁSICOS

NOME OFICIAL:	República Federal da Nigéria
CAPITAL:	Abuja
ÁREA:	923.768 km ² (pouco maior que a de Mato Grosso)
POPULAÇÃO:	162,5 milhões (país mais populoso da África)
IDIOMA:	Inglês (oficial); mais de 500 línguas africanas (principais: hauçá, iorubá, igbo e fula)
PRINCIPAIS RELIGIÕES:	Islamismo (50%), cristianismo (40%), religiões tradicionais africanas (10%)
SISTEMA POLÍTICO:	República presidencialista
CHEFE DE ESTADO E DE GOVERNO:	Presidente Goodluck Jonathan (desde maio de 2010)
CHANCELER:	Olubenga Ayodeji Ashiru (desde julho/2011)
PIB (2011)	US\$ 244 bilhões
PIB PPP (2011)	US\$ 323 bilhões
VARIAÇÃO DO PIB:	7,4% (2011); 7,9% (2010); 7,0% (2009); 6,0% (2008); 6,4% (2007)
PIB PER CAPITA (2010):	US\$ 1.574
PIB PPP PER CAPITA (2011)	US\$ 3.230
UNIDADE MONETÁRIA:	Naira
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH) - 2011:	0,459 (156º de 187 países no ranking)
EXPECTATIVA DE VIDA (2011):	51,9 anos
ÍNDICE DE ALFABETIZAÇÃO (2011):	60,8%
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA:	Vincent Amrib-Okun Okoedion
EMBAIXADORA EM ABUJA:	Ana Cândida Perez
COMUNIDADE BRASILEIRA ESTIMADA:	1.212 brasileiros

INTERCÂMBIO COMERCIAL (US\$ mil, FOB) – Fonte: MDIC

Brasil – Nigéria	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Intercâmbio	1.976.139	4.006.265	3.596.242	5.291.920	6.793.421	8.241.872	5.826.817	6.783.227	9.578.443
Exportações	469.634	505.235	953.226	1.373.624	1.512.357	1.535.590	1.066.462	862.541	1.192.085
Importações	1.516.505	3.501.030	2.643.016	3.918.296	5.281.064	6.706.282	4.760.354	5.920.686	8.386.358
Saldo	-1.046.871	-2.995.795	-1.689.790	-2.544.672	-3.768.707	-5.170.692	-3.693.891	-5.058.145	-7.194.273

PERFIS BIOGRÁFICOS

Goodluck Jonathan
Presidente

Goodluck Jonathan nasceu no estado de Bayelsa, sul da Nigéria, em 1957. Como a maioria dos sulistas nigerianos, segue o cristianismo. Jonathan graduou-se em Ciências e é Doutor em Zoologia.

Integra o PDP (*People's Republic Party*), sigla que tem dominado a vida política da Quarta República Nigeriana (estabelecida em 1999). O PDP segue orientação liberal e ocupa, no espectro político nigeriano, posições mais à direita.

Entre dezembro de 2005 e maio de 2007, Jonathan governou seu estado natal, principal área produtora de petróleo do país e palco de atuação de grupos rebeldes, como o Movimento pela Emancipação do Delta do Níger.

Em dezembro de 2006, foi escolhido como candidato a Vice-Presidente na chapa liderada por Umaru Yar'Adua. Em maio de 2007, tornou-se Vice-Presidente da Nigéria, após vitória nas eleições de abril. Por ocasião do afastamento da presidência, por motivos de saúde, do Presidente Yar'Adua, no início de 2010, Jonathan tornou-se Presidente em exercício.

Em abril de 2011, venceu as eleições presidenciais, com 58% dos votos. Seu mandato se estenderá até 2015.

Olugbenga Ashiru
Ministro dos Negócios Estrangeiros

Nasceu em 27 de agosto de 1948, em Ijebu-Ode, Ogun. Formou-se em História – especialização em Relações Internacionais – pela Universidade de Lagos. Em 1972, ingressou na carreira diplomática, tendo servido em Tóquio, Estocolmo, Bangui, Londres, Pyongyang (Embaixador) e Pretória (Alto Comissário).

Foi Diretor Adjunto do Departamento de Assuntos Europeus, Diretor de Regiões do Mundo e Subsecretário para Regiões do Mundo e Organizações Internacionais. Assumiu o Ministério dos Negócios Estrangeiros em julho de 2011, após a eleição de Presidente Jonathan. É casado e tem quatro filhos.

RELAÇÕES BILATERAIS

O Brasil reconheceu a independência da Nigéria em 1960. Em 1961, os dois países estabeleceram relações diplomáticas e, nesse mesmo ano, foi criada a Embaixada do Brasil em Lagos. A Nigéria estabeleceu Embaixada residente no Brasil em 1966.

O relacionamento bilateral tem sido marcado pela fluidez e cordialidade, consequência natural dos fortes laços culturais que unem os dois países. É relevante observar que não houve interrupção das relações nem mesmo durante períodos de crise na Nigéria, como a intervenção militar de 1966 e a guerra de Biafra (1967-1970), região cujas pretensões secessionistas o Brasil não reconheceu. A relação bilateral sofreu um distanciamento no período ditatorial de Sani Abacha (1993-1998), quando a Nigéria enfrentou período de isolamento internacional por conta das violações aos direitos humanos atribuídas ao Governo nigeriano.

A partir do final da década de 1990, o relacionamento bilateral começou a adquirir renovado impulso, que já se fez notar com a visita do General Olusegun Obasanjo a Brasília, em abril de 1999, ainda na condição de Presidente eleito. Em novembro de 2000, também o Vice-Presidente nigeriano, Atiku Abubakar, visitou oficialmente o Brasil, por ocasião da realização da IV Sessão da Comissão Mista Brasil-Nigéria. Abubakar também esteve no Brasil em setembro de 2002, para participar do Congresso Mundial de Petróleo, no Rio de Janeiro.

Em abril de 2005, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva visitou a Nigéria. No ano seguinte, o Presidente brasileiro retornou a Abuja para participar da Cúpula África - América do Sul (então chamada AFRAS, atualmente ASA). Cabe registrar que a própria criação desse mecanismo deveu-se, em grande parte, às iniciativas diplomáticas do Brasil e da Nigéria.

O Presidente Lula e o Presidente Umaru Yar'Adua mantiveram, ainda, encontro bilateral em 2007, à margem da Cúpula do G8+5, em Heiligendamm, Alemanha. Em julho de 2009, o Presidente Yar'Adua realizou visita oficial ao Brasil.

Em março de 2010, o então Ministro-Chefe da Secretaria Especial para Promoção de Políticas de Igualdade Racial, Edson Santos, chefiou Delegação à Nigéria. A visita culminou na assinatura de Memorando de Entendimento sobre Cooperação nas áreas de Direitos Culturais, Combate à Discriminação, Promoção da Igualdade Racial e Atividades Correlatas.

Em 22 de junho de 2010, Brasil e Nigéria realizaram Reunião de Consultas Políticas, em Abuja. O temário do encontro foi equilibrado entre temas multilaterais, regionais e bilaterais.

Em julho do mesmo ano, o Ministro da Defesa da Nigéria, Adetokumbo Kayode, realizou visita oficial ao Brasil, ocasião em que foi assinado Acordo sobre Cooperação no Domínio da Defesa.

Em 2012, houve visitas ao Brasil do Ministro de Comércio e Investimentos, Olusegun Aganga (19 a 22 de março) e de delegação técnica da Comissão Fiscal da Nigéria (30 de janeiro a 1º de fevereiro), cujo mandato consiste em revisar, periodicamente, as fórmulas e princípios de alocação de receitas entre os entes que compõem a Federação Nigeriana.

Cooperação na área de energia

Em julho de 2009, os dois países assinaram Memorando de Entendimento estabelecendo as condições para a criação de Grupo de Trabalho a fim de promover a cooperação bilateral nos campos de petróleo, gás, eletricidade, eficiência energética e biocombustíveis.

No mesmo mês, o Presidente Umaru Yar'Adua realizou visita ao Brasil e manteve encontro com o Presidente da Petrobras, Sérgio Gabrielli. O mandatário nigeriano solicitou maiores investimentos da empresa brasileira em seu país e informou que a Nigéria daria início a novas rodadas de licitação de campos de exploração de hidrocarbonetos, nas quais a participação da Petrobras seria muito apreciada.

O interesse nigeriano pela cooperação energética com o Brasil manteve-se no Governo Jonathan. Por ocasião da Posse da Presidenta da República, Dilma Roussef, o Vice-Presidente Sambo encontrou-se, em Brasília, com o então Presidente da Petrobras, o Dr. Sérgio Gabrielli, com quem acordou a assinatura do Memorando de Entendimento entre a NNPC (*Nigerian National Petroleum Corporation*) e a Petrobras, cobrindo as áreas de pesquisa e desenvolvimento, refino, marketing e comercialização.

No que se refere à participação da iniciativa privada brasileira no setor energético nigeriano, o Diretor de Mercados da Zagope (subsidiária da Andrade Gutierrez em Portugal), Fernando Furtado, visitou Abuja, de 26 a 28 de janeiro de 2011, para encontrar-se com o Ministro da Energia e com o Sr. Ibrahim Shehu Njiddah, Diretor do Conselho Nacional de Energia (*National Energy Council*). A missão empresarial teve por objetivo obter subsídios para que a AG estude a possibilidade de realizar projeto de construção de infraestrutura na Nigéria.

Cooperação técnica

A Agência Brasileira de Cooperação mantém com a Nigéria dois projetos de cooperação técnica na área da agricultura, a saber: Produção e Processamento Agroindustrial de Mandioca e Produção e Processamento

de Frutas Tropicais e Hortaliças. Pela parte brasileira, a instituição executora é a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e pela parte nigeriana o *Agricultural Research Council of Nigeria* (ARCN). A implementação desses projetos de cooperação tem permitido o treinamento de técnicos nigerianos em unidades da Embrapa e a transferência de tecnologias e recursos genéticos vegetais brasileiros, importantes no contexto do sistema agroclimático e ecológico das regiões onde o projeto tem sido implementado.

O projeto de produção e processamento de mandioca contempla o treinamento de 20 técnicos, e o de frutas prevê a capacitação de 25 técnicos nigerianos nos centros de excelência da EMBRAPA. Ao final desses projetos, espera-se que os técnicos nigerianos estejam capacitados nas áreas de procedimento biotecnológico, melhoramento genético, práticas de proteção de plantas e operação do processo agroindustrial. Os técnicos também adquirirão competência para elaborar, monitorar e avaliar projetos agrícolas, com vistas ao fortalecimento, desenvolvimento e sustentabilidade desse setor. Em maio e junho de 2010, foram realizadas as primeiras capacitações dos projetos. A Embrapa deverá agendar novas capacitações em 2012.

Em 24 de fevereiro de 2012, o Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural da Nigéria, por meio da Embaixada em Abuja, transmitiu o interesse do país em beneficiar-se do programa “Mais Alimentos África”, gerido pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Em sua resposta à demanda nigeriana, o MDA esclareceu ser necessária, como medida inicial, a redação conjunta de Projeto de Cooperação Técnica bilateral, específico para o programa.

Cooperação na área de arrecadação de tributos

Entre 30 de janeiro e 1º de fevereiro de 2012, missão fiscal nigeriana visitou Brasília com o objetivo de conhecer o sistema de arrecadação de tributos brasileiro. O desenvolvimento de um modelo de arrecadação de tributos eficiente é considerado essencial para a Nigéria, uma vez que atualmente as receitas do estado nigeriano advêm quase exclusivamente do setor petrolífero.

Candidaturas

Em 2011, a Nigéria apoiou a candidatura do professor José Graziano ao cargo de Diretor-Geral da FAO. A Nigéria apoiou também a

candidatura do Embaixador Gilberto Saboia à Comissão de Direito Internacional (CDI).

Comércio Bilateral

A Nigéria é o principal parceiro comercial do Brasil no continente africano. O comércio bilateral (exportações e importações), que em 2002 foi de US\$ 1,5 bilhão, elevou-se para US\$ 8,2 bilhões em 2008. Em 2010, declinou para US\$ 6,7 bilhões, mas em 2011 as trocas se recuperaram e atingiram a soma de US\$ 9,5 bilhões. Em 2011, o Brasil teve déficit de US\$ 7,1 bilhões no comércio com a Nigéria.

Os principais produtos da pauta bilateral de exportação do Brasil são açúcar e cereais, que, juntos, respondem por 65% do total. As importações brasileiras oriundas da Nigéria compõem-se quase que exclusivamente de combustíveis (99,8%, em 2011). Em 2010, 56,4% do petróleo importado pelo Brasil veio da Nigéria. Os constantes déficits com esse país africano e o alto peso desempenhado pelo petróleo nas trocas entre os dois países fazem com que o Governo brasileiro defenda a diversificação da pauta de comércio bilateral.

Em 2010, foi estabelecida, em Lagos, Câmara de Comércio e Indústria Nigéria-Brasil. Em agosto do ano passado, houve missão nigeriana ao Brasil, a qual manteve contatos com diversos interlocutores, como a FIESP, a Odebrecht e a OAS.

Financiamentos e investimentos

Em abril de 2008, o BNDES abriu ao *First Bank of Nigeria* e ao *Guaranty Trust Bank* linha de crédito de US\$ 63 milhões, para financiar exportações de produtos brasileiros, reatando, após vinte anos, as relações financeiras entre o Brasil e a Nigéria.

Missão empresarial liderada pelo então Ministro da Indústria, do Comércio e Desenvolvimento, Miguel Jorge visitou a Nigéria em 10 e 11 de junho de 2009, havendo-se estimado o fechamento de negócios da ordem de US\$ 5 milhões e um potencial futuro de contratos no valor de cerca de US\$ 230 milhões.

Segundo a Embaixada do Brasil em Abuja, a única empresa brasileira com atividades na Nigéria é a Petrobrás. A empresa mantém atividades em território nigeriano desde 1998, com operações em águas profundas no Delta do Rio Níger. Possui participação, como operadora, no bloco OPL 315 e, como não operadora, nos blocos OML 127 (Agbami) e OML 130 (Akpo). O campo de Agbami iniciou sua produção em julho de

2008 e o de Akpo em março de 2009. Segundo a Petrobras, haveria boas perspectivas de ampliação das atividades da empresa naquele país.

Há registro de investimentos diretos da Nigéria no Brasil nos setores de comércio atacadista de madeira/material de construção, comércio atacadista de computadores, equipamentos de telefonia e comunicação, e incorporação de empreendimentos imobiliários.

Oportunidades para empresas brasileiras

A Nigéria oferece grandes oportunidades no setor de energia. No dia 26 de agosto de 2010, o Presidente da Nigéria, Goodluck Jonathan, apresentou, em Lagos, o *Roadmap for the Nigerian Power Sector Reform*, que prevê a reforma do setor de energia no país, com grande abertura à participação do setor privado. Segundo esse documento, o Governo nigeriano deverá desligar-se, no médio prazo, da geração e distribuição de energia no país. O plano apresentado prevê a privatização de 11 companhias distribuidoras e 6 companhias geradoras de eletricidade.

Como mencionado, o Governo da Nigéria tem incentivado a participação de empreiteiras brasileiras na construção de usina hidrelétrica de grande porte na região de Mambilla, no estado de Taraba. A usina, com produção anual estimada em 2600 mil megawatts, poderá duplicar a capacidade nigeriana de geração de energia. A Andrade Gutierrez fez visitas à Nigéria, em 2010, para avaliar o projeto, cujo custo é estimado em US\$ 4 bilhões.

Convém destacar que, no início de 2007, o Governo nigeriano assinou contrato como a empresa chinesa *China Gezhouba Group Corporation* (uma das principais construtoras da usina de Três Gargantas, na China) para dar início à execução do projeto de Mambila, que teria financiamento do Eximbank chinês. Suspeitas de irregularidade na concessão do projeto, no entanto, de acordo relatório publicado, em 2009, pelo instituto britânico *Chatham House*, teriam levado à sua interrupção, em outubro de 2007. Desde então, o Governo nigeriano estaria em busca de novas fontes de financiamento.

Estão avançadas as tratativas entre empresas dos dois países com vistas ao uso do etanol misturado ao combustível, que prevê a instalação de uma usina de processamento de cana-de-açúcar no estado de Benue. A Nigéria pretende ainda solicitar apoio brasileiro para o processamento de palmeira, com vistas a fomentar a pequena indústria moveleira local e mesmo exportar MDF (tipo de aglomerado de madeira utilizado em larga escala pela indústria de móveis).

Grandes empresas brasileiras do setor de construção rodoviária e de engenharia pesada têm demonstrado interesse em levar sua experiência

para a Nigéria. Especialistas brasileiros em transporte desempenharam papel relevante no recém-inaugurado sistema de transportes urbanos de Abuja. Sistemas semelhantes poderão ser implantados em outras cidades da Nigéria. O Brasil poderia oferecer apoio para a construção de estações rodoviárias, que inexistem, hoje, na Nigéria. São de origem brasileira a maior parte dos ônibus urbanos interestaduais que trafegam no país. É preciso lembrar, entretanto, que a ausência de conexões aéreas diretas entre os dois países é empecilho para o desenvolvimento de relações empresariais mais amplas.

A necessidade de se estabelecer tais conexões, bem como a vontade brasileira em diversificar a pauta de comércio bilateral foram temas discutidos pelo Ministro das Relações Exteriores Antonio Patriota com o então Ministro dos Negócios Estrangeiros Nuruddeen Mohammed em 26 de novembro de 2011, por ocasião da reunião ministerial da ASA (América do Sul – África).

Em janeiro de 2012, a empresa aérea nigeriana *Arik Air* manifestou interesse em estabelecer possíveis canais de diálogo com a ANAC visando a dar início a voos diretos entre os dois países.

Restrições às exportações de carnes

A legislação nigeriana (*Import Prohibition Order*) proíbe importações de produtos agrícolas, tais como carnes bovina e suína, frutas frescas, óleos vegetais e animais vivos, como forma de proteção do mercado local.

Apesar de o Governo nigeriano ter-se comprometido a alterar sua legislação, até o presente momento, a *Import Prohibition Order* não sofreu alterações e continua vigente. Acerca desse tema, o Brasil manteve reunião bilateral com a Delegação da Nigéria às margens da 49ª Sessão do Comitê sobre Aplicação de Medidas Sanitárias e Fitossanitárias da Organização Mundial do Comércio (OMC), em outubro de 2010. Na ocasião, a representante nigeriana esclareceu, em caráter informal, que a lista de restrições estaria sendo revista, de modo a que o país possa adequar-se às regras da CEDEAO (Comunidade Econômica dos Estados do Oeste da África). Não soube precisar, porém, quando a nova lista de produtos seria editada.

Não obstante, avalia-se que a chave para ter acesso ao mercado nigeriano parece estar na associação, parceria ou outro tipo de entendimento de empresas brasileiras com empresários locais. A facilitação da entrada de produtos agrícolas na Nigéria requer entendimentos com os grandes importadores e investimento na produção e/ou capacitação local. O

Governo nigeriano está empenhado em desenvolver o setor e exige contrapartidas para permitir importação.

Arroz

O Brasil tem feito reiteradas gestões para acessar o mercado nigeriano de arroz. A Nigéria é um dos maiores importadores de arroz no mundo, tenta desenvolver programa de auto-suficiência e restringe as importações, submetidas a regime de licenças especiais. As licenças de importação são concedidas para os importadores nigerianos pelo Ministério do Comércio e Indústria e/ou pelo Ministério da Agricultura, com comunicação, para as medidas necessárias à permissão da entrada do produto, ao Ministério das Finanças e outras autoridades. As licenças de importação são concedidas mediante promessa do importador de que haverá, em contrapartida, investimento no desenvolvimento do setor produtivo local.

Assuntos consulares

A comunidade brasileira na Nigéria é estimada em cerca de 1.212 pessoas. Não há cônsules honorários, tampouco conselho de representantes. O atendimento consular é realizado pela Embaixada em Abuja e pelo Consulado-Geral em Lagos.

Operações de empréstimos e financiamentos oficiais

A dívida em atraso da Nigéria com o Brasil, referente a financiamentos e seguros de exportações, foi reescalada em 2006, com remissão parcial no valor de US\$ 84.660.006,35 e pagamentos já efetuados no total de US\$ 67.293.786,00.

POLÍTICA INTERNA

Antiga colônia britânica, a Nigéria tornou-se independente em 1960. Sua trajetória desde então tem sido caracterizada por diversos momentos de instabilidade política e social, os quais decorrem de diversos fatores.

Em primeiro lugar, há que se levar em consideração a divisão entre o sul, mais desenvolvido e de maioria cristã, e o norte, habitado sobretudo por muçulmanos (doze estados nortistas adotam a charia, a lei islâmica, como código penal).

Além das diferenças regionais, há um complexo cenário étnico: o país é habitado por diversos povos, destacando-se os iorubás, que habitam sobretudo o sudoeste do país; os hauçás (*hausa*), nortistas e muçulmanos; e os igbos, que vivem principalmente no sudeste e são cristãos.

Um sistema energético deficiente, impasses quanto à alocação dos recursos advindos do setor petrolífero e um histórico de intervenções das Forças Armadas no cenário nacional contribuem para a instabilidade político-institucional nigeriana.

Em termos institucionais, a Nigéria é uma Federação formada por 36 estados. Para alguns observadores, o sistema federativo, raro no continente africano, tem favorecido, até o momento, a integridade territorial nigeriana, na medida em que serve como válvula de escape para demandas que, em um estado unitário, poderiam se desdobrar em conflitos secessionistas mais graves.

A IV República Nigeriana

Em 1998, com a morte do General Sani Abacha, ditador que governava o país desde 1993, iniciou-se o processo de redemocratização da Nigéria. No ano seguinte, realizaram-se eleições presidenciais, das quais saiu vitorioso o General da Reserva Olusegun Obasanjo, cristão e sulista. Teve início, então, a chamada IV República nigeriana. O partido do Presidente Obasanjo, o PDP (*People's Democratic Party*), de orientação liberal, permanece no poder desde então, tendo vencido as eleições de 2003, 2007 e 2011.

No pleito de 2003, Obasanjo foi reeleito com cerca 60% dos votos. Não obstante inúmeras deficiências e irregularidades, as eleições tiveram seus resultados endossados pelos observadores internacionais.

Paralelamente ao processo de democratização, a IV República também assinalou uma queda na intensidade da participação dos militares

na vida política do país. Desde que Obasanjo assumiu seu primeiro mandato democrático, as Forças Armadas têm-se mantido discretas em relação aos temas políticos.

Na tentativa de atenuar as divergências regionais opondo o Sul ao Norte do país, os membros do PDP decidiram informalmente que haveria alternância, na presidência, entre candidatos sulistas e candidatos nortistas. Nas eleições de 2007, o candidato indicado pelo PDP foi Umaru Yar'Adua, nortista e muçulmano.

O Governo Yar'Adua e a sucessão presidencial

Umaru Yar'Adua foi eleito graças à influência de Olusegun Obasanjo, em pleito cujo resultado só foi sancionado pela Corte Suprema em dezembro de 2008, mais de um ano depois de realizado.

A nota positiva de seu Governo foi o fato de ter mantido o país dentro dos princípios da democracia e do estado de direito, respeitando as prerrogativas do Legislativo, do Judiciário e dos Governos estaduais.

Em fins de novembro de 2009, Yar'Adua foi forçado a afastar-se da presidência por motivos de saúde, gerando vácuo de poder que seria superado apenas em 13 de janeiro de 2010, por meio de decisão do Tribunal Superior de Abuja autorizando o Vice-Presidente Goodluck Jonathan a exercer a função presidencial. No dia 9 de fevereiro, as duas casas da Assembleia passaram resoluções confirmando-o como Presidente em exercício da Nigéria, tendo sido empossado em 6 de maio de 2010, no dia seguinte ao falecimento do Presidente Yar'Adua.

O Governo de Goodluck Jonathan

O Presidente Goodluck Jonathan assumiu a Presidência após um período em que a Nigéria deu provas de amadurecimento político, tendo atravessado, sem convulsão ou golpe, o vácuo de poder causado pelo afastamento do Presidente Yar'Adua.

Em seu discurso de posse, retomou promessas feitas antes por Yar'Adua: combater a corrupção; respeitar o estado de direito; continuar a implementar o programa de anistia no Delta; melhorar as condições de vida da população nigeriana, sobretudo quanto ao fornecimento de água e energia elétrica.

Jonathan foi o primeiro membro de uma etnia do Sul que chegou à Presidência, sem fazer parte dos grupos influentes da política nigeriana e sem conexões com o meio militar (ao contrário dos ainda muito influentes ex-Presidentes Obasanjo, Babangida, Buhari e Gowon, militares

aposentados). Ao assumir a Presidência, tinha como trunfos principais o apoio de setores organizados da opinião interna e dos "parceiros internacionais" com maior influência sobre a Nigéria: EUA, Reino Unido e UE, que desejavam antes de tudo a preservação da estabilidade e do estado direito no país e viram com alívio a superação da crise constitucional.

O MEND (Movimento pela Emancipação do Delta do Níger) e a greve geral de novembro de 2010

Os meses de outubro e novembro de 2010 foram particularmente difíceis para o Presidente Jonathan. No dia 1º de outubro, por ocasião das comemorações do Cinquentenário da Independência, um atentado terrorista resultou em 12 mortos e 36 feridos. O atentado foi reivindicado pelo MEND (Movimento pela Emancipação do Delta do Níger). Na época, os atentados a bomba repercutiram com intensidade no quadro político nigeriano pré-eleitoral, com acusações recíprocas entre o Governo do Presidente Jonathan e seus opositores do Norte.

O Governo negociou a anistia aos líderes do MEND, o que permitiu a melhora das condições de segurança na região do Delta, mas não erradicou o crime organizado (roubo de combustíveis e sequestros) tampouco contribuiu para melhorar o quadro de degradação ambiental da região.

Em novembro de 2010, o Governo enfrentou uma greve geral, decretada pelas principais centrais sindicais, que exigiam aumento de 100% do salário mínimo. A Nigéria foi parcialmente paralisada pelo movimento grevista. Os sindicatos argumentavam que desde 2008 a inflação de dois dígitos (cerca de 15% ao ano) estava corroendo os salários.

Disputa pré-eleitoral

Desde a posse de Jonathan, a sucessão presidencial passou a ser o assunto mais discutido no cenário político nigeriano. No dia 26 de julho de 2010, reunião de governadores sulistas apoiou uma possível candidatura de Jonathan ao pleito de 2011. No dia seguinte, os governadores do Norte endossaram, oficialmente, a possibilidade de Jonathan declarar-se candidato, dentro do preceito constitucional que faculta a todos os cidadãos nigerianos maiores candidatarem-se a cargo eletivo.

De modo geral, o Norte do país não conseguiu opor ao nome do Presidente nenhum candidato de consenso que representasse os anseios das novas gerações. Os meios de comunicação especularam que o principal rival de Jonathan seria Muhammadu Buhari, candidato do *Congress for*

Progressive Change (CPC). Seu prestígio foi, entretanto, negativamente afetado pelo escasso brilho do período em que ocupou a presidência, de 1984 a 1985.

Eleições presidenciais de 2011

Goodluck Jonathan venceu as eleições presidenciais realizadas no dia 16 de abril de 2011 com 58,98% dos votos. O segundo colocado, Muhammadu Buhari (CPC), obteve 31,98% dos votos, concentrados na zona geopolítica do Norte.

O resultado eleitoral confirmou que o país continuava polarizado entre Norte e Sul. Os partidários de Buhari alegaram irregularidades no pleito e chegaram a causar graves perturbações da ordem nas principais cidades nortistas. Em poucos dias, a violência causou mais de uma centena de mortos, 15 mil deslocados internos e destruição de propriedades. Os distúrbios começaram a arrefecer após a imposição do toque de recolher e de medidas enérgicas das forças de segurança.

Apesar de falhas técnicas e irregularidades, as eleições foram consideradas livres, transparentes e genuínas pela comunidade internacional. Em novembro de 2011, o Tribunal Eleitoral referendou a eleição de Goodluck Jonathan.

O PDP conservou a maioria e elegeu/reelegeu 18 dos 26 Governadores nos estados em que houve eleição; por outro lado, os dois principais partidos de oposição, ACN e CPC, fortaleceram-se, respectivamente, no Sudoeste e no Norte.

O Boko Haram

O grupo Boko Haram surgiu no norte do país, área de maioria muçulmana e caracterizada pela extrema pobreza. A organização, cujo nome significa “a educação ocidental é pecaminosa”, tem usado a violência como arma política desde o assassinato de seu líder, Mohammed Yussuf, em 2009. Os alvos são tanto instituições consideradas ocidentais, como também muçulmanos mais moderados, que se opõem ao radicalismo do grupo.

No dia 26 de agosto de 2011, um atentado organizado pelo Boko Haram atingiu o edifício-sede da ONU em Abuja, ocasionando 26 mortes. Poucos meses depois, na semana do Natal, ataques do grupo a igrejas católicas no Norte da Nigéria deixaram mais de 50 mortos.

Em resposta aos ataques, o Presidente Jonathan decretou, nos primeiros dias de 2012, estado de emergência em alguns estados do norte,

como Borno, e o fechamento temporário das fronteiras terrestres com o Chade, o Níger e o Cameroun (acredita-se que cerca de 40% dos membros do Boko Haram estejam espalhados por países limítrofes, o que justificaria a medida presidencial).

Não obstante, em 20 de janeiro de 2012, a organização logrou promover ataques simultâneos a alvos variados na cidade nortista de Kano, segunda área metropolitana do país, que resultaram em mais de 200 mortos. No mês seguinte, a organização promoveu novos atentados nas cidades de Jos, Suleja, Kaduna, Kano e Gombe.

O Boko Haram representa novo desafio para a Nigéria, país que conhecera, até recentemente, relativa tolerância entre cristãos e muçulmanos. Os sistemas de segurança nigerianos – carentes de um comando central e de treinamento adequados – tem-se mostrado incapazes de conter as atividades da organização. Especula-se que os integrantes da organização possam ter recebido treinamento da Al-Qaeda do Maghreb Islâmico (AQMI) e da organização somali Al-Shabbab.

O fim do subsídio aos combustíveis

No dia 1º de janeiro de 2012, o Presidente Jonathan anunciou abruptamente o fim dos subsídios governamentais ao preço dos combustíveis. O Governo argumentou que a política de subsídios consumiria mais de 25% das receitas nigerianas, comprometendo a capacidade do poder público de investir em infraestrutura e, como consequência, bloqueando a diversificação da economia.

À medida seguiu-se uma série de manifestações populares e greves, uma vez que o preço da gasolina aos consumidores finais duplicou em poucos dias, em contexto sócio-econômico no qual 70% da população sobrevive com menos de US\$ 2 por dia, não obtendo qualquer outro benefício da enorme riqueza nigeriana de petróleo que esteja além da gasolina barata. A repercussão negativa da medida culminou com a realização de greve geral de protesto entre os dias 9 e 14 de janeiro.

No dia 16 de janeiro, o Governo decidiu reduzir o preço do combustível para os consumidores finais, reduzindo a tensão política no país.

POLÍTICA EXTERNA

Durante o Governo do General Sani Abacha (1993-1998), a Nigéria foi paulatinamente excluída do cenário internacional, sobretudo por problemas relacionados à questão do respeito aos direitos humanos. Nesse mesmo período, houve um estreitamento de suas relações com Líbia, Sudão, Iraque, Coreia do Norte e Irã.

Ao assumir a presidência, em 1999, o Presidente Obasanjo trabalhou para modificar a imagem negativa de seu país, mediante frequentes visitas e encontros com outros líderes de Estado e de Governo. Seu trabalho foi continuado pelos Presidentes Yar'Adua e Jonathan.

Desde então, a Nigéria tem-se afirmado cada vez mais como membro ativo da comunidade internacional. O país tem exercido papel destacado nas crises que surgem nos países vizinhos, como, por exemplo, a crise ivoriana de 2010/2011.

Atuação na África Ocidental

No contexto regional, cabe lembrar que a participação da Nigéria foi fundamental para o surgimento, em 1975, da Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO). A CEDEAO procura implementar ambiciosos projetos de integração regional, tais como a criação de uma área de livre comércio que abranja os países membros, a harmonização das políticas econômicas e fiscais e a introdução de moeda comum na sub-região.

No longo prazo, a Nigéria espera que, mediante a instalação de um mercado comum na África Ocidental, suas indústrias venham a se beneficiar do desenvolvimento do comércio intra-regional.

Ademais, a CEDEAO tem ampliado suas iniciativas de natureza político-militar, com participação no envio de tropas para a manutenção da paz em áreas conflagradas, bem como na concertação de posições comuns aos países da sub-região. Nesse contexto, o combate a pirataria no Golfo da Guiné, problema que afeta principalmente Nigéria e Benin, também tem sido discutido no âmbito desse organismo.

A Nigéria participou intensamente das operações de paz na Libéria (1990-1996 e 2003) e Serra Leoa (1993-1999). O êxito inicial obtido em ambos os países contribuiu para reforçar as aspirações nigerianas de liderança regional, bem como as de um assento permanente no Conselho de Segurança. Mais recentemente, a rápida reação de Abuja às crises na Guiné-Bissau e em São Tomé e Príncipe fortaleceu a postura nigeriana de

liderança sub-regional. Por ocasião da crise ivoriana de fins de 2010 e início de 2011, o Governo nigeriano logo se colocou contra a permanência de Laurent Gbagbo no poder. A postura adotada, portanto, veio ao encontro daquela defendida pelas potências ocidentais, nomeadamente a França.

Reforma do Conselho de Segurança da ONU

Uma das metas da política externa nigeriana é tornar o país membro permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), objetivo que vem deixando mais explícito recentemente (o país ocupou um dos assentos não-permanentes no biênio 2010-2011). Há a avaliação de que EUA, Reino Unido e França estariam sinalizando que a Nigéria seria o candidato da África com mais probabilidade de obter apoio para participar em um CSNU ampliado, devido ao seu perfil de atuação internacional. Nesse pleito, a África do Sul é rival da Nigéria como principal candidato africano.

Estados Unidos

Maior comprador do petróleo (44%), principal fonte de investimentos e país receptor de peso no contexto da “diáspora” nigeriana, os EUA são hoje o mais importante parceiro econômico da Nigéria. Além dos laços comerciais, os dois países têm cooperado em matéria de segurança e combate ao terrorismo. Interessa a Washington evitar a disseminação do terrorismo na região da África Ocidental. Em janeiro de 2012, missão norte-americana esteve em Abuja para discutir cooperação nessas áreas.

Oriente Médio e Norte da África

A política externa nigeriana para o Oriente Médio e Norte da África está sujeita a influências da política interna do país - proporção alta de muçulmanos (50%), existência de grupos fundamentalistas islâmicos (Boko Haram), etc – e a fatores de política externa, como a dependência em relação a países ocidentais e rivalidades com outros países africanos.

No contexto da crise líbia, o voto favorável à Resolução 1973 (2011), documento que criou a base legal para o uso de força militar naquele país, foi, ao mesmo tempo, uma forma de afirmação interna e externa de apoio à democracia, de aproximação com os países ocidentais e

de imposição de derrota ao regime de Muammar Kaddafi, defensor, no passado, da partição da Nigéria em linhas confessionais.

Ainda com referência às relações com o Norte da África, a Nigéria reconhece a República Árabe Saaraui Democrática, que tem Representante Residente em Abuja. O reconhecimento é herança de regime militar passado e atualmente a Chancelaria nigeriana mantém as relações no patamar mais baixo possível. As relações com o Marrocos e a Argélia são muito boas e ambos mantêm Embaixadores residentes em Abuja.

China

A China e a Nigéria estabeleceram relações diplomáticas em 10 de fevereiro de 1971, mas a influência econômica e política da China no país africano só adquiriu peso significativo a partir do Governo de Olusegun Obasanjo (1999-2007). O então Presidente nigeriano, ao procurar uma alternativa para as grandes empresas petrolíferas ocidentais, buscou a atração de investimentos chineses para projetos de infraestrutura, em troca de licenças para a exploração de petróleo em termos favoráveis (estratégia apelidada de *oil for infrastructure*).

O intercâmbio comercial China-Nigéria aumentou consideravelmente no período, sobretudo no final do segundo mandato de Obasanjo: de US\$ 3 bilhões em 2006 para US\$ 7,2 bilhões em 2008. Houve troca de visitas de alto nível: Obasanjo visitou Beijing, em 1999 (como Presidente eleito) e em 2005 (abril) e 2006 (novembro); os Presidentes Jiang Jemin (abril 2002) e Hu Jintao (abril 2006) visitaram a Nigéria. Foram anunciados grandes projetos chineses em infraestrutura, principalmente na reabilitação do sistema ferroviário da Nigéria e na área de energia. Alguns desses projetos, no entanto, acabaram não se materializando, principalmente por não terem evoluído nas etapas de detalhamento. A China tampouco logrou deslocar os principais compradores de petróleo nigeriano: somente 3% do petróleo importado pela China do continente africano provêm da Nigéria.

No Governo de Umaru Yar'Adua (2007-fevereiro 2010), algumas iniciativas econômicas chinesas sofreram reveses porque o mandatário, buscando livrar-se da influência de seu predecessor, cancelou ou suspendeu os projetos *oil for infrastructure* que favoreciam Obasanjo e aliados.

ECONOMIA

O peso demográfico da Nigéria – com cerca de 160 milhões de habitantes, é o país mais populoso do continente africano – é acompanhado também por seu peso econômico: o PIB nigeriano é o maior da África Ocidental e o terceiro maior da África (atrás do sul-africano e do egípcio). Em 2010, o Produto Interno Bruto atingiu a cifra de US\$ 193,6 bilhões.

O setor petrolífero é o principal da economia nacional. A Nigéria tem a décima maior reserva de petróleo do mundo (36 bilhões de barris) e a segunda maior do continente africano, atrás somente da Líbia. A produção diária, em 2010, foi de cerca de 2,5 milhões de barris por dia.

A importância do óleo é comprovada por dados macroeconômicos e comerciais. Em 2010, o petróleo e seus derivados representaram 88% das exportações. Da mesma forma, estima-se que 80% do orçamento e 90% das divisas governamentais advenham desse setor.

O recente crescimento do PIB nigeriano também deve ser compreendido à luz de uma conjuntura favorável ao petróleo. Na última década, no contexto de aumento do preço desse minério, o PIB vem crescendo a taxas médias de 7% ao ano. Em 2011, o crescimento atingiu 7,4%. A inflação, por seu turno, manteve-se relativamente controlada (10,8%).

O petróleo tem permitido ao país obter constantes superávits em sua balança de comércio. Em 2010, por exemplo, as receitas de exportação atingiram a soma de 77 bilhões de dólares, ao passo que as importações ficaram na casa dos US\$ 47 bilhões. Mesmo em 2009, ano marcado pela crise econômica mundial, a Nigéria obteve um saldo de US\$ 9 bilhões.

Aproximadamente metade das exportações de petróleo nigeriano tem como destino os EUA, onde o produto é utilizado principalmente na produção de gasolina. A Índia é o segundo maior comprador, e o Brasil é o terceiro. Em relação às importações, o principal fornecedor nigeriano é a China (15% do total importado). O Brasil ocupa a 11ª posição nessa lista.

Apesar da riqueza potencial, a exploração petrolífera é apontada como a principal responsável pela poluição do Delta do Niger, pela concentração de riquezas, pelos baixos indicadores sociais, pela ausência de diversificação econômica e mesmo pelos diversos conflitos étnicos e religiosos que ameaçam a governabilidade. Observadores variados apontam a Nigéria como caso clássico de país que sofreria da “maldição dos recursos naturais”. Para esses analistas, como o estado nigeriano não depende de atividades econômicas desenvolvidas pela população como um todo para se financiar, muito pouco é feito em prol da diversificação de sua economia e do desenvolvimento sócio-econômico do país.

De fato, a riqueza proveniente da exploração do petróleo não tem sido revertida em benefícios sociais. O PIB per capita nigeriano é de apenas US\$ 1222. Nesse quesito, a Nigéria não está nem entre os dez principais países da África.

Paradoxalmente, para um país rico em petróleo, o setor energético vive situação de crise: a Nigéria precisa importar 85% do combustível que consome, e o Governo não conseguiu cumprir a promessa de fornecer, no ano de 2009, 6 mil MW de energia elétrica (3,7 mil MW foram gerados). Apenas uma das quatro refinarias existentes (todas estatais) está funcionando, após anos de ineficiência gerencial, corrupção, burocracia e falta de investimentos.

Gás natural e mineração

O gás natural é outra riqueza nigeriana: o país tem a oitava maior reserva do mundo e a maior do continente africano. No entanto, a produção não é expressiva, devido à insuficiente infraestrutura no setor. O gás natural associado ao petróleo é, em sua maior parte, queimado. Nesse cenário, investimentos adicionais em gasodutos regionais e plantas de LNG (gás natural liquefeito) se fariam necessários para acelerar as exportações e a geração doméstica de eletricidade.

Outro setor que aparece como promissor é o de mineração. De acordo com o Ministro do Comércio e Investimento, Olusegun Aganga, o país deverá iniciar a produção de minério de ferro em 2012, com a expectativa de atingir 20 milhões de toneladas em cinco anos.

Agricultura

A atual condição da produção agrícola nigeriana – pouco dinâmica – também está, em parte, ligada ao setor petrolífero. A agricultura já foi setor importante da economia nacional, mas, após as descobertas do petróleo, a Nigéria a relegou a uma posição de segundo plano, de modo que, hoje, o país tem uma agricultura atrasada e se vê obrigado a importar grande parte dos alimentos de que necessita. Apesar disso, o setor emprega cerca de 70% da população nacional (o setor petrolífero caracteriza-se por pequena demanda por mão-de-obra, o equivalente a apenas 1% da força de trabalho nacional).

Investimentos

Nos últimos anos, a China, embora sem figurar como grande importador de petróleo nigeriano, tem aumentado seus investimentos no país, em particular nos setores de petróleo, gás, energia elétrica, infraestrutura, engenharia civil, mineração, comunicações e agricultura. Em maio de 2010, China e Nigéria assinaram Memorando de Entendimento para a construção de três refinarias e um complexo petroquímico, com capacidade de refino de 750 mil barris/dia, no valor de 28,5 bilhões de dólares.

De acordo com a UNCTAD, a Nigéria está entre os 20 maiores destinos (terceiro na África, atrás de Angola e Egito), no mundo, para Investimentos Estrangeiros Diretos. Os principais setores de investimento externo são petróleo e gás, telecomunicações e infraestrutura.

Obstáculos ao desenvolvimento econômico

Embora exportadora de petróleo, a Nigéria precisa importar boa parte do combustível que consome. Ademais, o país não dispõe de uma reserva estratégica de combustíveis, a fim de evitar colapso em caso de interrupção de suprimento.

Geograficamente, grande parte da produção de petróleo nigeriana está concentrada no Delta do rio Níger, região que tem sido alvo de conflitos insurgentes, com roubo de petróleo (“bunkering”) e destruição de infraestrutura, o que acarreta fuga de investimentos estrangeiros.

Ademais, os recursos advindos do petróleo têm destinação duvidosa. O ECA (*Excess Crude Account*) – antecessor do Fundo Soberano, criado em maio deste ano, mas ainda não capitalizado – possuía USD 20 bilhões em 2007 e, apenas USD 1 bilhão no final de 2010. Por fim, o crescimento da violência, associada a fatores religiosos, étnicos e econômicos, tornam ainda mais difícil o ambiente para investimentos, principalmente de empresas de menor porte.

ANEXOS

Cronologia histórica

Séc. XV - Portugueses chegam à costa do país
Séc. XVII - Europeus estabelecem portos costeiros para o aumento do tráfico de escravos
Séc. XIX - Usman dan Fodio estabelece império islâmico centrado em Sokoto
1901 - Reino Unido estabelece protetorado no território
1914 - Nigéria torna-se colônia britânica
1960 - Independência nigeriana
1966 - Militares assumem o poder
1967 - Rebeldes proclamam independência da República de Biafra, no leste do país, mas movimento sai derrotado
1975 - Após golpe pacífico, Murtala Ramat Mohammed sobe ao poder, mas é morto em seguida. Em seu lugar assume Olusegun Obasanjo
1977 - Nova Constituição é promulgada
1979 - Shehu Shagari vence eleições presidenciais
1983 - Nigéria retorna ao Governo militar
1993 - Sani Abacha sobe ao poder após cancelamento de eleições
1999- Obasanjo é eleito presidente
2003 - Reeleição de Obasanjo
2007 - Umaru Musa Yar'Adua é eleito presidente, na primeira transferência de poder entre presidentes eleitos da história do país
2010 (janeiro) - Umaru Musa Yar'Adua falece e VPR Goodluck Jonathan assume a Presidência
2011 (abril) Goodluck Jonathan é eleito
2011 (agosto) – Atentado do grupo terrorista Boko Haram atinge prédio da ONU em Abuja
2012 (janeiro) – Governo anuncia fim dos subsídios aos combustíveis. Protestos e greves se espalham pelo país.

Cronologia das relações bilaterais

1960 - Brasil reconhece a independência da Nigéria e envia delegação aos festejos comemorativos.
1961 - Estabelecimento de relações diplomáticas. Criação da Embaixada residente do Brasil em Lagos.
1966 - Nigéria estabelece Embaixada residente em Brasília.
1967 - Guerra de Biafra. Brasil não reconheceu o movimento secessionista.
1972 - Chanceler Gibson Barboza visita a Nigéria. Acordos de Cooperação Cultural e Comercial.
1974 - Okoi Arikpo, Chanceler nigeriano, visita o Brasil.
1977 - Joseph Garba, Chanceler nigeriano, visita o Brasil.
1979 - Vice-Presidente Shehu Yar'Adua visita o Brasil. Assina múltiplos acordos. Justin Tseayo, Ministro da Energia nigeriano visita o Brasil.
1981 - Chanceler Saraiva Guerreiro visita a Nigéria. Primeira reunião da Comissão Mista bilateral.
1983 - Presidente João Batista Figueiredo visita a Nigéria.
1986 - Chanceler Abreu Sodre visita a Nigéria.
1988 - Ike Nwachukwu, Chanceler nigeriano, visita o Brasil.
1989 - Terceira reunião da Comissão Mista.
1998 - Início do processo de redemocratização da Nigéria. Relações voltam a tomar impulso.
1999 - Olusegun Obasanjo visita o Brasil como Presidente-eleito.
2000 - Atiku Abubakar, Vice-Presidente da Nigéria, visita o Brasil. 4ª Reunião da C. Mista.
2005 - Embaixada do Brasil é transferida para Abuja, a nova capital nigeriana.
2005 - Presidente Luiz Inácio Lula da Silva visita a Nigéria.
2005 - Chanceler Celso Amorim visita a Nigéria.
2005 - Olusegun Obasanjo, Presidente da Nigéria, visita o Brasil.
2005 - Ministro Luiz Fernando Furlan (MDIC) visita a Nigéria.
2005 - V reunião da Comissão Mista.
2006 - Danjuma Idris Waziri, Ministro do Comércio nigeriano, visita o Brasil. Oluyemi Adeniji, Chanceler nigeriano, visita o Brasil.
2006 - Presidente Luiz Inácio Lula da Silva participa da Cúpula AFRAS (África-América do Sul), em Abuja. Encontro dos Presidentes Lula e Yar'Adua, em Berlim.

2008 - Abril. Ministro de Estado do Comércio da Nigéria, Garba Bichi, visita o Brasil.
2008 - Junho. Sexta reunião da Comissão Mista.
2009 - Julho. Presidente Umaru Musa Yar'Adua visita o Brasil.
2010 - Junho. Reunião de Consultas Políticas.
2012 - Março. Ministro de Comércio e Investimentos da Nigéria, Olusegun Aganga, visita o Brasil.

Atos Bilaterais

Título	Data de celebração	Entrada em vigor	Promulgação	
			Nº (D.O.U)	Data
Acordo, por Troca de Notas, sobre Rádio e Televisão	10/01/1979	10/1/1979	-	26/01/1979
Acordo Brasil-Nigéria sobre Serviços Aéreos entre seus Respectivos Territórios e Além	10/01/1979	18/10/1991	219	12/11/1991
Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica	10/01/1979	02/08/1983	210	01/11/1983
Acordo sobre a Criação de uma Comissão Mista de Coordenação	10/01/1979	10/01/1979	89	04/04/1979
Acordo de Amizade, Cooperação e Comércio	10/01/1979	10/01/1979	88	04/04/1979
Acordo de Cooperação Cultural e Educacional	08/11/2000	Em ratificação (Decreto Legislativo 781/2005; falta aprovação interna nigeriana)		
Acordo sobre Serviços Aéreos	06/09/2005	Em ratificação (Decreto Legislativo 254/2008; falta aprovação interna nigeriana)		
Acordo sobre Isenção de Vistos para Portadores de Passaportes Diplomáticos, Oficiais e de Serviço	06/09/2005	10/11/2008	217	07/11/2008
Acordo de Cooperação sobre o Combate à Produção Ilícita, Consumo e Tráfico de Drogas e Substâncias Psicotrópicas e Lavagem de Dinheiro	06/09/2005	Em ratificação (Decreto Legislativo 279/2008; falta aprovação interna nigeriana)		
Tratado de Assistência Jurídica Mútua em Matéria Penal	06/09/2005	29/07/2009	197	13/10/2011
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Nigéria sobre Cooperação no Domínio da Defesa	22/07/2010	Tramitação Casa Civil	-	

Dados Econômico-Comerciais

PRINCIPAIS INDICADORES ECONÔMICOS (2011)

PIB Nominal	US\$ 244 bilhões
Crescimento real do PIB	7,4%
PIB Nominal "per capita"	US\$ 1.574
PIB PPP	US\$ 323 bilhões
PIB PPP "per capita"	US\$ 3.230
Inflação	10,8%
Reservas internacionais	US\$ 35 bilhões
Dívida externa	US\$ 11 bilhões
Câmbio (N / US\$)	153,9

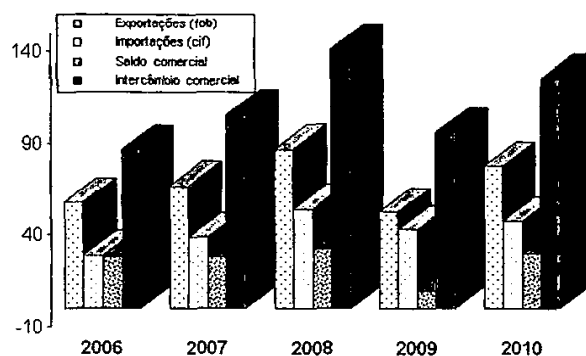
Com PIB Nominal de US\$ 244 bilhões e crescimento em torno de 7,4%, a Nigéria destacou-se como a 39ª economia do mundo e um das principais economias exportadoras de combustíveis.

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial com base em dados do EIU, The Economist Intelligence Unit, Country Report March 2012 e Central Intelligence Agency, World Factbook (www.cia.gov)

NIGÉRIA: COMÉRCIO EXTERIOR US\$ bilhões

DESCRIÇÃO	2006	2007	2008	2009	2010	2011 (jan-nov)
Exportações (fob)	58	67	87	53	78	99
Importações (cif)	29	39	54	43	48	53
Saldo comercial	29	28	33	9	30	46
Intercâmbio comercial	87	106	141	96	125	152

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do FMI, Direction of Trade Statistics, March 2012.



O comércio exterior da Nigéria apresentou, em 2010, variação de 44% em relação a 2006, passando de US\$ 87 bilhões para US\$ 125 bilhões. No ranking do FMI, a Nigéria figurou como o 45º mercado mundial, sendo o 54º principal exportador e o 37º importador.

NIGÉRIA: DIREÇÃO DAS EXPORTAÇÕES
US\$ bilhões

Descrição	2010	% no total	2011 (jan-nov)	% no total
Estados Unidos	28,5	36,6%	29,5	29,9%
Índia	9,4	12,0%	11,6	11,7%
Brasil	6,9	7,6%	7,7	7,8%
Espanha	5,1	6,6%	7,0	7,1%
França	3,1	3,9%	4,5	4,6%
Países Baixos	2,9	3,7%	4,2	4,2%
África do Sul	2,5	3,2%	2,8	2,8%
Alemanha	2,3	2,9%	4,0	4,0%
Costa do Marfim	2,0	2,6%	2,6	2,6%
Portugal	1,6	2,1%	1,9	1,9%
Subtotal	63,4	81,4%	75,8	76,6%
Outros países	14,5	18,6%	23,2	23,4%
Total	77,8	100,0%	99,0	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do FMI, Direction of Trade Statistics, March 2012.

Estados Unidos, Índia e Brasil representam 56% da pauta em 2010. O Brasil obteve o 3º lugar entre os principais destinos, participando com 7,6% do total.

NIGÉRIA: ORIGEM DAS IMPORTAÇÕES
US\$ bilhões

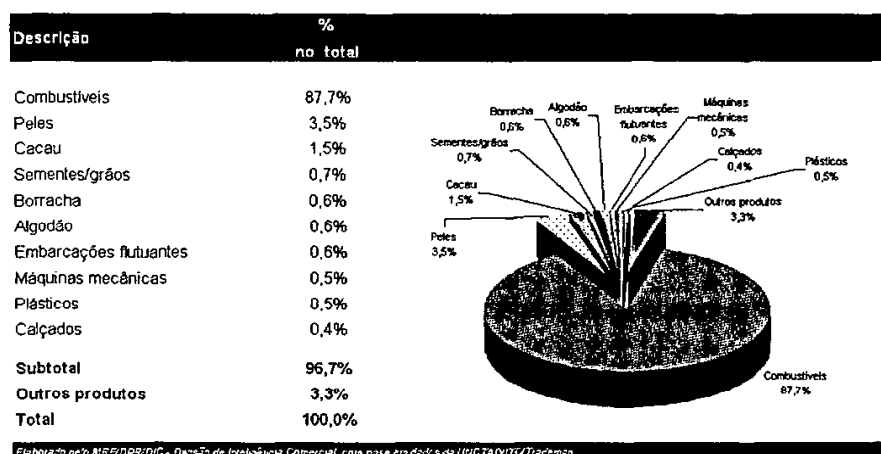
Descrição	2010	% no total	2011 (jan-nov)	% no total
China	7,4	15,5%	9,1	17,2%
Países Baixos	4,5	9,6%	2,6	4,9%
Estados Unidos	4,4	9,3%	4,8	9,0%
França	2,3	4,8%	2,0	3,8%
Índia	2,1	4,5%	2,4	4,4%
Reino Unido	2,0	4,2%	2,1	4,0%
Alemanha	1,5	3,1%	1,6	3,0%
Itália	1,1	2,3%	1,1	2,1%
Taiilândia	1,0	2,2%	1,3	2,4%
Emirados Árabes Unidos	1,0	2,0%	1,1	2,2%
Brasil	0,9	2,0%	1,2	2,2%
Subtotal	28,2	59,4%	29,2	55,2%
Outros países	19,3	40,6%	23,7	44,8%
Total	47,6	100,0%	52,9	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do FMI, Direction of Trade Statistics, March 2012.

A China é o principal fornecedor de bens para a Nigéria. Em 2010 respondeu com 16% do total, seguido de Países Baixos (10%); Estados Unidos (9%); França (5%); Índia (5%); Reino Unido (4%); Alemanha (3%). O Brasil posicionou-se no 11º lugar, com 2% da demanda importadora do país.

NIGÉRIA: COMPOSIÇÃO DAS EXPORTAÇÕES

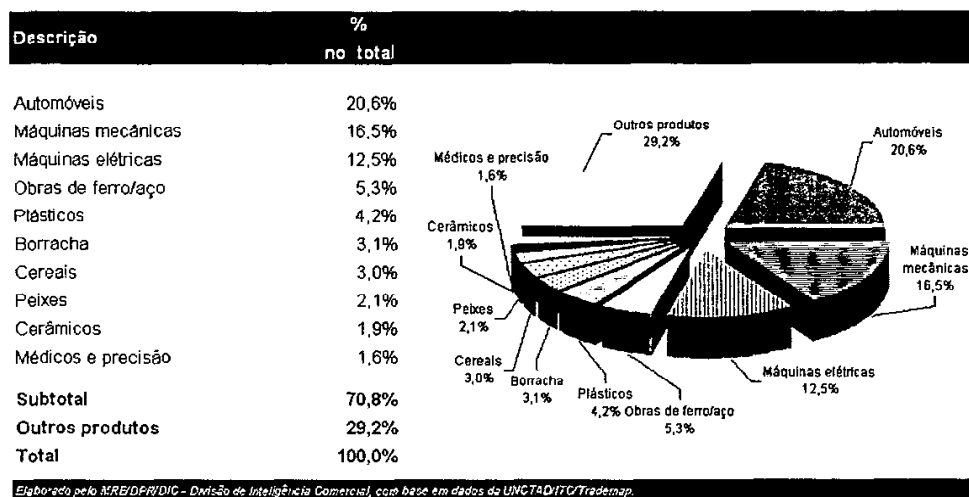
2010 - Em %



A pauta de exportação nigeriana é altamente concentrada. Combustíveis representaram, em 2010, 88% do total. Na sequência estão: peles (4%); cacau (2%); e sementes/grãos (2%). Estes itens somados representaram em torno de 96% da pauta em 2010.

NIGÉRIA: COMPOSIÇÃO DAS IMPORTAÇÕES

2010 - Em %



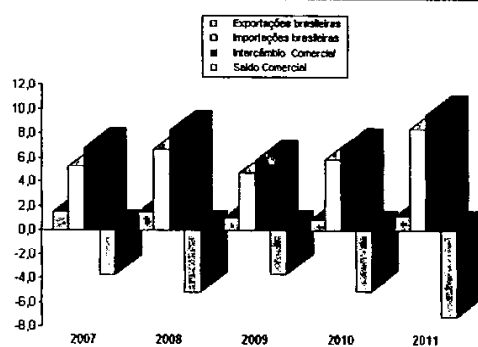
Os principais produtos importados pela Nigéria foram: automóveis (21%); máquinas mecânicas (17%); máquinas elétricas (13%); e obras de ferro/aço (5%). Esses itens em conjunto somaram em torno de 71% da pauta em 2010.

BRASIL - NIGÉRIA: EVOLUÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL
US\$ bilhões, fob

DESCRIÇÃO	2007	2008	2009	2010	2011	2011 (jan-fev)	2012 (jan-fev)
Exportações brasileiras	1,5	1,5	1,1	0,9	1,2	0,14	0,18
Variação em relação ao ano anterior	-99,9%	1,6%	-30,6%	-19,0%	38,1%	-12,3%	26,8%
Importações brasileiras	5,3	6,7	4,8	5,9	8,4	0,88	1,03
Variação em relação ao ano anterior	-99,9%	26,9%	-29,0%	24,3%	41,7%	13,8%	5,0%
Intercâmbio Comercial	6,8	8,2	5,8	6,8	9,6	1,12	1,21
Variação em relação ao ano anterior	-99,9%	21,3%	-29,3%	16,4%	41,2%	9,7%	7,7%
Saldo Comercial	-3,8	-5,2	-3,7	-5,1	-7,2	-0,84	-0,85

Elaborado pelo MRE/DPE/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIO/SECEX/Alexweb

A Nigéria foi o 11º principal parceiro comercial brasileiro em 2011. Entre 2007 e 2011, o intercâmbio comercial brasileiro com o país cresceu 41%, passando de US\$ 7 bilhões, para US\$ 10 bilhões, apesar do declínio de 21% das exportações do ano de 2011 em relação ao ano de 2007. A participação de Nigéria no comércio exterior brasileiro foi de 2% em 2011.

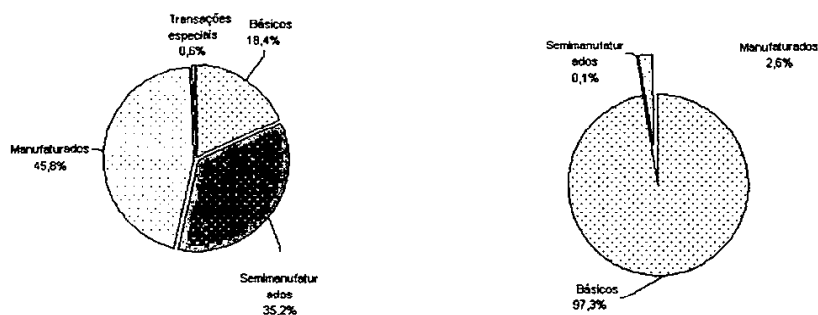


BRASIL-NIGÉRIA: EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES, POR FATOR AGREGADO
US\$ milhões, fob - 2 0 1 1

DESCRIÇÃO	EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS		IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS	
	VALOR	PART.%	VALOR	PART.%
Básicos	219	18,4%	8.161	97,3%
Semimanufaturados	420	35,2%	5	0,1%
Manufaturados	546	45,8%	221	2,6%
Transações especiais	7	0,6%	0	0,0%
Total	1.192	100,0%	8.386	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPREDIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC.

As exportações brasileiras para a Nigéria são compostas em sua maior parte por produtos manufaturados, que representaram 46% das vendas em 2011. Em seguida estão os bens semimanufaturados, com 35% e os básicos com 18%. Pelo lado das importações, observa-se que os produtos básicos representaram 97% do total em 2011, com destaque para "óleos brutos de petróleo".



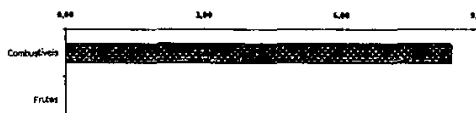
BRASIL-NIGÉRIA: COMPOSIÇÃO DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS
US\$ bilhões, fob

DESCRIÇÃO	2 0 0 9	2 0 1 0	2 0 1 1		Exportações brasileiras para a Nigéria, 2011
			Valor	% no total	
Açúcar	0,41	0,44	0,60	50,1%	
Cereais	0,04	0,03	0,17	14,6%	
Químicos orgânicos	0,05	0,04	0,06	4,9%	
Plásticos	0,03	0,03	0,05	4,5%	
Bebidas	0,05	0,04	0,05	4,1%	
Automóveis	0,05	0,04	0,04	3,3%	
Combustíveis	0,23	0,04	0,04	3,2%	
Fumo	0,01	0,03	0,03	2,5%	
Aviação	0,03	0,03	0,03	2,2%	
Máquinas mecânicas	0,02	0,02	0,02	2,0%	
Subtotal	0,93	0,74	1,09	91,4%	
Outros produtos	0,13	0,13	0,10	8,6%	
Total	1,07	0,86	1,19	100,0%	

Elaborado pelo MRE/DPREDIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/ALC/EX/2011.

A pauta de exportação brasileira para a Nigéria é concentrada. Açúcar e cereais são os principais itens brasileiros exportados para a Nigéria e juntos somaram 65% da pauta, em 2011. Em seguida destacaram-se: químicos orgânicos (5%); plásticos (4,5%); bebidas (4%).

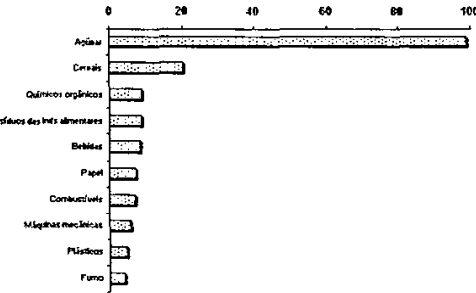
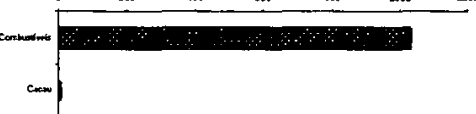
BRASIL-NIGÉRIA: COMPOSIÇÃO DAS IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS
US\$ bilhões, fob

DESCRIÇÃO	2009	2010	2011		Importações brasileiras originárias de Nigéria, 2011
			Valor	% no total	
Combustíveis	4,76	5,91	8,37	99,8%	
Frutas	0,00	0,00	0,01	0,1%	
Subtotal	4,76	5,91	8,38	99,9%	
Outros produtos	0,00	0,01	0,01	0,1%	
Total	4,76	5,92	8,39	100,0%	

Elaborado pelo MPE/DPD/CIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb.

As importações brasileiras originárias de Nigéria apresentaram alto grau de concentração. Os combustíveis são quase a totalidade das compras. Em 2011 esse grupo representou 99,8% das compras brasileiras.

BRASIL-NIGÉRIA: COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL
US\$ milhões, fob

DESCRIÇÃO	2011 (jan-fev)	2012 (jan-fev)		Exportações brasileiras para Nigéria em 2012 (jan-fev)
		Valor	% no total	
Exportações				
Açúcar	67	99	55,0%	
Cereais	11	20	11,3%	
Químicos orgânicos	8	9	4,8%	
Resíduos das inds alimentares	0	9	4,8%	
Bebidas	16	8	4,7%	
Papel	4	7	4,1%	
Combustíveis	0	7	3,9%	
Máquinas mecânicas	5	6	3,1%	
Plásticos	3	5	2,6%	
Fumo	8	4	2,2%	
Subtotal	122	174	96,5%	
Outros produtos	20	6	3,5%	
Total	142	180	100,0%	
Importações				
Combustíveis	982	1.029	99,8%	
Cacau	0	2	0,2%	
Subtotal	982	1.031	100,0%	
Outros produtos	0	0	0,0%	
Total	982	1.031	100,0%	

Elaborado pelo MPE/DPD/CIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb.

Aviso nº 543 - C. Civil.

Em 28 de junho de 2012.

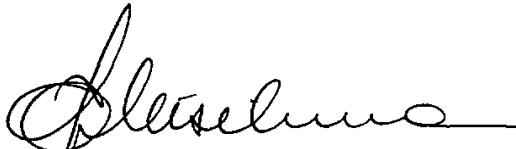
A Sua Excelência o Senhor
Senador CÍCERO LUCENA
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual a Excelentíssima Senhora Presidenta da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor JOÃO ANDRÉ PINTO DIAS LIMA, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Federal da Nigéria.

Atenciosamente,



GLEISI HOFFMANN
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

Publicado no DSF, em 03/07/2012.

Secretaria Especial de Editoração e Publicações do Senado Federal – Brasília – DF

OS:13010/2012

3

PARECER Nº , DE 2012

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 128, de 2011, do Senador Marcelo Crivella, que *altera o art. 10 da Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980 (“Dispõe sobre o Estatuto dos Militares”)* para estabelecer limites de idade ao ingresso nas Forças Armadas.

RELATOR: Senador **PAULO BAUER**

I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 128, de 2011, do Senador Marcelo Crivella, tem o objetivo de fixar em lei os requisitos de idade para ingresso nas Forças Armadas. A proposta é alterar o art. 10 da Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980 (Estatuto dos Militares), para especificar os limites mínimos e máximos de idade para admissão em cada programa de formação de militares da Marinha, Exército e Aeronáutica.

A redação atual do dispositivo em questão faculta o ingresso nas Forças Armadas a todos os brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei e nos regulamentos de cada Força, sem qualquer referência a limites de idade. O art. 142, § 3º, X, da Constituição Federal, por seu turno, determina que o ingresso nas Forças Armadas e os limites de idade aplicáveis são matérias a serem reguladas por lei ordinária.

O autor do projeto aduz, em sua justificação, que o Supremo Tribunal Federal (STF) já admitiu que o citado dispositivo constitucional estabelece a obrigatoriedade de fixação em lei ordinária dos requisitos de idade para admissão nas Forças Armadas. De fato, a decisão da Corte Constitucional no julgamento do Recurso Extraordinário (RE) nº 600.885

reconheceu a necessidade de edição de lei para regular a matéria, determinando, ainda, que os regulamentos e editais de concurso para ingresso nas carreiras militares terão validade apenas até o dia 31 de dezembro do corrente ano.

A matéria foi distribuída às Comissões de Educação, Cultura e Esporte (CE), e de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), cabendo a essa decisão terminativa. Não foram apresentadas emendas ao projeto no prazo regimental.

O parecer da CE sobre o PLS nº 128, de 2011, rejeitou a proposição por vício de inconstitucionalidade formal, decorrente de violação do preceito inscrito no art. 61, § 1º, II, *f*, da Constituição Federal, que atribui privativamente ao Presidente da República competência de iniciativa das leis que disponham sobre *militares das Forças Armadas, seu regime jurídico, provimento de cargos, promoções, estabilidade, remuneração, reforma e transferência para a reserva*.

II – ANÁLISE

A decisão da CE mostra-se correta, pois a matéria abordada no projeto está inserida no rol daquelas que o legislador constitucional reservou para serem reguladas por lei de autoria do Presidente da República. O vício de inconstitucionalidade decorrente da autoria parlamentar do PLS nº 128, de 2011, é incontornável. Como bem apontou o Parecer da CE, o STF adota o entendimento de que sequer a sanção expressa do chefe do Poder Executivo tem o condão de sanar a inconstitucionalidade decorrente de violação de reserva de iniciativa presidencial.

Vale registrar, nesse sentido, que não existe obstáculo regimental para que qualquer Comissão do Senado Federal adote parecer pela rejeição por inconstitucionalidade – e não por mérito – de uma proposição. A atribuição, pelo Regimento Interno da Casa, à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) de competência para opinar sobre a constitucionalidade dos projetos que lhe forem submetidos não exclui a possibilidade de as demais Comissões emitirem juízo sobre constitucionalidade, pois a conformidade com os preceitos da Constituição é requisito essencial de validade das normas. No caso em questão, o controle de constitucionalidade exercido pela CE, e sobretudo por esta Comissão à qual cabe o exame terminativo da matéria, reveste-se de

importância ainda maior, visto que a matéria não foi distribuída à CCJ.

A despeito do vício de constitucionalidade formal do projeto, que impede sua aprovação, devemos apontar seu mérito. O objetivo da proposição é o de fixar em lei os requisitos para ingresso nas Forças Armadas, inclusive os relativos à idade dos candidatos, atendendo à disposição expressa do art. 142, § 3º, X, da Constituição Federal.

É de se destacar que, após a apresentação do PLS nº 128, de 2011, foi aprovada a Lei nº 12.464, de 4 de agosto de 2011, que *dispõe sobre o ensino na Aeronáutica*, regulando os requisitos de ingresso naquela Força. Os requisitos para ingresso na Marinha e no Exército, por sua vez, são objeto de regulamentação, respectivamente, dos Projetos de Lei (PL) nº 2.843 e nº 2.844, de 2011, apresentados pelo Poder Executivo em 1º de dezembro daquele ano e já aprovados, terminativamente, pelas Comissões da Câmara dos Deputados.

Fica, assim, evidenciado o mérito da proposição em análise, não obstante sejamos levados a rejeitá-la, por violar a reserva de iniciativa do Presidente da República, firmada no art. 61, § 1º, II, *f*, da Carta Política.

III – VOTO

Diante do exposto, o voto é pela rejeição, por inconstitucionalidade formal, do Projeto de Lei do Senado nº 128, de 2011.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator



SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 128, DE 2011

Altera o art. 10 da Lei nº. 6.880, de 9 de dezembro de 1980 ("Dispõe sobre o Estatuto dos Militares"), para estabelecer limites de idade ao ingresso nas Forças Armadas.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 10 da Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 10. O ingresso nas Forças Armadas é facultado, mediante incorporação, matrícula ou nomeação, a todos os brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei e nos regulamentos da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, respeitados os limites de idade estabelecidos nesta Lei:

I – Para ingresso na Marinha do Brasil:

a) no Colégio Naval – ter no mínimo 15 (quinze) anos e no máximo 17 (dezessete) anos no primeiro dia do mês de janeiro do ano de início do curso;

2

b) na Escola de Aprendizes-Marinheiros – ter no mínimo 18 (dezoito) anos e no máximo 21 (vinte e um) anos no primeiro dia do mês de janeiro do ano de início do curso;

c) na Escola Naval – ter no mínimo 18 (dezoito) anos e no máximo 22 (vinte e dois) anos no primeiro dia do mês de janeiro do ano de início do curso;

d) no Corpo Auxiliar de Praças – ter no mínimo 18 (dezoito) anos e no máximo 24 (vinte e quatro) anos no primeiro dia do mês de janeiro do ano de início do curso, para acesso à graduação de Cabo, e ter no mínimo de 21 (vinte e um) anos e no máximo 27 (vinte e sete) anos no primeiro dia do ano do curso, para acesso à graduação de Sargento;

e) no Quadro Complementar – ter no máximo 28 (vinte e oito) anos no primeiro dia do mês de janeiro do ano de início do curso;

f) no Quadro Técnico – ter no máximo 35 (trinta e cinco) anos no primeiro dia do mês de janeiro do ano de início do curso;

g) no Corpo de Saúde da Marinha (Quadro de Médicos, Cirurgiões-Dentistas e Apoio à Saúde) – ter no máximo 35 (trinta e cinco) anos no primeiro dia do mês de janeiro do ano de início do curso;

h) no Corpo de Engenheiros Navais – ter no máximo 35 (trinta e cinco) anos no primeiro dia do mês de janeiro do ano de início do curso;

i) no Curso de Formação de Soldados Fuzileiros Navais – ter no mínimo 18 (dezoito) anos e no máximo 21 (vinte e um) anos no primeiro dia do mês de janeiro do ano de início do curso;

j) no Curso de Formação de Sargentos Músicos Fuzileiros Navais – ter no mínimo 18 (dezoito) anos e no máximo 25 (vinte e cinco) anos no primeiro dia do mês de janeiro do ano de início do curso;

II – Para o ingresso nos Cursos de Preparação de Cadetes, de Formação de Oficiais e de Sargentos do Exército o candidato deverá atender aos seguintes requisitos de idade, referenciados a 31 de dezembro do ano de sua matrícula no órgão de formação:

3

- a)** no Curso Preparatório de Cadetes – ter no mínimo 16 (dezesseis) anos e no máximo 21 (vinte e um) anos;
- b)** nos Cursos de Formação de Oficiais das Armas, Quadro de Material Bélico e do Serviço de Intendência – ter no mínimo 17 (dezesete) anos e no máximo 22 (vinte e dois) anos;
- c)** no Curso de Formação e Graduação do Quadro de Engenheiros Militares – ter no mínimo 16 (dezesseis) anos e no máximo 22 (vinte e dois) anos;
- d)** no Curso de Formação de Oficiais do Quadro de Engenheiros Militares – ter no máximo 26 (vinte e seis) anos;
- e)** no Curso de Formação de Oficiais Médicos – ter no máximo 32 (trinta e dois) anos;
- f)** nos Cursos de Formação de Oficiais Dentistas, Farmacêuticos e do Quadro Complementar de Oficiais – ter no máximo 36 (trinta e seis) anos;
- g)** nos Cursos de Formação de Sargentos das diversas Qualificações Militares de Subtenentes e Sargentos, exceto músico e saúde – ter no mínimo 16 (dezesseis) anos e no máximo 24 (vinte e quatro) anos;
- h)** nos Cursos de Formação de Sargentos das Qualificações Militares de Subtenentes e Sargentos Músico e de Saúde – ter no máximo 26 (vinte e seis) anos.

III – Para ingresso na Força Aérea Brasileira, o candidato deverá atender aos seguintes requisitos de idade, referenciados a 31 de dezembro do ano de sua matrícula no órgão de formação:

- a)** no Curso Preparatório de Cadetes do Ar – ter no mínimo 14 (quatorze) anos e no máximo 18 (dezoito) anos;

- b)** no Curso de Formação de Oficiais Aviadores, Intendentes e de Infantaria da Aeronáutica – ter no mínimo 17 (dezesete) anos e no máximo 22 (vinte e dois) anos;

4

- c)** no Curso de Graduação em Engenharia do Instituto Tecnológico de Aeronáutica – ter no máximo 24 (vinte e quatro) anos;
- d)** no Curso de Adaptação de Oficiais Médicos, Dentistas e Farmacêuticos da Aeronáutica – ter no máximo 35 (trinta e cinco) anos;
- e)** no Estágio de Adaptação de Oficiais Engenheiros da Aeronáutica – ter no máximo 35 (trinta e cinco) anos;
- f)** no Estágio de Instrução e Adaptação para o Quadro de Oficiais de Apoio da Aeronáutica – ter no mínimo 18 (dezoito) anos e no máximo 32 (trinta e dois) anos;
- g)** no Estágio de Adaptação de Oficiais Temporários da Aeronáutica – ter no máximo 43 (quarenta e três) anos;
- h)** no Curso de Formação de Sargentos – ter no mínimo 17 (dezesete) anos e no máximo 24 (vinte e quatro) anos;
- i)** no Estágio de Adaptação à Graduação de Sargentos – ter no mínimo 17 (dezesete) anos e no máximo 24 (vinte e quatro) anos;
- j)** no Curso de Formação de Taifeiros – ter no mínimo 17 (dezesete) anos e no máximo 25 (vinte e cinco) anos; e

.....” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

As Forças Armadas, essenciais ao Estado democrático de direito, são constituídas pela Marinha do Brasil, pelo Exército Brasileiro e pela Aeronáutica, e destinam-se a defender a Pátria e a garantir os poderes constituídos, a lei e a ordem. São instituições nacionais, permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República e dentro dos limites da lei. Tema de grande relevância discutido nos últimos anos tem sido o limite de idade para ingresso nas três Forças.

Ao regulamentar o assunto, o legislador ordinário estabeleceu, mediante o art. 10 da Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980, que o ingresso nas Forças Armadas era facultado a todos os brasileiros que preenchessem os requisitos estabelecidos em lei e nos regulamentos da Marinha, do Exército e da Aeronáutica. Com a Constituição de 1988, o inciso X do § 3º do art. 142 da Carta Magna (acrescido pela Emenda Constitucional nº 18 de 1998) estabeleceu que:

“a lei disporá sobre o ingresso nas Forças Armadas, os limites de idade, a estabilidade e outras condições de transferência do militar para a inatividade, os direitos, os deveres, a remuneração, as prerrogativas e outras situações especiais dos militares, consideradas as peculiaridades de suas atividades, inclusive aquelas cumpridas por força de compromissos internacionais e de guerra” (grifamos).

Desde então, tem-se questionado o estabelecimento de limites de idade para ingresso nas Forças Armadas previstos nos respectivos regulamentos, levando a questão à Suprema Corte.

No Supremo Tribunal Federal (STF), ao julgar o Recurso Extraordinário nº 600885/RS, o Plenário daquela Corte retomou o julgamento em que se discute a constitucionalidade, ou não, do estabelecimento de limite de idade por edital de concurso para ingresso nas Forças Armadas. Conforme o Informativo STF nº 608, de 2010:

“trata-se, na espécie, de recurso interposto pela União contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 4ª Região que entendera que, em relação ao ingresso na carreira militar, a Constituição Federal exigiria que lei dispusesse a respeito do limite de idade (CF, art. 142, § 3º, X), não se admitindo, portanto, que um ato administrativo estabelecesse a restrição, sob pena de afronta ao princípio constitucional da ampla acessibilidade aos cargos públicos” (Informativo, pág. 580).

O Informativo continua, assinalando que:

“(...) em voto-vista, o Ministro Ricardo Lewandowski, não obstante concordar com as premissas estabelecidas pela Ministra Cármen Lúcia, relatora, sobre a necessidade de lei formal para regulamentar o ingresso nas Forças

6

Armadas (postulado da reserva de lei), dela divergiu quanto à solução a ser dada para o caso. Acompanhou, no ponto, a proposta formulada pelo Ministro Gilmar Mendes no sentido de prover o recurso e reputar ainda constitucional, pelo lapso temporal de um ano, a norma do art. 10 da Lei 6.880/80 (“O ingresso nas Forças Armadas é facultado, mediante incorporação, matrícula ou nomeação, a todos os brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei e nos regulamentos da Marinha, do Exército e da Aeronáutica.”).

Na ocasião, houve manifestação do STF no sentido de que o Congresso produzisse legislação para resolver a questão, o que nos motivou a buscar, com a aquiescência e a colaboração dos Comandos Militares, a fórmula para a presente proposta.

Portanto, diante da situação, apresentamos este Projeto de Lei, de modo a dar nova redação ao art. 10 do “Estatuto dos Militares”, para estabelecer no texto legal os referidos limites de idade. Temos a certeza de que a presente proposição significará passo importante no sentido do aperfeiçoamento do processo de ingresso em nossas Forças Armadas, atendendo-se ao disposto na Lei Maior.

Sala das Sessões,

Senador **MARCELO CRIVELLA**

LEGISLAÇÃO CITADA

CONSTITUIÇÃO FEDERAL

“ **Art. 142.** As Forças Armadas, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, são instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República, e destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem.

.....
 § 3º Os membros das Forças Armadas são denominados militares, aplicando-se-lhes, além das que vierem a ser fixadas em lei, as seguintes disposições: [\(Incluído pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998\)](#)

.....
 X - a lei disporá sobre o ingresso nas Forças Armadas, os limites de idade, a estabilidade e outras condições de transferência do militar para a inatividade, os direitos, os deveres, a remuneração, as prerrogativas e outras situações especiais dos militares, consideradas as peculiaridades de suas atividades, inclusive aquelas cumpridas por força de compromissos internacionais e de guerra. [\(Incluído pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998\)](#)

LEI Nº 6.880, DE 9 DE DEZEMBRO DE 1980

Dispõe sobre o Estatuto dos Militares.

“
Art. 10. O ingresso nas Forças Armadas é facultado, mediante incorporação, matrícula ou nomeação, a todos os brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei e nos regulamentos da Marinha, do Exército e da Aeronáutica.

.....
”

(Às Comissões de Educação, Cultura e Esporte; e de Relações Exteriores e Defesa Nacional, cabendo a última a decisão terminativa)

Publicado no **DSF**, em 01/04/2011.

Secretaria Especial de Editoração e Publicações do Senado Federal – Brasília-DF
OS: 11114/2011



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Pedro Taques

PARECER Nº , DE 2011

Da COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 128, de 2011, do Senador Marcelo Crivella, que *altera o art. 10 da Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980 ("Dispõe sobre o Estatuto dos Militares"), para estabelecer limites de idade ao ingresso nas Forças Armadas.*

RELATOR: Senador **PEDRO TAQUES**

I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 128, de 2011, de autoria do Senador Marcelo Crivella, tem o objetivo de fixar em lei os limites de idade para o ingresso nas Forças Armadas. Para cumprir seu intento, o projeto propõe a alteração do art. 10 da Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980 (Estatuto dos Militares), enumerando, em três incisos, os limites mínimos e máximos de idade exigidos para ingresso nos diversos programas de formação oferecidos pelas Forças Armadas.

O autor da proposição esclarece, em sua justificação, que o art. 142, § 3º, X, da Constituição Federal determina que os requisitos para o ingresso nas Forças Armadas devem ser fixados por lei. A atual redação do art. 10 do Estatuto dos Militares não fixa requisitos específicos, transferindo essa competência para regulamentos da Marinha, Exército e Aeronáutica. O autor lembra que o Supremo Tribunal Federal (STF), no julgamento do Recurso Extraordinário (RE) nº 600.885 já reconheceu que o referido dispositivo constitucional impõe a necessidade de fixação em lei dos requisitos para ingresso nas Forças Armadas.

A matéria foi distribuída a esta Comissão de Educação, Cultura e Esporte e à Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, cabendo a última decisão terminativa.

Não foram apresentadas emendas ao projeto.

II – ANÁLISE

O art. 142, § 3º, X, da Constituição Federal determina expressamente que o ingresso nas Forças Armadas e os limites de idade para incorporação são matéria afetas a normatização por lei. A disposição do art. 10 do Estatuto dos Militares, ao delegar tal competência para atos regulamentares das Forças Armadas, não se coaduna com o referido preceito constitucional.

Como lembrou o autor da proposta, o STF já declarou que a ausência de disposição em lei sobre os requisitos de ingresso nas Forças Armadas – inclusive quanto aos limites de idade – viola a ordem constitucional. A Corte Constitucional, em julgamento do RE nº 600.885, decidiu que os regulamentos e editais de concurso relativos ao tema terão validade apenas até o dia 31 de dezembro de 2011.

A iniciativa do autor do PLS nº 128, de 2011, merece elogios, em vista da urgência em se dar à matéria o tratamento requerido pela Lei Maior. A aprovação do projeto, no entanto, encontra obstáculo intransponível em outro comando constitucional.

O art. 61, § 1º, II, *f*, da Carta Política reserva ao Presidente da República a competência para iniciar o processo legislativo de leis que disponham sobre *militares das Forças Armadas, seu regime jurídico, provimento de cargos, promoções, estabilidade, remuneração, reforma e transferência para a reserva*. Por força desse dispositivo constitucional, o projeto de lei que se destina a fixar os requisitos para ingresso nas Forças Armadas deve necessariamente ser apresentado pelo Chefe do Poder Executivo. A violação da reserva de iniciativa presidencial constitui vício de inconstitucionalidade formal, que não pode ser sanado sequer por uma eventual sanção expressa da norma, como já decidiu o STF, reiteradamente, no julgamento das Ações Diretas de Inconstitucionalidade nº 1.043, 1.070 e 1.963.

Ainda que a aprovação do PLS nº 128, de 2011, seja inviabilizada pela questão constitucional apontada, esperamos que sua apresentação tenha o efeito de sensibilizar o Poder Executivo para a necessidade de exercer sua prerrogativa de dar início ao processo legislativo da norma que deve materializar os requisitos para o ingresso nas Forças Armadas.



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Pedro Taques

III – VOTO

Diante do exposto, votamos pela rejeição, por
inconstitucionalidade, do Projeto de Lei do Senado nº 128, de 2011.

Sala da Comissão, em: 21 de junho de 2011

Senador Roberto Requião, Presidente

Senador Pedro Taques, Relator

Projeto de Lei do Senado nº 128, de 2011

1

Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980	Projeto de Lei do Senado nº 128, de 2011
	Altera o art. 10 da Lei nº. 6.880, de 9 de dezembro de 1980 (“Dispõe sobre o Estatuto dos Militares”), para estabelecer limites de idade ao ingresso nas Forças Armadas.
	O CONGRESSO NACIONAL decreta:
	Art. 1º O art. 10 da Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980, passa a vigorar com a seguinte redação:
Art. 10. O ingresso nas Forças Armadas é facultado, mediante incorporação, matrícula ou nomeação, a todos os brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei e nos regulamentos da Marinha, do Exército e da Aeronáutica.	“Art. 10. O ingresso nas Forças Armadas é facultado, mediante incorporação, matrícula ou nomeação, a todos os brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei e nos regulamentos da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, respeitados os limites de idade estabelecidos nesta Lei: ”
	I – Para ingresso na Marinha do Brasil:
	a) no Colégio Naval – ter no mínimo 15 (quinze) anos e no máximo 17 (dezesete) anos no primeiro dia do mês de janeiro do ano de início do curso;
	b) na Escola de Aprendizes-Marinheiros – ter no mínimo 18 (dezoito) anos e no máximo 21 (vinte e um) anos no primeiro dia do mês de janeiro do ano de início do curso;
	c) na Escola Naval – ter no mínimo 18 (dezoito) anos e no máximo 22 (vinte e dois) anos no primeiro dia do mês de janeiro do ano de início do curso;
	d) no Corpo Auxiliar de Praças – ter no mínimo 18 (dezoito) anos e no máximo 24 (vinte e quatro) anos no primeiro dia do mês de janeiro do ano de início do curso, para acesso à graduação de Cabo, e ter no mínimo de 21 (vinte e um) anos e no máximo 27 (vinte e sete) anos no primeiro dia do ano do curso, para acesso à graduação de Sargento;
	e) no Quadro Complementar – ter no máximo 28 (vinte e oito) anos no primeiro dia do mês de janeiro do ano de início do curso;
	f) no Quadro Técnico – ter no máximo 35 (trinta e cinco) anos no primeiro dia do mês de janeiro do ano de início do curso;
	g) no Corpo de Saúde da Marinha (Quadro de Médicos, Cirurgiões-Dentistas e Apoio à Saúde) – ter no máximo 35 (trinta e cinco) anos no primeiro dia do mês de janeiro do ano de início do curso;
	h) no Corpo de Engenheiros Navais – ter no máximo 35 (trinta e cinco) anos no primeiro dia do mês de janeiro do ano de início do curso;
	i) no Curso de Formação de Soldados Fuzileiros Navais – ter no mínimo 18 (dezoito) anos e no máximo 21 (vinte e um) anos no primeiro dia do mês de janeiro do ano de início do curso;

Projeto de Lei do Senado nº 128, de 2011

2

Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980	Projeto de Lei do Senado nº 128, de 2011
	j) no Curso de Formação de Sargentos Músicos Fuzileiros Navais – ter no mínimo 18 (dezoito) anos e no máximo 25 (vinte e cinco) anos no primeiro dia do mês de janeiro do ano de início do curso;
	II – Para o ingresso nos Cursos de Preparação de Cadetes, de Formação de Oficiais e de Sargentos do Exército o candidato deverá atender aos seguintes requisitos de idade, referenciados a 31 de dezembro do ano de sua matrícula no órgão de formação:
	a) no Curso Preparatório de Cadetes – ter no mínimo 16 (dezesesseis) anos e no máximo 21 (vinte e um) anos;
	b) nos Cursos de Formação de Oficiais das Armas, Quadro de Material Bélico e do Serviço de Intendência – ter no mínimo 17 (dezessete) anos e no máximo 22 (vinte e dois) anos;
	c) no Curso de Formação e Graduação do Quadro de Engenheiros Militares – ter no mínimo 16 (dezesesseis) anos e no máximo 22 (vinte e dois) anos;
	d) no Curso de Formação de Oficiais do Quadro de Engenheiros Militares – ter no máximo 26 (vinte e seis) anos;
	e) no Curso de Formação de Oficiais Médicos – ter no máximo 32 (trinta e dois) anos;
	f) nos Cursos de Formação de Oficiais Dentistas, Farmacêuticos e do Quadro Complementar de Oficiais – ter no máximo 36 (trinta e seis) anos;
	g) nos Cursos de Formação de Sargentos das diversas Qualificações Militares de Subtenentes e Sargentos, exceto músico e saúde – ter no mínimo 16 (dezesesseis) anos e no máximo 24 (vinte e quatro) anos;
	h) nos Cursos de Formação de Sargentos das Qualificações Militares de Subtenentes e Sargentos Músico e de Saúde – ter no máximo 26 (vinte e seis) anos.
	III – Para ingresso na Força Aérea Brasileira, o candidato deverá atender aos seguintes requisitos de idade, referenciados a 31 de dezembro do ano de sua matrícula no órgão de formação:
	a) no Curso Preparatório de Cadetes do Ar – ter no mínimo 14 (quatorze) anos e no máximo 18 (dezoito) anos;
	b) no Curso de Formação de Oficiais Aviadores, Intendentes e de Infantaria da Aeronáutica – ter no mínimo 17 (dezessete) anos e no máximo 22 (vinte e dois) anos;
	c) no Curso de Graduação em Engenharia do Instituto Tecnológico de Aeronáutica – ter no máximo 24 (vinte e quatro) anos;

Projeto de Lei do Senado nº 128, de 2011

3

Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980	Projeto de Lei do Senado nº 128, de 2011
	d) no Curso de Adaptação de Oficiais Médicos, Dentistas e Farmacêuticos da Aeronáutica – ter no máximo 35 (trinta e cinco) anos;
	e) no Estágio de Adaptação de Oficiais Engenheiros da Aeronáutica – ter no máximo 35 (trinta e cinco) anos;
	f) no Estágio de Instrução e Adaptação para o Quadro de Oficiais de Apoio da Aeronáutica – ter no mínimo 18 (dezoito) anos e no máximo 32 (trinta e dois) anos;
	g) no Estágio de Adaptação de Oficiais Temporários da Aeronáutica – ter no máximo 43 (quarenta e três) anos;
	h) no Curso de Formação de Sargentos – ter no mínimo 17 (dezessete) anos e no máximo 24 (vinte e quatro) anos;
	i) no Estágio de Adaptação à Graduação de Sargentos – ter no mínimo 17 (dezessete) anos e no máximo 24 (vinte e quatro) anos;
	j) no Curso de Formação de Taifeiros – ter no mínimo 17 (dezessete) anos e no máximo 25 (vinte e cinco) anos; e” (NR)
	Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.